UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA
PPG/CASA

GESTÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA: TRAJETÓRIA DAS CONFERÊNCIAS ESTADUAIS DE MEIO AMBIENTE DO AMAZONAS

MANAUS
AGOSTO - 2011

ANA LÚCIA BARROS DE ANDRADE

GESTÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA: TRAJETÓRIA DAS CONFERÊNCIAS ESTADUAIS DE MEIO AMBIENTE DO AMAZONAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG/CASA da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de mestre em Ciências do Ambiente no Mestrado e Sustentabilidade da Amazônia. Linha de pesquisa: Dinâmicas Socioambientais

Orientador: Prof. Henrique dos Santos Pereira, Ph.D.

Co-orientadora: Prof.ª Dra. Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão

MANAUS-AM

AGOSTO - 2011

Ficha Catalográfica (Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

A553g

Andrade, Ana Lúcia Barros de

Gestão ambiental participativa: trajetória das conferências estaduais de meio ambiente do Amazonas / Ana Lúcia Barros de Andrade. - Manaus: UFAM, 2011.

163 f.; il.

Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas, 2011.

Orientador: Prof. Henrique dos Santos Pereira, Ph.D.

Co-orientadora: Prof.ª Dra. Maria Olívia de A. Ribeiro Simão

1. Gestão ambiental 2. Política ambiental 3. Participação Social I. Pereira, Henrique dos Santos (Orient.) II. Simão, Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro (Co-orient.) III. Universidade Federal do Amazonas IV. Título

CDU 504.062(811.3)(043.3)

ANA LÚCIA BARROS DE ANDRADE

GESTÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA: TRAJETÓRIA DAS CONFERÊNCIAS ESTADUAIS DE MEIO AMBIENTE DO AMAZONAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG/CASA da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de mestre em Ciências do Ambiente no Mestrado e Sustentabilidade da Amazônia. Linha de pessquisa: Dinâmicas Socioambientais

BANCA EXAMINADORA

Drª Elenise Scherer
Instituto de Ciências Humana e Letras
Universidade Federal do Amazonas

Drª Maria Inês Higuchi
Laboratório de Psicologia e Educação Ambiental
Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - INPA

Dr. Carlos Roberto Bueno
Casa da Ciência – Coordenador de Extensão do INPA
Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - INPA

DEDICO

Esta caminhada às eternas educadoras e amigas que me fizeram acreditar sempre, na possibilidade de formarmos uma sociedade mais humana. A pedagoga e ex- Secretaria de Estado de Educação Cinthia Régia Gomes do Livramento (in memoriam), a pedagoga e amiga Karla Patrícia Barros de Azevedo (in memoriam) e a pedagoga e colega de trabalho da SEMED Eliana Socorro Pacheco Braga (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a essa luz divina Deus, que nos fortalece todos os dias em busca do nosso verdadeiro **Ser**.

Aos meus pais Lucineide Lima Barros (professora) e Osvaldo Ferreira Barros (agricultor), que sempre foram minhas referências de valores éticos

Meus filhos maravilhosos Samantha Barros de Andrade (enfermeira) e Marcos Vinicius Barros de Andrade (estudante), que compreenderam a minha ausência de fatos importantes de suas vidas.

Ao meu orientador: Prof. Henrique dos Santos Pereira, Ph.D, pelo apoio permanente em todos os momentos da construção desta dissertação, sempre com palavras incentivadoras e confiança na minha capacidade como pesquisadora.

A minha Co-orientadora Profª Drª Maria Olivia Albuquerque Ribeiro Simão pelas madrugadas dedicadas à discussão e leituras dos capítulos escritos e pelas cobranças do plano de estudo.

Ao Centro de Ciências do Ambiente- CCA pelo total apoio as minhas leituras.

A Secretaria Municipal de Educação- SEMED/Manaus, pela liberação integral das minhas atividades para cursar o mestrado pelo Programa Qualifica.

A Universidade Federal do Amazonas- UFAM/ Laboratório de Saneamento da Faculdade de Tecnologia, instituição responsável pela minha formação enquanto indivíduo e profissional.

Ao Núcleo de Educação Ambiental do IBAMA, as colegas Eulinda Silveira e Adelaide Biasi, pela ajuda constante ao levantamento de todos os arquivos da COE-AM sobre as três CEMA.

As colegas de trabalho de 20 anos do Laboratório de Saneamento: Alexandra, Maria Emilia, Nora Ney, Viviane e Esterzinha (in memoriam) pela compreensão que tiveram da minha dedicação a esta pesquisa.

A Profª Elenise Scherer e Profª Inês Higuchi pelas sugestões de leituras e contatos com outros professores que estudam a temática ambiental.

A Profª Annunziata Chateaubriand e Profª Ellen Barbosa, gerentes do Laboratório de Saneamento pela motivação e apoio a minha formação.

Aos colegas da turma PPG- CASA - 2009, Carlos Augusto (“Tijolinho”), Rafael (“Rafinha”), Luciana, Marcelo, Railma (minha digitadora) Daniele, Maricleide, Fabiana, Andréia e Fábio.

Aos bolsistas do Laboratório de Saneamento, que estiveram sempre dispostos a me ajudar com os gráficos e tabelas da Dissertação: Airi, Nildes, Mila, Lorena, Emanuel e Jersika.

As Instituições que participaram da pesquisa por meio das entrevistas realizadas com seus gestores e cedência de cópias dos documentos relacionados à pesquisa: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais- IBAMA, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável- SDS, Secretaria de Estado de Produção Rural -SEPROR, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA, Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, Central Única dos Trabalhadores - CUT, Grupo de Trabalho Amazônico-GTA e Comissão Organizadora Estadual – COE/AM.

RESUMO

A partir dos anos 90, a participação dos diversos setores sociais se tornou uma importante estratégia dos governos na formulação e implementação de políticas públicas. O governo brasileiro, somente no ano de 2003, instituiu a Conferência Nacional de Meio Ambiente e suas etapas estaduais como instrumento de ampla participação da sociedade. Para que este fórum se constitua legitimamente enquanto arena pública de deliberações, uma condição indispensável é que seja capaz de atrair a participação dos diversos setores da sociedade. Ainda que estratégias e padrões formulados nacionalmente sejam adotados, a efetiva participação social estará sujeita aos contextos locais. Assim sendo, torna-se relevante avaliar na prática como os processos gerais de mobilização desencadeados pelas conferências nacionais de meio ambiente produziram os seus reflexos no contexto do estado do Amazonas, em particular. Além disso, cabe questionar se esse processo de consulta pública ampliada vem sendo capaz de influenciar a formulação e implementação de políticas públicas de fato. A evolução da composição e representatividade social das plenárias e delegações das conferências estaduais de meio ambiente (CEMA) e o grau de implementação de suas deliberações foram analisadas com base na investigação de todas as edições já realizadas no Amazonas. Os dados foram obtidos mediante o levantamento dos documentos governamentais, entrevistas com representantes da comissão organizadora estadual e delegados e a avaliação participativa feita com gestores públicos dos órgãos governamentais chaves. Enquanto a trajetória das conferências de meio ambiente no Amazonas aponta para um equilíbrio na representatividade social de gêneros, a representatividade de gerações ainda parece muito distante do ideal. A representatividade geopolítica das plenárias e das delegações é marcada pelo predomínio de representantes da capital do estado e a baixa participação do setor empresarial/patronal vem comprometendo a representatividade social das conferências. A Conferência Estadual de Meio Ambiente, por não ter sido até então formalizada legalmente como uma instância deliberativa do SISNAMA, suas deliberações não se tornam obrigatórias, o que deixa a critério do governo considerá-las ou não como um instrumento norteador da política ambiental. Tomando-se como referência o grau de implementação das 156 deliberações da II CEMA, constatou-se que dentre dezesseis órgãos governamentais chave, as secretarias de Meio Ambiente e de Produção foram responsáveis pela maior parte das ações e programas que resultaram na implementação de 77% das deliberações aprovadas. Apesar de ultimamente o estado ter criado diversos conselhos temáticos especializados, tais conselhos não deveriam substituir a Conferência Estadual, pois, muito mais do que aqueles, as conferências são espaços públicos capazes de mobilizar mais amplamente a sociedade.

Palavras- chave: Conferências, Representatividade social, política pública e gestão ambiental.

ABSTRACT

Since the 90´s, the participation of various social sectors has become an important strategy of governments in the formulation and implementation of public policies. The Brazilian government, only in 2003, established the National Conference on Environment and its state-level stages as a tool for a wider social participation. For this board to be constituted as a legitimate arena of public deliberation, a prerequisite is that they are able to attract the involvement of various sectors of society. Although formulated strategies and standards are adopted nationally, the effective social participation will be subjected to local contexts. Thus, it becomes relevant to assess in practice how the general processes of mobilization triggered by national conferences of the environment produced their reflections in the context of the state of Amazonas, in particular. In addition, one must question whether this process of public consultation has been extended to influence the formulation and implementation of public policies in effect. The evolution of the composition and social representativeness of plenary and delegation of the state conference of environment (CEMA) and the degree of implementation of its resolutions were analyzed based on the investigation of all previous editions in the Amazon. Data were collected through a survey of government documents, interviews with representatives of the organizing committee and delegates and a participatory assessment made with public managers of key government agencies. While the trajectory of environmental conferences in the Amazon points to a social balance in gender representation, the representation of generations still seems far from ideal. The geopolitics of plenary representation and delegations is marked by the predominance of representatives from the state capital and the low participation of the private sector / employer is committing the social representativeness of the conference. The State Conference on the Environment, by not having hitherto been legally formalized as a deliberative body SISNAMA, its decisions do not become binding, which leaves to the discretion of the government to consider them as a guiding instrument of environmental policy. Taking as reference the level of implementation of 156 resolutions of II CEMA, it was found that among sixteen key government agencies, the secretaries of Environment and of Production accounted for most of the actions and programs that resulted in the implementation of 77% the resolutions adopted. Although lately the state has created several specialized thematic councils, such mechanism should not replace the State Conference, therefore, much more than those, conferences are public spaces that can mobilize society more broadly.

Key-words**:** Conference, social representativeness, public policies and environmental management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Esquema do fluxo das etapas das Conferências de Meio Ambiente: 1 – Conferência Nacional; 2- Conferencia Estadual; 3- Pré-conferências.....46

Figura 2: Desenvolvimento das etapas da Conferência Estadual de Meio Ambiente-CEMA: Mecanismo de I- convocação/ mobilização, II- realização e III- implantação das deliberações e retroalimentação das CEMA no Amazonas.....50

Figura 3 – Municípios (n=34) que participaram das Pré-conferências precursoras da I CEMA no Estado do Amazonas- 2003.....53

Figura 4 - Municípios (n=19) que participaram das pré-conferências precursoras da II CEMA no Estado do Amazonas.....59

Figura 5 – Municípios (n=46) que participaram das Pré-conferências precursoras da III CEMA no Estado do Amazonas-2008.....63

Figura 6 – Delegados Eleitos CEMA 2003.....71

Figura 7 – Delegados Natos CEMA 2003.....71

Figura 8 – Delegação do Amazonas para I CEMA.....72

Figura 9 – composição das três delegações do Amazonas em Brasília.....72

Figura 10 – Representação dos setores da sociedade na delegação do Amazonas 74

Figura 11 – Faixa etária da delegação do Amazonas.....76

Figura 12 – Escolaridade dos delegados (as) na III CEMA-2008.....78

Figura 13 – Relação de gênero da plenária de 422 participantes da III CEMA -2008. 80

Figura 14 – Representação dos setores da sociedade civil da plenária da III CEMA-2008. 80

Figura 15 – Escolaridade dos participantes da plenária da III CEMA-2008. 81

Figura 16 – Faixa etária dos participantes da plenária da III CEMA-2008. 82

Figura 17 – Representação dos municípios amazonenses na plenária da III CEMA-2008. 83

Figura 18 - Classificação das deliberações da temática água e recursos hídricos, em níveis: (0) não implantadas, (1) deliberações em processo de implantação, (2) deliberações implantadas.....89

Figura 19 - Meta de Redução do Desmatamento no Amazonas entre 2006 e 2020.95

Figura 20 - Taxa de Desmatamento no Sul do Estado do Amazonas, em 2006, 2007 e 2008. 96

Figura 21 - Classificação das deliberações em níveis: (2) deliberações implantadas , (1) deliberações em processo de implantação; (0) não implantadas 99

Figura 22 - Classificação das deliberações em níveis: (2) deliberações implantadas , (1) deliberações em processo de implantação; (0) não implantadas 107

Figura 23 - Classificação das deliberações em níveis: (2) deliberações implantadas, (1) deliberações em processo de implantação; (0) não implantadas. 114

Figura 24 - Classificação das deliberações em níveis: (2) deliberações implantadas , (1) deliberações em processo de implantação; (0) não implantadas 120

Figura 25 – Representação da seca /2005 e da cheia/2009 na Amazônia. 124

Figura 26 - Classificação das deliberações em níveis: (2) deliberações implantadas, (1) deliberações em processo de implantação; (0) não implantadas 127

Figura 27 – Classificação dos Níveis : Implantadas (2), acatadas, em processo de implantação (1), não implantadas (0) , deliberações de responsabilidade nacional e inconstitucional.....133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de municípios do Estado do Amazonas que participaram das Conferências Estaduais de Meio Ambiente- CEMA no período de 2003-2008 52

Tabela 2 - Municípios polos na realização das Pré-conferências precursoras da I CEMA-2003 no Estado do Amazonas. 54

Tabela 3 - Municípios polos na realização das Pré-conferências precursoras da II CEMA- 2005 no Estado do Amazonas 60

Tabela 4 - Municípios polos na realização das Pré-conferências precursoras da III CEMA-2008 no Estado do Amazonas 64

Tabela 5 – Síntese da situação dos 62 municípios do Estado em relação à gestão ambiental 67

Tabela 6 – Representação dos municípios na delegação do Amazonas. 77

Tabela 7 - Expansão das Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas 97

Tabela 8 - Análise do acatamento das deliberações de sua responsabilidade por instituição. 132

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Temáticas desenvolvidas nas Pré-Conferências e Conferência Estadual de Meio Ambiente no Amazonas - I CEMA 2003. 55

Quadro 2 - Temas abordados na II CEMA-2005 intitulada: Política Ambiental Integrada e Uso Sustentável dos Recursos Naturais 61

Quadro 3- Temáticas desenvolvidas nas Pré-Conferências e Conferência Estadual III CEMA 65

Quadro 4 – Deliberações da Temática: Água e Recursos Hídricos 87

Quadro 5 – Qualificação das deliberações em políticas públicas da temática: Água e Recursos Hídricos 90

Quadro 6 - Deliberações da temática: Biodiversidade e Floresta.....98

Quadro 7 - Qualificação das deliberações em políticas públicas da temática: Biodiversidade e Floresta 100

Quadro 8 – Deliberações da temática Qualidade Ambiental e Assentamentos Humanos 106

Quadro 9 - Qualificação das deliberações da temática Qualidade ambiental e Assentamentos Humanos. 108

Quadro 10 – Deliberações da temática Fortalecimento do Sisnama e Controle Social 113

Quadro 11 – Qualificação das deliberações da temática: Fortalecimento do SISNAMA e Controle Social 115

Quadro 12 - Deliberações da Temática Elementos de uma Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável. 119

Quadro 13 - Qualificação da temática: Elementos de uma estratégia para o desenvolvimento sustentável 121

Quadro 14 – Deliberações da Temática Seca 2005 126

Quadro 15 - Qualificação das 15 deliberações da temática: SECA-2005 129

LISTA DE ANEXOS

Anexo I – Entrevista com gestões das instituições.....146

Anexo II - Formulário para preenchimento pelo gestor (a) / técnico (a) sobre as deliberações da II CEMA- 2005.....149

Anexo III - Roteiro da entrevista com os delegados participantes das Conferencias Estaduais de Meio Ambiente do Amazonas e eleitos para participarem na Nacional. 156

Anexo IV - Qualificação e quantificação das deliberações da temática: Água e Recursos Hídricos. 158

Anexo V - Qualificação e quantificação das deliberações da temática: Qualidade ambiental e assentamentos humanos. 159

Anexo VI - Qualificação e quantificação das deliberações da temática: Biodiversidade e Floresta.....160

Anexo VII - Qualificação e quantificação das deliberações da temática: Fortalecimento do SISNAMA e Controle Social 161

Anexo VIII – Qualificação e quantificação da temática elementos de uma estratégia para o desenvolvimento sustentável.. 161

Anexo IX - Qualificação e quantificação das deliberações da temática: SECA-2005 162

Anexo X- Parecer do Comitê de Ética – CEP da UFAM. 163

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAM	Associação Amazonense dos Municípios
AMPA	Associação Amigos do Peixe-boi da Amazônia
ANA	Agência Nacional de Águas
ASPAC	Associações de Trabalhadores e Cooperativas
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEUC	Centro Estadual de Unidades de Conservação.
CECLIMA	Centro Estadual de Mudanças Climáticas.
CEMA	Conferencia Estadual de Meio Ambiente
CCA	Centro de Ciências do Ambiente
CEP	Comitê de Ética de Pesquisa
CID	Centro de Informação e Documentação Ambiental
CIEA	Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental
CJ	Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Amazonas
CMMAD	Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
COE	Comissão Organizadora Estadual
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CON	Comissão Organizadora Nacional
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CNMA	Conferência Nacional de Meio Ambiente
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEA/MMA	Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente
E A	Educação Ambiental
FAMC	Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Serviços Ambientais
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores em Agricultura
FBOMS	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para Meio Ambiente e Desenvolvimento

FVA	Fundação Vitória Amazônica
GPC	Gerência de Projetos Complementares
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM	O Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do estado do Amazonas
ISA	Instituto Socioambiental
FAMC	Fundo Amazonense de Mudanças Climáticas
FAS	Fundação Amazônia Sustentável
FETAGRI	Federação Estadual dos Trabalhadores da Agricultura
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FOPES	Fórum Permanente de Secretários Municipais
FVA	Fundação Vitória Amazônica
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NEA/IBAMA	Núcleos de Educação Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
ONG	Organização não- governamental
PROCHUVA	Projeto Estadual de Aproveitamento da Água da Chuva.
ProNEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PGAM	Programa de Fortalecimento Institucional da Gestão Ambiental do Estado do amazonas
PROSAMIN	Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus.
SEAGA	Secretaria Executiva Adjunta de Gestão Ambiental
SEACA	Secretaria Executiva Adjunta de Compensações Ambientais
SEAFE	Secretaria Executiva Adjunta de Florestas e Extrativismo
SEARH	Secretaria Executiva Adjunta de Recursos Hídricos.
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação
SEMMAS	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade

SINTAGRI	Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ONU	Organização das Nações Unidas
VEMAQA	Vara Especializada de Meio Ambiente e Questões Agrárias

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 19

CAPÍTULO I

1. CONFERÊNCIAS DE MEIO AMBIENTE E A GESTÂO AMBIENTAL PARTICIPATIVA NO BRASIL. 27
1.1. CONSTRUINDO O CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA..... 27
1.2 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS 38
1.2.1 ESTRATÉGIAS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS..... 39

CAPÍTULO II

2. DESENVOLVIMENTO DAS CONFERÊNCIAS ESTADUAIS DE MEIO AMBIENTE 45
2.1. MOBILIZAÇÂO E ORGANIZAÇÃO DAS CEMA NO ESTADO DO AMAZONAS 45
2.2. A PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NAS PRÉ-CONFERÊNCIAS DAS CEMA/AM. 51
2.2.1. I Conferência Estadual de Meio Ambiente no Amazonas – CEMA (2003)..... 52
2.2.2. II Conferência Estadual de Meio Ambiente no Amazonas- CEMA (2005)..... 56
2.2.3. III Conferência Estadual de Meio Ambiente no Amazonas (2008) 61

CAPITULO III

3. PARTICIPAÇÃO SOCIAL**..... 69**

3.1. REPRESENTATIVIDADE DOS SETORES NAS CEMA/AM 69
3.2. PERFIL DAS TRÊS DELEGAÇÕES DO ESTADO E DA PLENÁRIA GERAL DA III CEMA -2008/AM 71
3.2.1. Representatividade de Gênero nas delegações 71
3.2.2. Representação dos diferentes setores da sociedade nas delegações 74
3.2.3. Representação das gerações (faixas etárias) nas delegações do estado do Amazonas..... 76
3.2.4. Representação dos municípios amazonenses nas delegações..... 77
3.2.5. Perfil de escolaridade das delegações..... 78
3.3. CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS DELEGADOS E DELEGADAS E A PLENÁRIA CEMA/AM 79
3.3.1. Representatividade de Gênero nas delegações 79
3.3.2. Representação dos setores da sociedade civil. 80
3.3.3. Nível de escolaridade da plenária em 2008 81
3.3.4. Faixa etária da plenária da III CEMA-2008 81
3.3.5. III CEMA – formação da plenária quanto a representatividade dos municípios Amazonenses..... 82

CAPITULO IV

4. DELIBERAÇÕES DA II CEMA -2005, EM SUAS DIFERENTES TEMÁTICAS.....84

4.1. EFICÁCIA DAS CEMA COMO INSTRUMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA NO AMAZONAS 84
4.2. TEMATICAS DESENVOLVIDAS NA II CEMA – 2005 86
4.2.1. ÁGUA E RECURSOS HÍDRICOS..... 86
4.2.2. BIODIVERSIDADE E FLORESTA..... 95
4.2.3. QUALIDADE AMBIENTAL E ASSENTAMENTOS HUMANOS..... 106
4.2.4. FORTALECIMENTO DO SISNAMA E CONTROLE SOCIAL 112
4.2.5. TEMÁTICA: ELEMENTOS DE UMA ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 117
4.2.6. TEMATICA: SECA-2005 124
4.3. ANÁLISE QUANTITATIVA DOS ENCAMINHAMENTOS DAS DELIBERAÇÕES DA II CEMA – 2005, POR INSTITUIÇÃO. 130

CAPÍTULO V

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 136

6. REFERÊNCIAS.....141

7. ANEXOS.....145

INTRODUÇÃO

No Brasil, o modelo de gestão pública, até o final da década de setenta, estava estruturado com base na concentração do poder decisório e da execução no nível do governo federal, definindo atribuições e competências residuais para o nível estadual e para os municípios atribuições de interesse local. Este processo se transforma significativamente a partir da crise do modelo existente e das mudanças no desenho político-institucional (JACOBI,1999).

Na década de 80, o país apresenta um documento jurídico consistente, onde define, por meio da Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981, os objetivos para uma ação ambiental e o conjunto de instituições voltadas para a gestão ambiental e instituí a Política e o Sistema Nacional do Meio Ambiente – PNMA/SISNAMA.

Uma das principais características que tem destacado a PNMA no Brasil é a participação ativa dos segmentos organizados da sociedade civil e dos conselhos consultivos nos três níveis de governo. Essa participação tem sido institucionalizada desde os anos de 1980 e sua eficácia tem dependido, de um lado, do efetivo comprometimento político do poder executivo com esse mecanismo democrático de tomada de decisões e, de outro da intensidade de mobilização que ocorre no âmbito da sociedade civil para potencializar a possibilidade de estar presente na condução das decisões a nível federal, estadual e local. A representação social se dá por meio dos movimentos sociais e organizações não-governamentais que compõem o que se denomina terceiro setor no país (Agenda 21 Brasileira, 2010).

Segundo Jacobi (2000), a década de 90 se caracteriza por um movimento muito intenso de forças sociais que se engajam em práticas que demandam da participação, uma definição de públicos participativos. Esta definição agrega cidadãos organizados que lutam pela superação da sua exclusão social e política através da deliberação pública, onde a premissa central é a da existência de espaços públicos com encontros abertos a sociedade civil. Esses espaços

representam os instrumentos essenciais para melhorar a vida democrática através da ampliação da presença de atores sociais que representam a diversidade e heterogeneidade da nossa sociedade.

Desde então, temos observado no Brasil, o surgimento de iniciativas de gestão participativa[1]. Essas iniciativas passaram a ser apresentadas como solução técnico-política para a descentralização governamental e ampliação da cidadania, na tentativa de envolver grupos sociais, econômica e culturalmente excluídos de políticas de desenvolvimento do país (RIBEIRO, 2009).

No ano de 2003, como estratégia da Política Nacional de Meio Ambiente - PNMA, o governo brasileiro institui a I Conferência Nacional de Meio Ambiente – I CNMA como instrumento de participação da sociedade e de seus núcleos ativos na política do setor. A partir daí, o país vem intensificando a criação de espaços públicos como as Conferências Nacionais de Meio Ambiente - CNMA nas versões Adulta e Infanto-Juvenil com caráter deliberativo, assegurando sua realização a cada dois anos (MMA 2003).

Os documentos e discursos do governo brasileiro, no período de 2003 a 2010, têm explicitado a necessidade de implantação de um modelo de sustentabilidade ambiental no sentido de inserir maior racionalidade no uso e conservação dos recursos naturais, sendo essa sustentabilidade construída à luz de quatro diretrizes: (1) a promoção do desenvolvimento sustentável; (2) a inserção da dimensão ambiental nas políticas públicas (transversalidade); (3) a participação e controle social e (4) o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente – Sisnama (MMA, 2005).

Nesse contexto, "...a participação se torna um meio fundamental de institucionalizar relações mais diretas, flexíveis e transparentes que reconheçam os direitos dos cidadãos; assim como de reforçar laços de solidariedade num contexto de pressão social e polarização política na direção de uma cidadania ativa que disponha dos instrumentos para o questionamento permanente da ordem estabelecida". (Jacobi, 1999b, p.31)

[1] P. ex. Orçamento participativo; conselhos de educação, saúde, meio ambiente nas diferentes esferas (municipal, estadual e federal), entre outros.

A participação passa também ser considerada no processo de gestão ambiental, pois a sociedade organizada nos movimentos ambientais exige condições socioeconômicas, institucionais e culturais que estimulem o uso racional dos recursos ambientais, respaldado em alguns princípios como a redução do consumo associado ao tempo de resiliência dos recursos.

A questão ambiental exige uma *gestão participativa*, onde diferentes agentes envolvidos em seus papéis atuam na resolução de problemas e na identificação de potencialidades ambientais, partindo da visão de que a responsabilidade pela manutenção do ambiente é de toda sociedade, devendo adotar e disseminar uma postura proativa.

Hoje identificamos com maior frequência a participação de diferentes grupos sociais em comitês de gestão/manejo de recursos naturais[2], fóruns, mesas de discussão, congressos e conferências, onde se explicita o embate de ideias e interesses coletivos, a diversidade de saberes e a disputa de poder que pode refletir na proposição de políticas, projetos, propostas de medidas legais, que se configuram como resultantes da participação da sociedade.

Embora afirmar que a participação dos cidadãos é componente fundamental de uma democracia que conduz a emancipação social seja praticamente uma obviedade, existem diversos aspectos que devem ser considerados nos espaços de construção coletiva.

Segundo Santos (2006), o desafio de pensar a emancipação social consiste em “saber como maximizar a interculturalidade sem subscrever o relativismo cultural e epistemológico”, “construir uma posição ética e política sem fundá-la em nenhum princípio absoluto, seja ele a natureza humana ou o progresso”. Ribeiro (2009) afirma que para alcançarmos um modelo de gestão ambiental participativa é imprescindível que o Estado e as agências de desenvolvimento invistam em ações de fortalecimento sócio-político das populações locais, respeitando sua lógica e conhecimentos. Segundo a autora, caso não haja tais investimentos, a participação se dará de forma desigual e fictícia, legitimando através de lideranças passivas, o real interesse das sociedades hegemônicas.

[2] Comitês de bacia, conselhos gestores de acordos de pesca, conselhos gestores dos planos de manejo florestal, entre outros.

Este processo vem ampliando os canais de representatividade dos setores da sociedade para atuarem junto aos órgãos públicos, oportunizando o surgimento de interlocutores coletivos entre os grupos comunitários, movimentos sociais, sindicatos, organizações não governamentais, rompendo com o populismo, autoritarismo, clientelismo e assistencialismo que existiam muito fortemente.

Para a realização das CEMA, até a última edição em 2008, os órgãos que presidem e os que são membros da COE-AM, não apresentam um orçamento assegurado no plano plurianual de suas ações para as CEMA e o governo federal só tem destinado orçamento para a etapa da Conferência Nacional (CNMA). Mesmo diante deste fator limitante para os estados e distrito federal, o estado do Amazonas por meio do decreto de nº 23.625/2003 que instituiu e convocou a sociedade a participar da I CEMA/AM. Desde então, o Amazonas realizou as três edições das Conferências Estaduais de Meio Ambiente, cumprindo todas as agendas das edições 2003, 2005 e 2008, provocando a mobilização da sociedade civil organizada na construção do processo das Conferências de Meio Ambiente, tendo como previsão da IV CEMA para Novembro de 2011.

As Conferências de Meio Ambiente têm o objetivo de promover o engajamento da sociedade civil na formulação de políticas públicas voltadas para a temática socioambiental com perspectivas para uma construção participativa, com critérios de representatividade de todos os setores da sociedade assegurados no regimento da CEMA e CNMA.

Se considerando a dimensão do estado do Amazonas, um dos fatores que apresentam grande complexidade é a logística para a mobilização, com custos elevados no deslocamento dos representantes dos municípios para a capital - Manaus, mesmo assim, a pesquisa apontou um aumento no número de pessoas interessadas em agregar opiniões e ideias em torno da temática ambiental pelo número de credenciados ao longo desta trajetória destes eventos.

Assim, considero oportuno e pertinente reconstruir a trajetória das CEMA realizadas no estado do Amazonas para conhecer o processo das etapas da CEMA, o perfil dos delegados eleitos para a etapa da CNMA e o desdobramento das deliberações em políticas públicas implantadas pelo governo estadual, por meio de seus órgãos gestores da Política Ambiental.

Para um direcionamento da pesquisa foram indicados primeiramente quatro órgãos sendo três da esfera estadual: Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SDS, Secretaria de Estado de Produção Rural – SEPROR, Secretaria Estadual de Educação e Qualidade de Ensino - SEDUC e um na esfera federal: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Essa análise permitiu conhecer a real contribuição das CEMA como indicadores na elaboração das políticas públicas como: programas, projetos e ações socioambientais no estado.

A pesquisa está organizada para uma melhor compreensão em quatro capítulos e considerações finais, assim apresentados:

Capítulo 1- Conferências de Meio Ambiente e a Gestão Ambiental Participativa no Brasil.

Este capítulo trata da construção do campo teórico-metodológico da pesquisa trazendo a compreensão das categorias da gestão ambiental participativa, a transversalidade da temática ambiental nos diferentes áreas do conhecimento, governança ambiental local ancorada na descentralização do movimento sociedade – governo, ampliando os espaços de participação da sociedade civil organizada e o discurso da sustentabilidade ambiental com desafios de superar a visão construída historicamente ultrapassada de um desenvolvimento limitado a indicadores econômicos. Sendo relevante trazer a contextualização de vários eventos internacionais e nacionais, provocados por diferentes interesses com objetivo de estabelecer acordos multilaterais voltados para a conservação ambiental do planeta, alguns com resultados bem definidos em documentos norteadores de princípios que garantam a sustentabilidade ambiental. A real compreensão dada da necessidade de estabelecer o controle do uso dos recursos naturais obriga o governo junto à sociedade civil, definir estratégias de gestão ambiental local.

O estado do Amazonas realizou as três conferências estaduais em consonância com a agenda do governo federal, tendo uma trajetória de 2003 a 2010, construindo um vasto campo nesta pesquisa na avaliação da política ambiental de estado, tendo como relevante instrumento as deliberações aprovadas na II CEMA-2005. Num total de cento e cinquenta e seis deliberações avaliadas

quanto o seu nível de implantação pelo estado, a pesquisa construiu três níveis sendo: (0) classificadas como não implantadas; (1) classificadas em processo de implantação; (2) classificadas implantadas pelo estado por meio de programas, projetos e /ou ações, com uma contribuição dos gestores dos órgãos envolvidos diretamente com os conteúdos das deliberações por meio de entrevistas, onde o gestor/técnico teria a sua manifestação mediante a leitura de cada deliberação. Para uma melhor compreensão do processo de construção das deliberações a pesquisa desenvolveu entrevistas com delegados e delegadas com objetivo de elaborar as impressões destes em relação aos processos desenvolvidos na etapa estadual e nacional, uma vez que a construção se dar em grupos de trabalhos sob a coordenação da COE-AM e especialistas convidados para desenvolver a função de facilitador das discussões nos diferentes grupos e por fim o relator tem a missão de apresentar as propostas na plenária geral.

Capitulo 2 – Mobilização e Organização das CEMA no estado do Amazonas -

O Estado do Amazonas realizou as três edições das Conferências Estaduais de Meio Ambiente, sendo: I CEMA- 2003, II CEMA-2005 e III CEMA-2008 com previsão para a IV CEMA, novembro de 2011. A mobilização dos municípios amazonenses para a realização das pré-conferências sob a coordenação da Comissão Organizadora Estadual – COE-AM, tem apresentado dados satisfatórios em termos de maior quantitativo de municípios envolvidos na discussão das propostas a cada edição. Apesar da etapa de mobilização apresentar avanços, segundo a COE-AM, a logística de deslocamentos dos participantes tem apresentado limitações no formato de municípios polos e no deslocamento destes para a capital para a etapa estadual, por conta da dimensão territorial do estado. A pesquisa aponta para um dado crescente de municípios participantes a cada edição das CEMA, tendo a III CEMA-2008, um público credenciado no total de 422 participantes e 46 municípios representados na plenária. Mesmo diante do esforço desta comissão composta por 47 instituições temos um dado de que os municípios de Anori, Atalaia do Norte, Caapiranga, Codajás, Itamarati, São Sebastião do Uatumã e Tonantins, não tiveram participação em nenhuma das edições das Conferências Estaduais de Meio Ambiente realizadas no estado do Amazonas.

Capítulo 3 – Participação social: representantes dos setores da sociedade nas CEMA.

Neste capítulo é conhecido o perfil dos delegados e delegadas eleitos nas três CEMA, cada delegação teve uma característica própria, e representou o estado do Amazonas nas etapas das Conferências Nacionais de Meio Ambiente - CNMA. A caracterização do perfil teve como parâmetros a representatividade municipal, representatividade dos setores da sociedade civil, faixa etária, escolaridade e relação de gênero na composição da delegação Amazonense. Por fim a caracterização da plenária final da III CEMA-2008, ampliando este universo para 422 participantes da plenária geral. As plenárias gerais da I CEMA e II CEMA, por não ter encontrado dados suficientes para traçar este perfil.

Capítulo 4 – Desdobramento das Deliberações da II CEMA/2005.

Neste capítulo, são apresentadas análises quantitativas e qualitativas sobre as deliberações de responsabilidades do estado que apontam para a formulação de políticas públicas nas temáticas: Biodiversidade e Floresta; Fortalecimento do SISNAMA e Controle Social; Qualidade Ambiental e Assentamentos Humanos; Água e Recursos Hídricos; Elementos de uma Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável; e Seca 2005. Juntas as seis temáticas correspondem a num total de cento e cinquenta e seis deliberações. Qualificar as deliberações pelo registro escrito da fala dos gestores e posterior identificação de documentos oficiais publicados pelo estado sobre programas, projetos e ações que foram indicados na entrevista com o gestor. Essa qualificação foi definida numa escala de três níveis, a saber: (a) Deliberações Implantadas pelo estado (nível 2) a partir dos documentos oficiais sobre: o projeto, programa e ações fomentadas pelo estado e relatos dos gestores sobre o conteúdo de cada deliberação de sua responsabilidade; (b) Deliberações acatadas pelo estado, mas em processo de implantação (nível 1) a pesquisa identificou na entrevista com os gestores projetos que contemplavam o conteúdo das deliberações, mas que estavam em processo de licitação ou no aguardo de uma tomada de decisão do gestor; (c) Deliberações não implantadas (nível 0) que se constituem nas apontadas pelo gestor como não implantadas ou indicadas para serem respondidas por outras instituições fora do alcance da pesquisa.

Essa pesquisa não teve a pretensão de esgotar todos os caminhos percorridos, mas sim, compreender as verdades construídas por cada um dos entrevistados, pois foi a maneira que cada individuo teve de colaborar com a pesquisa, cabendo ao pesquisador à interpretação do dito, numa análise do conteúdo revelado por cada um no momento do diálogo durante a entrevista, o que foi complementado por meio da pesquisa exploratória com documentos oficiais, publicações sobre as ações, projetos e programas citados na entrevista.

CAPÍTULO I

1. CONFERÊNCIAS DE MEIO AMBIENTE E A GESTÂO AMBIENTAL PARTICIPATIVA NO BRASIL

1.1. CONSTRUINDO O CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

Este capítulo apresenta o desenvolvimento da pesquisa no campo teórico, com abordagem e discussões das categorias da gestão ambiental participativa, transversalidade da temática ambiental nas diferentes áreas do conhecimento, tendo a governança ambiental local no reconhecimento da necessária estratégia de descentralização da gestão pública e o desafio da sustentabilidade ambiental em superar a visão historicamente ultrapassada de um desenvolvimento limitado a indicadores econômicos.

Problemas ambientais têm motivado a realização de eventos internacionais e nacionais, com resultados de acordos internacionais de agendas voltadas para processos civilizatórios tendo por base princípios da Carta da Terra (1992) oficialmente divulgada em Haia no ano de 2000. Esses eventos vêm gerando acordos multilaterais norteando a elaboração de políticas públicas voltadas para conservação ambiental.

A posição brasileira já no período pré-Estocolmo defendia o desenvolvimento econômico como forma de correção dos desequilíbrios ambientais e sociais, com considerações ambientais incorporadas ao processo de desenvolvimento integral, sem prejuízo do desenvolvimento econômico.

Neste período, vários eventos foram realizados no intuito de elaborar instrumentos precursores da implementação de políticas ambientais globais como, por exemplo, a Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo no período de 5 a 16 de junho de 1972, com a elaboração de 23 princípios comuns para servirem de orientação à humanidade e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Rio-92 e como a "Cúpula da Terra" (Earth Summit), com o objetivo de estabelecer uma nova parceria global e igualitária, realizada na cidade do Rio de Janeiro entre 3 e 14 de junho de 1992, contando com a presença de 172 países.

A Conferência de Estocolmo chamou a atenção dos governos nacionais para a degradação da natureza causada pela ação humana gerando severos riscos para o bem estar e para a sobrevivência da humanidade. Foi marcada por uma visão antropocêntrica de mundo, em que o homem era tido como o centro de toda a atividade realizada no planeta, desconsiderando o fato de que a espécie humana faz parte da grande cadeia ecológica que rege a vida na Terra. Neste evento se evidenciou o confronto entre as perspectivas dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento. Os países desenvolvidos estavam preocupados com os efeitos da devastação ambiental sobre a Terra, propondo um programa internacional voltado para a conservação dos recursos naturais e genéticos do planeta, pregando que medidas preventivas teriam que serem encontradas imediatamente, para que se evitasse um grande desastre. Por outro lado, os países em desenvolvimento argumentavam que se encontravam assolados pela miséria, com graves problemas de moradia, saneamento básico, atacados por doenças infecciosas e que necessitavam desenvolver-se economicamente, e rapidamente. Questionavam a legitimidade das recomendações dos países ricos que já haviam atingido o poderio industrial com o uso predatório de recursos naturais e que queriam impor a eles complexas exigências de controle ambiental, que poderiam encarecer e retardar a industrialização dos países em desenvolvimento.

Vinte anos depois da Conferência de Estocolmo, a ONU convoca a Rio-92, propiciando o debate e a mobilização da comunidade internacional em torno da necessidade de uma urgente mudança de comportamento visando à preservação da vida na Terra. A Eco-92 reuniu não só políticos e representantes de governos – membros das Nações Unidas, mas também grupos da sociedade civil latino-americana e planetária, de origens e concepções as mais diversas. Possibilitou a compreensão das questões ambientais numa integração do cotidiano profissional e privado de pessoas e de grupos até então completamente alheios à questão, além de situar o continente na contemporaneidade do pensamento global.

No Brasil, a concretização dos compromissos pactuados na conferência Rio-92 se expressa nos compromissos estabelecidos pela Agenda 21 (1992). Esta agenda teve como maior avanço, sua elaboração, por meio de processos amplamente participativos na construção de consensos e cenários de futuro. A

Agenda 21 Brasileira recomenda a retomada do planejamento estratégico participativo e multisetorial, a partir de uma construção coletiva.

A partir de 2003, as Conferências Nacionais de Meio Ambiente- CNMA coordenadas pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA e Ministério da Educação – MEC se tornaram instrumentos importantes na mobilização para a participação da sociedade na elaboração e fortalecimento das políticas públicas relacionadas às questões ambientais no Brasil. Até o momento, no Brasil, já foram realizadas três edições, nos anos de 2003, 2005 e 2008, sendo que havia a previsão para a realização da 4ª edição para novembro de 2011. Esse processo de continuidade das conferências nacionais colocava o Brasil como referência na construção da política ambiental de forma participativa, onde a sociedade civil tem 50% das vagas nas plenárias constituídas.

Para compreensão da forma de envolvimento do indivíduo numa cultura de participação nos espaços públicos, é importante saber que a comunidade não precisa que o governo a substitua, resolvendo seus problemas, e sim que lhe sejam dados os instrumentos da transformação. Entendendo que esta transformação não está no campo técnico ou de uma atuação sociológica, mas de decisão política.

Nesse sentido, a participação social se caracteriza como um instrumento de fortalecimento da sociedade civil que se enquadra no processo de redefinição entre o público e o privado. A participação deve ser aqui entendida como um processo continuado de democratização da vida municipal, cujos objetivos são: 1) promover iniciativas a partir de programas e campanhas especiais visando o desenvolvimento de objetivos de interesse coletivo; 2) reforçar o tecido associativo e ampliar a capacidade técnica e administrativa das associações e 3) desenvolver a participação na definição de programas e projetos e na gestão dos serviços municipais (JACOBI, 1990a).

A busca por mudanças no acesso à informação e comunicação e aos valores adotados pela sociedade, com práticas que remetem a programas de educação ambiental que possa criar novos estilos de vida, desenvolver consciência ambiental foca na ética, que questione o atual modelo de desenvolvimento marcado pelo seu caráter predatório e pelo reforço das desigualdades socioambientais, ainda muito presente principalmente nas comunidades isoladas.

Esses percalços do atual modelo de desenvolvimento necessariamente precisam estar situados diante de uma necessidade que concilie os conceitos fundamentais das ciências da natureza com o escopo mais abrangente incluindo o componente social, ampliando a compreensão da questão ambiental para uma dimensão socioambiental, levando em conta critérios culturais e determinações específicas das políticas sociais.

Segundo DOWBOR (2009) “a mudança não se realiza apenas com leis e regulamentos, acompanhados dos inevitáveis fiscais. Leis e fiscais são importantes como ponto de referência, e para o comportamento delinquente de minorias, qual o governo já conhece. Mas quando é o próprio modelo de desenvolvimento e o padrão dominante de consumo que constituem fatores de destruição do meio ambiente, é preciso introduzir um novo comportamento ambiental, e isto não se faz com regulamento, e sim com profundas mudanças culturais”. A capacidade de gestão local dos municípios amazonenses é imprescindível para qualquer programa que o estado do Amazonas queira desenvolver junto à administração pública mais eficiente.

O desenvolvimento de programas com foco no desenvolvimento regional (local), segundo Becker (2009) pode se sustentar no uso de “bens de serviços“, gerados pela própria floresta: clima, serviços para a agricultura, medicina, indústria e ambientais, decorrentes da existência dos ecossistemas florestais. Quando os programas de governo tem como base o desenvolvimento sustentável compreendido aqui como compromissos entre o ambiente físico e o crescimento econômico – este desenvolvimento reconhece na relação homem-natureza os processos históricos através dos quais o ambiente é transformado, e a sustentabilidade será uma decorrência de uma conexão entre movimentos sociais, mudança social e políticas mais efetivas.

A necessidade de estabelecer o controle do uso dos recursos naturais obriga o governo junto à sociedade civil, definir estratégias de gestão ambiental local. A gestão ambiental como instrumento integrador da informação ambiental, a tomada de decisão técnica, econômica e política o que requer o entendimento do conceito de conservação, recursos hídricos, impactos, conflitos e das leis da termodinâmica.

Sachs (1994) afirma que embora reconhecendo a complexidade e a gravidade dos desafios sociais e ambientais, com os quais a humanidade se depara tanto com o relatório Founex 1971, como a declaração de Estocolmo de 1972 e a Declaração de Cocoyoc de 1974, transmitiram uma mensagem de esperança sobre a necessidade e a possibilidade de se projetar e implementar estratégias adequadas, visando à promoção de uma forma de desenvolvimento sócio-econômico equitativo, ou ecodesenvolvimento. Uma expressão que foi mais tarde rebatizada pelos pesquisadores anglo-saxões como desenvolvimento sustentável. E seminários subsequentes sobre estilos alternativos de desenvolvimento seguiram esta linha de raciocínio, encontrando eco no relatório de Brundtland (WCED, 1987), motivando à Convocação de Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também denominada de Eco/92.

Santos (1998) expõe que a gestão ambiental envolve o diagnóstico, planejamento e gerenciamento. O diagnóstico representa a identificação das potencialidades e problemas que ocorrem em determinado sistema. O planejamento ambiental é um processo que busca identificar e hierarquizar alternativas de uso dos recursos naturais, privilegiando o potencial em detrimento da demanda, a qualidade de vida do ser humano, sob o enfoque da felicidade, a participação da comunidade e a premissa de desenvolvimento sustentável.

Na visão de Pol (2003), a gestão ambiental centra-se principalmente, nos recursos e pressupõe escolher entre alternativas, que não sejam somente tecnológicas e criar as condições para que aconteça a sustentabilidade ambiental. Deve controlar e assegurar o cumprimento da lei ou normas que estão estabelecidas e regulam os comportamentos das pessoas, das sociedades, das empresas, das formas de produção e seus efeitos.

Nesta pesquisa se buscou estudar os processos de mobilização, organização, realização, e a tomada de decisão do governo na implantação das deliberações aprovadas e legitimadas, no espaço das conferências de meio ambiente onde as relações estabelecidas podem se dá nos campos ideológicos e político.

Como afirma Gramsci “o estado é complexo de atividades práticas e teóricas com o qual a classe dominante não somente justifica e mantém sua dominação, como procura conquistar o consentimento ativo daqueles sobre os quais ele governa”. (apud Carnoy, 1988 p.99).

A Política Nacional de Meio Ambiente- PNMA (Lei 6.938 de 1981) cria o Sistema Nacional de Meio Ambiente- SISNAMA, visando estabelecer mecanismos e instrumentos que tornem possível o desenvolvimento sustentável. Normas e planos são destinados a orientar os órgãos públicos nacionais com objetivo de manter o equilíbrio ecológico, planejar e fiscalizar o uso dos recursos naturais ambientais.

Os instrumentos desta política são entre outros, o zoneamento ambiental, criação de espaços territoriais protegidos, avaliação de impactos ambientais e o licenciamento, incentivos e penalidades disciplinares ou compensatórias para as diversas atividades.

Passada mais de três décadas da realização da I Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, Estocolmo 1972, a participação social e o empoderamento da sociedade têm levado a um fortalecimento das políticas públicas que impulsionou inúmeras ações relevantes à questão ambiental, entendendo-se o empoderamento como “um construto que liga forças e competências individuais, sistemas naturais de ajuda e comportamentos proativos com políticas e mudanças sociais” (Perkins e Zimmerman *apud* Horochovski e Meirelles, 2007, p. 486).

Chegando-se ao século XXI, tem-se um cenário no Brasil que se destaca pelos esforços mútuos de diversos setores a fim de definir claramente quais desenvolvimentos econômicos e sociais que se deseja alcançar. Devido a esta posição, percebe-se que não podemos mais decidir questões ambientais de maneira unilateral ou em nichos de poder. Conhecendo e refletindo esta posição, o governo criou o espaço da CNMA como uma instância nacional de formulação e acompanhamento da Política Ambiental Integrada do Ministério do Meio Ambiente- MMA que tem sua construção estabelecida também nos municípios, estados e distrito federal.

O desenvolvimento sustentável chegou aos fóruns de discussões a partir do relatório intitulado “Our common future” da WCED (1987)[3], retificado pela UNCED, 1992 e tem a seguinte definição: o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades atuais, sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender as próprias necessidades.

Nos últimos anos o conceito de desenvolvimento sustentável tem substituído na literatura especializada os conceitos de desenvolvimento alternativo e eco desenvolvimento. Porém, esses conceitos são originados da Conferência de Estocolmo de1972, sendo que o de desenvolvimento alternativo lhe é anterior. A partir dessa conferência, o ecodesenvolvimento foi o conceito mais difundido na literatura especializada, até a publicação do Relatório Brundtland em 1987.

Em todos os espaços o uso sustentável dos recursos naturais tem se tornado uma prioridade, um dos componentes mais importantes para o planejamento político e econômico dos governos, passando então a ser analisados em potencial econômico e vistos como fatores estratégicos. A desigualdade entre os grupos sociais e países desenvolvidos e países em desenvolvimento tem exercido importante pressão sobre as políticas econômicas e ambientais.

Nas sociedades capitalistas periféricas, a ideia de desenvolvimento sustentável não pode se restringir à preservação de recursos naturais, visando o abastecimento de matérias primas às gerações futuras, como tem sido enfatizado nos países de capitalismo avançado. Essas sociedades precisam criar estratégias de desenvolvimento para superar as suas necessidades e desigualdades sociais.

Tem importância nesta pesquisa enfatizar que atualmente as propostas de desenvolvimento econômico que não têm considerado os fatores ambientais diante dos seus limites e esgotamento, estão condenadas ao esquecimento, mesmo nas agendas políticas, motivo pelo qual a “ideia” de desenvolvimento sustentável tem estado presente nas mesas de debates e acordos internacionais, mesmo não se apresentando de forma homogênea.

[3] O documento da WCED, também é conhecido como relatório de Brundtland (nome da coordenadora da comissão).

No decorrer do amadurecimento das discussões sobre a problemática ambiental, surge a necessidade da ampliação do foco saindo do ambiente puramente econômico para a sustentabilidade multisetorial. Assim, propõe-se o termo sustentabilidade ambiental compreendendo diferentes dimensões: econômica, ambiental, política, ética e cultural.

O desafio da sustentabilidade ambiental implica em superar a visão historicamente ultrapassada de um desenvolvimento limitado a indicadores econômicos. Tem como premissa inserir maior racionalidade no uso e conservação dos recursos naturais pela adoção de práticas sustentáveis no âmbito da produção e do consumo, do reuso e reciclagem de matérias, na gestão e aproveitamento de insumos e resíduos, além de garantir a qualidade ambiental nos centros urbanos e áreas rurais, oportunizar a geração de emprego e renda, a democratização de acesso aos recursos e a qualidade de vida para presentes e futuras gerações.

Em face disso, qualquer que seja o conceito de desenvolvimento, dificilmente se pode garantir, pacificamente**,** às gerações futuras de qualquer parte do globo, o patrimônio natural e cultural comum da humanidade.

A questão ambiental exige a prática da transversalidade, podendo ser definida "como um processo de intercâmbio entre diversos campos e ramos do conhecimento científico, nos quais uns transferem métodos, conceitos, termos e inclusive corpos teóricos inteiros para outros, que são incorporados e assimilados pelas ações e tomadas de decisões, induzindo um processo contraditório de avanço/retrocesso do conhecimento, característico do desenvolvimento das ciências" (Leff, 1999).

Para uma melhor compreensão da busca da temática ambiental se fortalecer na transversalidade, precisamos evidenciar o conceito de transversal, originário da geometria que nos remete ao conceito da transversalidade cunhado por Felix Gualtari (1976) para afirmar que, na situação de mal-estar social, conjugam-se transversalmente as dimensões desejadas no contexto social, político, econômico e histórico.

A transversalidade oportuniza que no estudo de fatos, por meio de conteúdos e saberes, inter-relações e novas compreensões, que valorizam o esforço, a cultura e o saber de quem apreende, outorgando sentidos aos novos conhecimentos produzidos convergindo para as diversas áreas de conhecimento que o estudo ou a

análise de um objeto ou fenômeno é realizado. Este conceito é uma excelente contribuição para pensar a noção de rede, cunhada por (Gomez, 2005), a partir do conceito de Rizoma (Deleuze e Gualttari, 1976) e da pedagogia libertária, dialógica proposta por (Freire, 1996).

A temática ambiental tem buscado na transversalidade a metodologia para superar a hierarquização de saberes disciplinares, que tem gerado concentração de valores em torno de uns, em detrimento de outros. A transversalidade traz o entendimento de que o conhecimento atravesse as estruturas, rompendo hierarquias de conteúdos de disciplinas, de instituições e organizações. Na prática da transversalidade, todos os conhecimentos e ideias são válidos e todas as ações são importantes, embora algumas possam ser mais complexas do que outras. Nela é possível à conexão, o confronto interinstitucional ou interinstitucional que permite o aumento de comunicação entre diferentes grupos, dando uma noção de rede.

A transversalidade tratada nas questões ambientais é justificada pelo fato de que os conteúdos de caráter conceituais[4], procedimentais[5], e atitudinais[6] formam campos com determinadas características em comum, podendo abordar o conhecimento em multiplicidade de áreas, com repercussão na vida cotidiana, envolvendo fundamentalmente procedimentos e atitudes, cuja assimilação deve ser observada em longo prazo (MEC, 1996). Ela efetiva-se quando há uma comunicação intensa entre os diferentes níveis e nos múltiplos sentidos. Trata-se de uma abertura máxima para a processualidade, para a multiplicidade (Gallo, 2003).

Outro ponto importante nesta pesquisa é a compreensão do termo governança, este termo expressa uma estratégia de gestão participativa com vistas ao desenvolvimento econômico e social do país, mas especificamente a governança ambiental, que traz um ponto de inflexão representando um deslocamento de preocupações ligadas às reformas burocráticas e ao gerenciamento de política econômica, para temas mais abrangentes, como a legitimidade e o pluralismo político (Alencar, 2004).

[4] conceitos, fatos e princípios.
[5] relacionados com processos de produção e de ressignificação dos conhecimentos.
[6] valores, normas e atitudes.

A governança refere-se também ao conjunto de iniciativas, regras, instâncias e processos que permitem às pessoas, por meio de suas comunidades e organizações civis, exercer o controle social, público e transparente, das estruturas estatais das políticas públicas, e da dinâmica das instituições do mercado. Assim a governança abrange tanto mecanismos governamentais como informais e/ou não estatais. Tem a capacidade social (os sistemas, seus instrumentos e instituições) de dar rumo, ou seja, orienta condutas dos estados, das empresas, das pessoas em torno de certos valores e objetivos de longo prazo para a sociedade (Born, 2007).

Para uma melhor compreensão dos termos cabe distinguir: governança, boa governança e governabilidade. Uma vez que a governança engloba técnicas de governo, boa governança requer boas técnicas e governabilidade descreve as condições sistêmicas de exercício do poder em um sistema político.

Nas duas últimas décadas do século XX, as questões ambientais alcançaram o status de problemas globais, nesse contexto, o conceito de governança aplicado às questões ambientais faz reconhecer que a gestão pública ambiental, assim como outros setores das relações sociedades/governo, para ser compartilhada, deve igualmente constituir-se de um arcabouço participativo que considere o cidadão e a sociedade civil organizada (Acselrad, 2006).

O princípio da gestão descentralizada, integrada, colegiada e participativa, ainda está no inicio e os entraves são significativos e diferenciados. Assim, é desejável que o conceito de governança ambiental incorpore o processo de mudança institucional que sinalize a tendência de se ampliar cada vez mais os espaços para a participação de diversos setores da sociedade civil organizada. A participação social apresenta-se como valioso indicador da governança ambiental, pois produziu a revitalização da sociedade civil desde meados da década de 1980, e se reflete no aumento do associativismo e na presença dos movimentos sociais organizados que se expliquem na construção de espaços públicos que pressionam pela ampliação e democratização da gestão pública (JACOBI, 2000).

Jacobi (2006) observa que o princípio da gestão descentralizada, integrada, colegiada e participativa, ainda está no seu início e os entraves são significativos e diferenciados, sendo fundamental para este processo que o conceito e as práticas de governança ambiental sejam incorporados também nas mudanças institucionais de forma a sinalizar a tendência de se ampliar cada vez mais os espaços para a participação de diversos segmentos da sociedade civil organizada.

Num espaço público em que o Estado convive com diferentes interesses e organizações não estatais, cuja atuação coordena a democracia redistribuitiva não pode confinar-se à democracia representativa uma vez que esta foi desenhada apenas para a ação política no marco do Estado. Por isso, nestas condições a democracia redistributiva tem de ser democracia participativa, esta última, deve incidir tanto na atuação estatal de coordenação como na atuação dos agentes privados, empresas, organizações não governamentais, movimentos sociais cujos interesses e desempenho o Estado coordena (Santos, 2006).

Quando se remete o pensamento às ações das políticas de governo estas estão envolvidas com a racionalidade e com os efeitos que elas provocam na sociedade. Segundo Pereira (1997), a política com modelos de desenvolvimento comporta 3 categorias sendo: da racionalidade econômica, para o qual a racionalidade das políticas públicas e da economia de mercado são iguais; o da racionalidade política-sistêmica, em que os atores, no jogo do poder do processo de formulação, interagem e chegam a um acordo político que permite, além do exercício do pluralismo, o funcionamento do sistema político sem mudanças básicas; e o modelo da formulação responsável de políticas públicas, que busca, nas justificativas morais, os critérios para o processo de sua formulação.

A amplitude dos encaminhamentos que o Ministério do Meio Ambiente - MMA vem tomando a partir das deliberações construídas nos espaços das conferências de meio ambiente, revela o quanto à questão ambiental se relaciona com quase todas as esferas da ação humana, envolvendo políticas de todo o governo, iniciativas do setor privado, do terceiro setor e mesmo de âmbito internacional. Porém, nesta caminhada, sociedade e governo têm muito a realizar para que este espaço se consolide como instância privilegiada de participação social na definição dos rumos da política ambiental brasileira.

1.2 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa foi concebida pelas inquietações e observações construídas num período de sete anos, tendo a primeira edição simultânea da I CEMA-2003 e a I CNMA-2003, estando como colaboradora na execução da I CEMA, na II CEMA-2005 e III CEMA-2008 participei como membro da COE-AM representando a Secretaria Municipal de Educação – SEMED/Manaus nas fases de elaboração, organização e execução das Conferências Estaduais de Meio Ambiente no Amazonas, tendo a necessidade de conhecer e analisar essa trajetória iniciada em 2003 e concluída em com a pesquisa de campo realizada em 2010.

As entrevistas com os 4 gestores/técnicos de órgãos estaduais e federais que desenvolvem a política ambiental voltada para o conteúdo das deliberações sendo: três órgãos estaduais (SDS, SEPROR e SEDUC) e um órgão federal (INCRA). As entrevistas foram desenvolvidas por meio de um roteiro com objetivos estruturados para acomodar o conhecimento do gestor e/ou técnico sobre o conteúdo das deliberações da II CEMA -2005, com anotações em formulários com registro da política desenvolvida pelo órgão, programa e /ou ação adotada que contemple a deliberação. A primeira temática apresentada foi a Seca-2005, esta temática é de grande relevância para as comunidades ribeirinhas, pois tem sido um evento que tem causado isolamento dos municípios e na sequencia da entrevista os temas: Biodiversidade e Floresta, Água e Recursos Hídricos, Fortalecimento do SISNAMA e Controle Social, Qualidade Ambiental e Assentamentos Humanos e Elementos de uma Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável. O gestor e/ou técnico indicado só respondeu as deliberações que ele identificava que era de sua competência, indicando outros órgãos que poderiam contribuir com a pesquisa sobre as deliberações. As anotações foram realizadas em formulários elaborados para acomodar os níveis de implantação das deliberações: (2) para as deliberações implantadas, (1) para as deliberações acatadas e não acatadas pelo órgão e (0) para as deliberações não implantadas pelo estado. Indicação do programa, política e/ou ação, o período de vigência da ação, as dificuldades enfrentadas pela não implantação das ações.

A pesquisa abrangeu dados de fonte primária, que foram identificados pela pesquisa sendo: gestores/técnicos, membros da COE-AM e delegados e delegadas dos diferentes setores da sociedade e os dados secundários na pesquisa documental, obtidos nos documentos oficiais como: leis, decretos, portaria e resoluções que se reportam aos conteúdos das deliberações. Incluindo as fichas de credenciamento dos participantes, relatórios de reuniões de planejamento e execução das CEMA, atas de reuniões e o caderno de propostas publicadas pelo estado do Amazonas da II CEMA-2005 por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS.

1.2.1 ESTRATÉGIAS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa teve uma abordagem plurivalente (Geertz, 1989) onde se buscou desenvolver instrumentos nascidos da sinergia entre a metodologia Qualitativa (Minayo, 1994) e Quantitativa (Netto, 2004). No levantamento documental a pesquisa se deu de forma exploratória no processo de conhecer os documentos oficiais que registraram o histórico das três conferências realizadas no estado do Amazonas solicitados e concedidos aos órgãos organizadores das CEMA que compõem o comitê executivo da Conferência Estadual de Meio Ambiente e da Comissão Organizadora Estadual - COE-AM, os órgãos que disponibilizaram os documentos foram: Instituto Brasileiro de Recursos Naturais – IBAMA e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável- SDS, os documentos disponibilizados foram: frequência dos delegados, fichas de credenciamento, atas de reuniões e relatórios oficiais enviados pelos os municípios que participaram nas pré-conferências. Analisando este acervo foi possível quantificar e qualificar a participação dos municípios nas três conferências estaduais, municípios polos local de realização das pré-conferências, quantitativo de pessoas mobilizadas nas pré-conferências, perfil dos delegados eleitos nas conferências estaduais para formação da delegação do Amazonas, tendo sua representatividade na Conferência Nacional de Meio Ambiente- CNMA.

As entrevistas tiveram combinações de questões das seguintes categorias: a. abertas - o entrevistado expõe livremente o seu pensamento sobre o assunto; b. perguntas dicotômicas - somente duas opções de respostas foram possíveis: SIM ou NAO; c. perguntas de múltiplas escolhas – apresentam opções de possíveis respostas, abrangendo várias facetas do mesmo assunto (Marconi e Lakatos, 2002).

Segundo Borg e Gall (1989), as entrevistas são importantes ferramentas para aperfeiçoar a qualidade das informações obtidas. Porém, como todo método de pesquisa possui vantagens e limitações, sendo inerente a técnica da entrevista coletar apenas o que o sujeito ou ator social da pesquisa sabe ou o quer comunicar (Gil, 1993). Por outro lado, as principais vantagens das entrevistas consistem no uso auto-administrado, na capacidade que o pesquisador tem de interagir com o informante no momento da pesquisa, e na amplitude de pessoas e tópicos que abrange, além do baixo custo do processo (Isaac e Michael, 1982).

Com base nesses pressupostos descremos a seguir as etapas para realização deste estudo. A primeira etapa foi à pesquisa documental realizada a partir de dados primários levantados simultaneamente por meio da pesquisa bibliográfica em arquivos públicos: relatórios sobre as conferências estaduais elaborados pela COE-AM; diagnósticos dos estados brasileiros disponibilizado pelos consultores do MMA nas reuniões de avaliação das CEMA; Cadernos de Deliberações das Conferências Nacionais – edições 2003, 2005 e 2008; jornais do MMA; Sistema de Informação Ambiental – SIA; Rede Brasileira de Informação Ambiental - REBIA.

Uma vez identificados os delegados, foram contatados para conhecerem a pesquisa, seus objetivos e assinarem o termo de livre consentimento antes de iniciar a entrevista, uma exigência do comitê de ética em pesquisa- CEP/UFAM. Em datas previamente marcadas com os delegados que aceitaram participar da pesquisa foram realizadas as entrevistas com questões “abertas” e “fechadas” (Chizzoti, 1998) abordando: 1 - Processo de mobilização nas fases: Conferências Estadual e Nacional; 2 - Processo de articulação entre a COE-AM e os municípios participantes; e 3 - quanto à metodologia de construção das propostas nos grupos de trabalho e seu encaminhamento para a plenária final.

Com base no documento intitulado “II Conferência Estadual de Meio Ambiente do estado do Amazonas - RELATÓRIO E PROPOSTAS” que contém os resultados da CEMA realizada em 2005, as 156 deliberações foram analisadas e identificadas quanto à responsabilidade de cada nível e setor de governo. Para facilitar essa análise às deliberações da II CEMA foram agrupadas com base na classificação utilizada no documento oficial da III Conferência Nacional de Meio Ambiente - CNMA, que compreendem: a) Deliberações de Responsabilidade Partilhada – quando sua implantação depende de uma ação conjunta em níveis federal, estadual e municipal. b) Deliberações de Responsabilidade Estadual - quando sua implantação depende de uma ação somente em nível estadual. c) Deliberações de Responsabilidade Nacional - quando sua implantação depende de uma ação somente em nível federal. As deliberações de responsabilidade do Estado do Amazonas foram analisadas quanto ao seu desdobramento em políticas públicas desenvolvidas na forma de programas, projetos e ações.

A seguir são apresentados os procedimentos adotados nas entrevistas com cada grupo de interesse: gestores públicos, delegados e delegadas e, membros da COE/AM.

1.2.1.1 Entrevistas com os Gestores/Técnicos: Para armazenar as informações com os gestores/ técnicos das entrevistas, foram elaborados três instrumentos sendo: (1) uma tabela para o preenchimento quanto o desdobramento da deliberação indicada pelo CÓDIGO, criado conforme a lista das deliberações que acompanhou este formulário (2) lista de deliberações das seis temáticas pesquisadas para os gestores/técnicos conhecerem o conteúdo das mesmas. (3) formulário com o roteiro da entrevista com os gestores/técnicos com questões sobre: (a) conhecimento do documento caderno de deliberações da II CEMA-2005; (b) indique duas deliberações numa ordem de importância da sua área de atuação, que constam na lista de deliberações apresentadas; (c) os problemas ambientais mais relevantes para o estado foram contemplados nas deliberações da II CEMA-2005; (d) numa aproximação em porcentagem indicar quanto você considera já deliberações implantadas no âmbito da instituição que você é gestor ou técnico; (e) Existem deliberações da II CEMA-2005 de sua competência que você sinaliza sem relevância para o estado, indique o código da deliberação e a temática.

Os gestores das quatro instituições indicadas na pesquisa exerceram um papel de “informantes-chave” estabelecendo assim uma rede de indicação (Furtado, 1993) essa rede teve inicio com gestores das instituições indicadas pela pesquisa que desenvolvem políticas públicas que apresentam relação com o conteúdo das deliberações. Essas entrevistas foram registradas diretamente em um formulário, elaborado para acomodar os níveis das deliberações, registrar os programas quando indicados na entrevista, projetos e ações que gestor identificou que atende a necessidade de cada deliberação.

A pesquisa adotou a abordagem quantitativa e qualitativa por sua natureza epistemológica de ver o mundo por meio da perspectiva interpretativa das informações elaboradas pelos entrevistados. Durante as entrevistas mesmo agendadas com Secretários executivos dos órgãos que assinaram o termo de anuência, foi necessários realizar vários agendamentos por necessidades dos gestores, durante o processo das entrevistas foi percebido, uma agenda bem dinâmica dos secretários executivos (reuniões, eventos e viagens), alguns gestores para compensarem os desencontros disponibilizaram os dados oficiais para a pesquisa o que ajudou muito na parte da pesquisa exploratória com a busca dos documentos mencionados nas falas dos gestores, como também mesmo sem todos os dados no momento da entrevista, foi solicitado ajuda de outros departamentos do órgão para subsidiar as respostas, aqui faço uma ressalva, muitos desses gestores foram professores em instituições de ensino superior, o que contribuiu muito na coleta de dados, pois são pessoas compromissadas com a pesquisa.

O campo metodológico referenciado na abordagem qualitativa numa análise do conteúdo desenvolvida por Bardin (1977), segundo a autora é utilizada quando se quer ir além dos significados, tendo a “busca de outras realidades através da mensagem” por se tratar de uma trajetória histórica das Conferências Estaduais de Meio Ambiente realizadas no Amazonas, com vistas às deliberações aprovadas na II CEMA -2005, sendo necessário o entrevistado fazer uma retrospectiva as necessidades e situações ambientais do ano de 2005. Na construção desta trajetória foi evidenciado por meio de documentos oficiais como cito aqui um deles ”Análise Ambiental de Sustentabilidade do Estado do Amazonas” resultado da colaboração entre a Cooperação Técnica Alemã, GTZ (Deutsche Gesellschaft fur Technische Zusammenarbeit) no Brasil, o Governo do estado do Amazonas e a Comissão

Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com financiamento do Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha (BMZ), publicado em 2007, onde faz uma avaliação da Política Ambiental do estado do Amazonas, e aponta uma “evolução” em termos de elaboração e implementação de políticas ambientais no estado. Com criação de instrumentos normativos e regulatórios, apontados nesta pesquisa que atenderam em grande parte as deliberações da II CEMA - 2005, o que não se pode afirmar, se essa “evolução” na política ambiental acontecida no Amazonas, nos anos de 2007 a 2010 partiu de um acatamento das conferências estaduais, pois na entrevista com os gestores e técnicos , sobre o conhecimento do documento publicado com o titulo: "II CONFERÊNCIA DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO AMAZONAS-RELATÓRIO E PROPOSTAS"-2005, num total de onze gestores pertencentes as quatro “instituições –chave” e sete que foram indicados posteriormente por serem importantes na complementação da pesquisa. Desses onze entrevistados apenas dois gestores tinham o conhecimento do documento pesquisado citado acima. Aqui com uma ressalva, esses dois gestores que responderam conhecer o documento são da SDS (SEAGA e SEAFE) e faziam parte da Comissão Organizadora Estadual/COE-AM, pois tiveram acesso ao documento durante o processo de sistematização do mesmo.

1.2.1.2 Entrevistas com Delegados e Delegadas - Uma vez identificados os 12 delegados (as), com critérios de ter participado de duas CEMA e uma CNMA, independente da edição da conferência sendo três de cada setor da sociedade (Governamental, Movimento Social, ONGs e Empresarial), definindo os doze entrevistados o próximo passo foi apresentar a pesquisa e deixá-los cientes dos objetivos da pesquisa e para os que aceitaram participar da mesma, foram convidados a conhecer e assinar o Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento-TCLE, antes de iniciar a entrevista, este procedimento é uma exigência do Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UFAM. Em datas previamente marcadas com os delegados que aceitaram participar da pesquisa foram realizadas as entrevistas com questões “abertas” e “fechadas” (Chizzoti, 1998) abordando: a escolha desta técnica foi por se tratar de um estudo sem financiamento e com o orçamento custeado pela própria pesquisadora. A entrevista com os delegados (as) foi estruturada para que fosse coletados dados sobre a atuação dos delegados (as) durante os processos de

mobilização das conferências, processo de construção das propostas nos grupos de trabalho, sua avaliação quanto à participação dos facilitadores e relatores nos GTs e sua percepção do processo democrático construído neste espaço público.

A entrevista mesmo tendo seu roteiro com objetivos bem definidos, os entrevistados se sentiram bastante a vontade para desenvolverem os cenários por eles registrados em suas memórias, como também na revelação de fatos importantes nesta construção histórica das conferências estaduais no estado do Amazonas, como um desencadear de impressões que retrataram com muita clareza o que representa e o que representou a sua participação nas CEMA e CNMA. Segundo Queiroz 1988, a história oral consiste em uma série de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Os relatos registram a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade, captam a experiência efetiva dos narradores e é uma técnica útil para registrar o que ainda não se cristalizara em documentação escrita.

1.2.1.3 Membros da Comissão Organizadora Estadual –COE/AM - As entrevistas “semiestruturada” (Neto, 2004) com perguntas abertas ou não estruturada com propósito bem definidos (Minayo, 1994), este instrumento permitiu elaborar o roteiro das entrevistas, com finalidades de conhecer o processo de realização das CEMA ao longo dos 7 (sete) anos, sob a coordenação da COE-AM, comissão que tem o caráter de ser permanente, mas não tem assumido este papel. Esta Comissão foi constituída I CEMA – 2003, com algumas substituições de membros, com atuação efetiva somente para realização das CEMA e outras vezes para avaliar o ciclo que tem como inicio nas pré-conferências, passa pela etapa estadual e se encaminha para a etapa nacional, que se constitui em uma fase de retroalimentação para o estado e os municípios. Essas avaliações foram convocadas pela COE-AM, tendo como um olhar da esfera federal os consultores do Ministério de Meio Ambiente que também participam desta avaliação com apresentação de dados por estado e por região. Esses dados foram relevantes para a pesquisa uma vez que registraram a atuação da COE-AM; participação da COE-AM nas pré – conferências nos municípios polos; dificuldades encontradas pelos membros da COE-AM quanto à logística para a mobilização nos municípios.

CAPÍTULO II

2. DESENVOLVIMENTO DAS CONFERÊNCIAS ESTADUAIS DE MEIO AMBIENTE

As Conferências Estaduais realizadas no estado do Amazonas estabeleceram certa sinergia com as Conferências Nacionais de Meio Ambiente, atendendo todas as convocações do governo federal. A I CEMA-2003, com o Tema: Fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente com diretrizes voltadas para a Política Ambiental Brasileira, um exemplo de transversalidade integrando ações do governo com foco no desenvolvimento sustentável. Em 2005, em cumprimento o espaço de dois anos foi realizado a II CEMA, esta conferência é objeto desta pesquisa, por ter sido uma edição com seus resultados publicados, esta conferência versou sobre o tema: Política Ambiental Integrada e Uso Sustentável dos Recursos Naturais, esta conferência estabelece a consolidação do controle social de caráter deliberativo e com ampla participação dos diversos setores da sociedade. No mês de maio de 2008 com um atraso no calendário do governo federal, foi realizada a III CEMA com o tema Mudanças Climáticas e o Amazonas com o objetivo de contribuir com a construção da Política e do Plano Estadual e Nacional de Mudanças do Clima.

2.1. MOBILIZAÇÂO E ORGANIZAÇÃO DAS CEMA NO ESTADO DO AMAZONAS

No processo de articulação das CNMA (Conferência Nacional de Meio Ambiente), o Ministério do Meio Ambiente – MMA é instituído comissões de âmbito Nacional (CON) e Estadual (COE) coordenadas pelas instituições do SISNAMA para mobilização da sociedade na participação deste fórum. A CNMA teve o objetivo de implantar as deliberações de responsabilidade nacional e divulgar as deliberações construídas na CNMA em todo território brasileiro, sistematizadas de acordo com as regiões brasileiras, setor responsável pelas informações é o sistema de informação ambiental – SIA é um sistema permanente de informação e comunicação mantido pelo MMA, disponível para qualquer informação sobre as Conferências de Meio Ambiente no site do Ministério de Meio Ambiente.

A CNMA se desenvolve em três etapas: (1) Pré-Conferências Municipais– não obrigatória e que acontecem nos municípios ou em regiões polos; (2) Conferências Estaduais, acontecem nos estados e distrito federal e; (3) Conferência Nacional - acontece em Brasília, capital federal. A mobilização para a CNMA acontece nacionalmente por meio da convocação dos 26 estados e o distrito federal para que se mobilizem para a realização das pré-conferências e da conferência estadual. A Conferência Nacional é independente das etapas anteriores, ou seja, mesmo que não aconteçam às conferências estaduais, a conferência nacional é realizada (Figura 1).

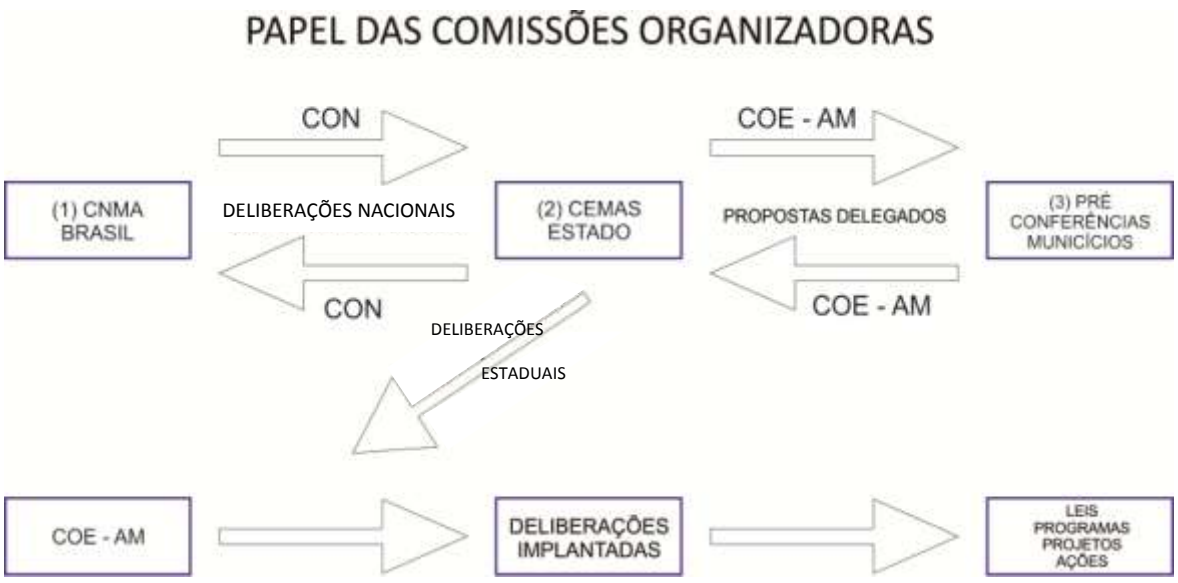

Figura 1: Esquema do fluxo das etapas das Conferências de Meio Ambiente: 1 – Conferência Nacional; 2- Conferencia Estadual; 3- Pré-conferências.

A Conferência Estadual tem o seu regimento que são recomendações estabelecidas pela CNMA com passos que se inicia com o estado convocando por meio de decreto governamental a sociedade a participar deste fórum público e constitui a Comissão Organizadora Estadual – COE, com atribuições: **a.** elaborar o regimento da conferência estadual; **b.** fazer a convocação dos municípios para participar por adesão; **c.** acompanhar a realização das Pré-conferências nos municípios; **d.** oportunizar a logística aos participantes dos municípios como (transporte, deslocamento na capital, hospedagem, alimentação); **e.** elaborar folder de divulgação; **f.** elaborar a programação da conferência; e **g.** garantir o cumprimento do regimento da conferência estadual.

A etapa de mobilização das CEMA tem acontecido por meio de convite/ convocação aos prefeitos e instituições ligadas aos movimentos sociais, organizações não governamentais ambientais, empresas/ privado e todos que queiram construir essa história, com divulgação por meio cartazes informando sobre o período de realização da conferência, o tema tratado na conferência, locais das pré-conferências nos municípios, data e como participar. Como estratégia de divulgação, a COE_AM tem utilizado a mídia televisionada e emissoras de rádios comunitárias, com divulgação do passo a passo da Conferência de Meio Ambiente.

A próxima etapa é a de articulação entre a COE-AM e os gestores dos municípios, enfatizando o convite e decreto governamental com elaboração de um cronograma de datas das pré-conferências nos municípios polos, tendo obrigatoriamente o acompanhamento da COE- AM e de especialistas de instituições que compõem a COE-AM para contribuir na discussão do tema da conferência, a metodologia segue a mesma da estadual, abertura oficial, mesa redonda, distribuição dos participantes nos grupos de trabalho e encaminhamento das propostas para votação na plenária final com eleição dos representantes para a etapa da Estadual.

A realização da conferência obedece aos critérios estabelecidos pela Comissão Organizadora Nacional – CON, com as inscrições dos participantes realizadas a partir do preenchimento da ficha de credenciamento, onde é definido o tema de seu interesse, com a formação dos grupos de trabalho- GT. O delegado credenciado recebe o texto-base encaminhado pela conferência nacional com conteúdos para fundamentação teórica. Esses temas são sinalizados pela coordenação nacional, entendendo que se constituem de interesse nacional, sendo facultado a COE a inserção de temas de interesse específicos do Estado. Quando isso acontece, é necessário que a COE elabore junto com especialistas texto–base para subsidiar o (s) grupo(s) temático(s) acrescido (s) localmente.

Os Delegados eleitos para a Conferência Nacional de Meio Ambiente- CNMA são representantes dos setores (Governamental, econômico e movimentos sociais e ONGs), o que expressa também à exigência da representatividade mínima de 30% de gênero na delegação, tanto para titulares como para suplentes, bem como a proporcionalidade com a população do estado. Conforme o artigo 21 do regimento

das CEMA, estados com até 5 milhões de habitantes, tem direito de eleger até 30 delegados, o que é o caso do Amazonas, que possui 3.480.937 pessoas (IBGE, 2010).

A mobilização da sociedade civil ocorrida nas três edições das CEMA (2003, 2005 e 2008) tem construído um cenário importante, pois esses espaços públicos[5] oportunizaram discussões a partir de diferentes realidades e interesses, trazendo como pontos relevantes, os problemas ambientais em níveis: local, regional e nacional, essas realidades foram apontadas nas entrevistas realizadas com membros da COE-AM e delegados (as) representantes da delegação do estado do Amazonas. Esta comissão no Amazonas é constituída por 47 instituições, instituída pelo mesmo decreto que convoca a sociedade para a mobilização e execução da conferência estadual e pré-conferências (SDS, 2008).

Como resultado das Conferências Estaduais de Meio Ambiente no Amazonas identifica-se que as temáticas apontadas pela base, a partir das pré-conferências (municipais), se constituem na sua grande maioria em um levantamento dos problemas ambientais a serem equacionados e enfrentados, tanto nas áreas urbanas, quanto nas rurais, situações problemas já conhecidas pela sociedade, governantes, universidades, instituições de pesquisa e tomadores de decisões, mesmo diante de todo arcabouço legal como: leis, decretos, portarias, resoluções, pareceres e recomendações, ainda verifica-se a ausência de instrumentos eficientes avaliativos dos resultados dessas ações.

As Conferências Estaduais de Meio Ambiente - CEMA, têm se tornado espaços de discussão que geram documentos elaborados nas bases municipais e estaduais com propostas de encaminhamento de políticas ambientais construídas na perspectiva da gestão participativa. As conferências foram pensadas numa perspectiva da gestão participativa, evitando dinâmicas dicotômicas entre a Sociedade Civil e o Estado, pela promoção efetiva de espaços dialógicos corresponsabilidades no processo democrático de construção de políticas públicas.

O mecanismo de participação dos representantes legais dos diferentes setores da sociedade[7] neste espaço é assegurado no regimento aprovado no primeiro dia em plenária, este conduz todo processo desenvolvido na conferência. A Conferência Estadual de Meio Ambiente, está estrutura em 3 fases: 1- convocação/mobilização, 2- realização/execução e 3- implantação das deliberações. Na fase de mobilização a Comissão Organizadora Estadual - COE/AM constituída por representantes de instituições governamentais e não-governamentais, empresas e movimentos sociais convoca os municípios a realizarem suas pré-conferências, com apoio da COE/AM no envio o texto-base com deliberações de interesse nacional e especificidades do Estado, com a participação de membros indicados pela COE-AM para acompanhar a realização das pré –conferências nos municípios polos.

Nos municípios o grupo local, com a ajuda da COE-AM, realiza a mobilização, discussão e elaboração das propostas, sistematização e envio das mesmas para compor o documento preliminar das pré-conferências daquele município – polo, (entende-se por município-polo, o que agrega outros municípios). Nesta fase, também são eleitos os representantes municipais que participarão da etapa da Conferência Estadual.

A fase de realização/ execução da Conferência Estadual realizada na capital com o objetivo de apreciar as contribuições enviadas pelas pré-conferências e o texto-base nacional, que também objetiva discutir novas propostas. O resultado da conferência estadual subsidia a execução da terceira etapa, que consiste na aprovação de um conjunto de deliberações organizadas por temáticas, compondo um documento, em forma de relatório que será enviado, de acordo com nível de responsabilidade Federal e Estadual para implantação das deliberações. Ao governo federal juntamente com os representantes do Amazonas para apreciação quando da realização da Conferência Nacional de Meio Ambiente - CNMA; Aos órgãos de meio ambiente da esfera estadual e municipal e sociedade civil organizada para subsidiar políticas e ações relacionadas ao que foi deliberado. O processo de mobilização, realização, plenária final e implantação das deliberações das CEMA, está

[7] Os representantes legais nas CEMA, delegados (as), são eleitos respeitando a seguinte representatividade-setores: sociedade civil - 50%, assegurando que destes, no mínimo 5% sejam de comunidades tradicionais e 5% dos povos indígenas; setor patronal/empresarial - 30%; setor governamental - 20%, assegurando que destes no mínimo 50% dos eleitos sejam representantes de governos municipais.

representado em um mecanismo cíclico para a retroalimentação das etapas do processo (Figura 2).

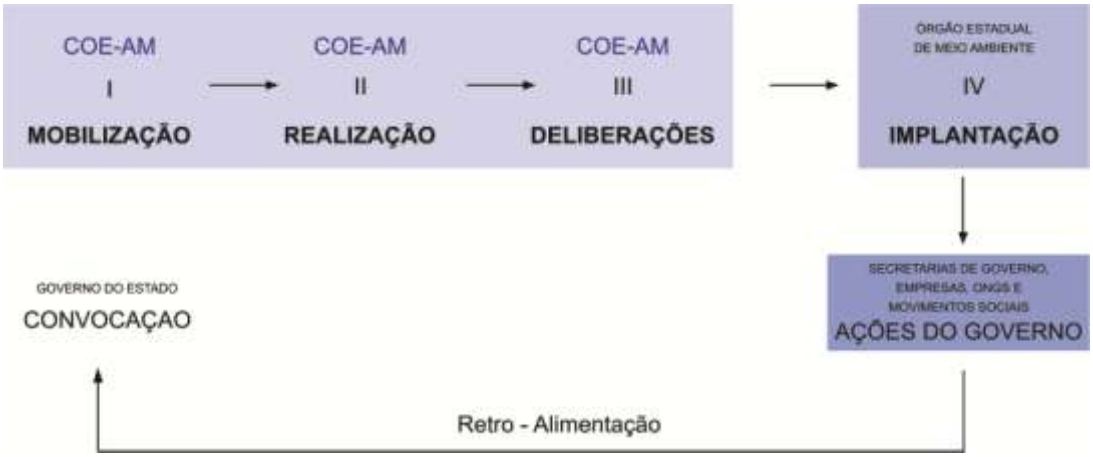

Figura 2: Desenvolvimento das etapas da Conferência Estadual de Meio Ambiente-CEMA: Mecanismo de I- convocação/ mobilização, II- realização e III- implantação das deliberações e retroalimentação das CEMA no Amazonas.

Todo o processo precisa ser conhecido, votado e aprovado para ter validade. Para o governo, esse pressuposto garante igualdade de intervenção a todos e a partir daí se institui nas CEMA espaços de convencimento, argumentações e negociações.

A mobilização é feita por meio de convite aos prefeitos e instituições ligadas a movimentos sociais, organização não governamentais, setor empresarial/patronal e todos que queiram construir essa história, com divulgação por meio de cartazes informando sobre o período da realização da conferência.

A divulgação consiste em informar a sociedade sobre o tema tratado na conferência estadual / pré-conferência nos municípios, data de realização, como participar e por meio da mídia televisionada e emissoras de rádio local também é veiculado o passo a passo da conferência, numa articulação entre a COE e os gestores dos municípios onde é estabelecido um cronograma de realizações das pré-conferências nos municípios polos, sendo acompanhado por membros da COE-AM e especialista de instituições públicas que compõem a COE para contribuírem com as discussões neste espaço.

2.2. A PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NAS PRÉ-CONFERÊNCIAS DAS CEMA/AM.

O Amazonas, estado de dimensões continentais e com grande diversidade ecossistêmica, étnica e socioeconômica, revela um grande desafio, quando se trata da gestão deste território. Considerando apenas um parâmetro, seu território compreende 1.559.161,682 Km^2, superior a de muitos países europeus, com uma população de 3.480.937 pessoas sendo: (50,3% ou 1.751.328 homens e 49,7 % ou 1.729.609 mulheres) concentradas na sua grande maioria nos centros urbanos com 79% ou 2.755.756 pessoas e rural com 21% ou 725.181 pessoas. (IBGE-2010).

Neste contexto, desencadear métodos de gestão participativa no Amazonas se revela em uma tarefa que só se faz possível a partir da ação integrada de instituições que atuam nos 62 municípios. Isso tem se revelado no esforço em realizar as Conferências Estaduais de Meio Ambiente- CEMA no estado, partindo da base das pré-conferências municipais, onde a comissão organizadora estadual-COE/AM tem em sua composição membros de diversas instituições governamentais e civis que tem unidades instaladas nos diversos municípios.

Este estudo construiu a trajetória da participação dos municípios nas três CEMA realizadas no Estado do Amazonas. O estado é formado por 62 municípios, com uma área territorial de 1,5 milhões de Km^2 entrecortados por rios, o que torna a mobilidade bastante complexa com forte determinante sazonal, de elevado custo financeiro e alta demanda do fator tempo. A participação dos municípios nas CEMA – 2003, 2005 e 2008, dentre outros fatores, tem apresentado como limitação a dimensão e características espaciais da região. Essas características devem ser consideradas quando da análise do processo de participação dos municípios nas conferências, que até o momento, em nenhuma de suas edições teve a participação de todos os municípios, dados evidenciados na Tabela 1, a maior participação em termos de representatividade municipal foi na III CEMA -2008 com 46 municípios envolvidos nas pré-conferências, com presença também na estadual. Ficando com a menor representatividade, 19 municípios a II CEMA, a qual teve justificativa deste esvaziamento pelo fato do fenômeno da SECA em 2005 no estado.

Tabela 1 – Número de municípios do Estado do Amazonas que participaram das Conferências Estaduais de Meio Ambiente- CEMA no período de 2003-2008

Edição da Conferência	Ano de Realização	Total de Municípios Participantes	Participação Relativa (%)
I CEMA	2003	34	54,8%
II CEMA	2005	19	30,6%
III CEMA	2008	46	74,2%

Fonte: Relatórios da COE-AM- 2003 2005 e 2008.

Em consulta aos registros da COE-AM, a ausência dos municípios de Anori, Atalaia do Norte, Caapiranga, Codajás, Itamarati, São Sebastião do Uatumã e Tonantins em todas as três CEMA chama atenção. O que pode ter como justificativa a divulgação e a logística para o deslocamento, pois os municípios de Codajás e Itamarati estiveram presentes nas pré-conferências da I CEMA-2003.

2.2.1. I Conferência Estadual de Meio Ambiente no Amazonas – CEMA (2003)

A I Conferência Estadual do Meio Ambiente foi presidida pela SDS – Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e pela Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino – SEDUC, realizada no auditório da Universidade do Estado do Amazonas – UEA no período de 3 a 5 de novembro de 2003.

Segundo organizadores da Conferência foi um marco, pois foi a primeira vez que o estado reuniu vários segmentos da sociedade civil, para discutirem e construírem propostas em torno da questão ambiental, permitindo a definição de ações prioritárias a serem desenvolvidas ao longo da gestão do estado. A convocação foi feita por decreto governamental nº 23.625/2003, tendo como tema: *Vamos cuidar do Brasil – Fortalecendo o Sistema Nacional de Meio Ambiente* adotado em todo o país. No Amazonas, o lema adotado foi: *Identificação dos problemas Ambientais e oportunidades socioambientais para o desenvolvimento sustentável do Amazonas*.

A I CEMA teve como objetivo: mobilizar, educar e ampliar a participação da sociedade civil na formulação de propostas concretas, atentando para o uso dos recursos naturais, garantido às próximas gerações, além de fortalecer o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, uma vez que o resultado da I CEMA foi encaminhado a I CNMA (SDS, 2003). A metodologia desenvolvida teve apoio do texto-base sobre o SISNAMA e texto-base elaborado pelo Estado com a identificação dos problemas ambientais locais e soluções sustentáveis economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente corretas. Parte do diagnóstico dos problemas ambientais apresentados neste texto foram levantados durante a realização de 24 pré-conferências municipais nas diferentes cidades do interior do Estado, no período de 04 de setembro a 29 de outubro de 2003 com a metodologia em forma de audiências públicas, com a participação de 3.724 pessoas com espaços para manifestações coletivas, dialogadas, registradas como propostas para serem encaminhadas para a Conferência Estadual sediada em Manaus (SDS, 2003). Os municípios participantes nas pré -conferências estão apresentados na Figura 3. Muitos municípios realizaram as pré -conferências em parceira se concentrando em municípios polos.

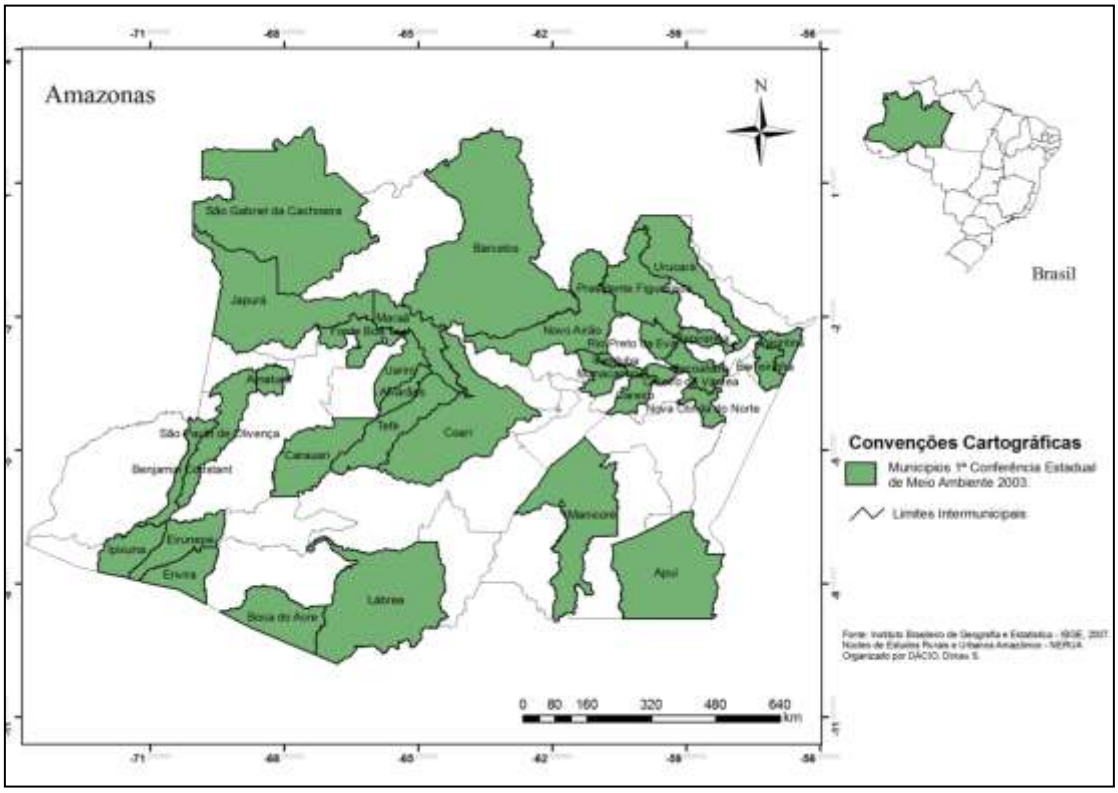

Figura 3 – Municípios (n=34) que participaram das Pré-conferências precursoras da I CEMA no Estado do Amazonas- 2003

A metodologia construída e utilizada pela Comissão Organizadora Estadual – COE/AM, na realização das pré-conferências, tem agregado em polos os municípios, esse processo facilita a logística de mobilização das comunidades ribeirinhas, pois o município não recebe nenhuma ajuda de custo para realizar as pré-conferências, uma articulação entre governo do estado e as prefeituras por meio de uma convocação. A Tabela 2 mostra a disposição dos polos identificados pela COE-AM, na intenção de oportunizar melhor mobilidade dos participantes nas pré-conferências de meio ambiente.

Tabela 2 - Municípios polos na realização das Pré-conferências precursoras da I CEMA-2003 no Estado do Amazonas.

Município Polo	Numero de participantes	Municípios Integrantes
Apuí	124	-
Barcelos	141	-
Boca do Acre	235	Pauini
Barreirinha	274	-
Coari	225	Codajás
Carauari	Não computado	-
Careiro Castanho	172	Careiro da Várzea
Eirunepé	103	Itamarati
Envira	142	-
Fonte Boa	133	Jutaí
Ipixuna	112	-
Itacoatiara	135	Urucará
Itapiranga	217	-
Lábrea	148	Canutama e Itapauá
Manacapuru	163	Iranduba
Maués	116	-
Manicoré	202	-
Nova Olinda	108	-
Presidente Figueiredo	107	Rio Preto da Eva e Novo Airão
Parintins	257	-
São Paulo de Olivença	127	Amaturá
São Gabriel da Cachoeira	119	-
Tefé	185	Japurá, Alvarães, Uarini, Maraã
Tabatinga	179	Benjamim Constant
Total de participantes	3.724	

Fonte: relatório da I CEMA-2003

As temáticas que foram pontos de discussão nas 24 pré- conferências pelos participantes dos municípios polos e na I CEMA-2003 (estado), estão apresentadas no Quadro 1. Onde Recursos Hídricos, Agricultura, Biodiversidade, Meio Ambiente Urbano e Questões Indígenas foram diretamente discutidas nas duas etapas. As temáticas mudanças climáticas e Educação Ambiental são pontos de discussão na estadual. Não foi encontrado em nenhum registro o quantitativo de participantes na plenária do I CEMA-2003.

Quadro 1 – Temáticas desenvolvidas nas Pré-Conferências e Conferência Estadual de Meio Ambiente no Amazonas - I CEMA 2003.

Pré –Conferências (municípios)	I Conferência Estadual de Meio Ambiente.
1.Recursos Hídricos; 2.Agricultura,Pecuária,recursos pesqueiros e Florestais; 3. Meio Ambiente Urbano; 4. Biodiversidade; 5. Unidades de conservação e espaços territoriais protegidos; 6. Questões Indígenas; 7. Mudanças Climáticas;	1. Recursos Hídricos; 2. Biodiversidade; 3. Agricultura; 4. Infraestrutura Urbana: Transporte e Energia; 5. Meio Ambiente Urbano; 6. Mudanças Climáticas; 7. Educação Ambiental; 8. Questões Indígenas.

Fonte: Relatório Síntese da Pré-Conferência Estadual de Meio Ambiente- 2003.

Nas Pré-conferências foram apontados situações problemas: poluição dos corpos d'água; uso de nascentes de igarapés para a piscicultura; impactos da usina Hidrelétrica de Balbina; retirada de areia das margens de cursos d'água; assoreamento de cursos d'água; retirada de seixos no leito de cursos d'água; desmatamento em áreas de preservação permanente; falta de regularização fundiária; pesca predatória; conflito de pesca; erosão; desobediência ao período do defeso; expansão da fronteira agrícola, uso indiscriminado de agrotóxicos, invasão de terras; demarcação de terras indígenas sem consulta pública .

Esses conflitos gerados pela busca de recursos para suprir a demanda de mercado, a população entende que necessita que haja uma fiscalização mais eficiente por parte dos órgãos ambientais.

2.2.2. II Conferência Estadual de Meio Ambiente no Amazonas- CEMA (2005)

Foi realizada em Manaus, no período de 16 a 18 de novembro de 2005, a II Conferência Estadual de Meio Ambiente- II CEMA, no campus da ULBRA - Universidade Luterana do Brasil- Manaus.

A II CEMA, teve como objetivo avaliar e contribuir para o aprimoramento das políticas públicas do Governo Federal, Estadual e Municipal e para as ações da sociedade civil, com a participação de 400 delegados (as) credenciados (as), representando cerca de um terço dos municípios do Estado. A II CEMA-2005, tratou de temáticas de interesse nacional e estadual como: Biodiversidade e Floresta, Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos, Água e Recursos Hídricos, Elementos de uma Estratégia Nacional para o desenvolvimento, Fortalecimento do SISNAMA e Controle Social e Seca 2005, este último tema ficou como um tema regional, tendo em vista o estado neste ano ter vivenciado uma situação emergente com o fenômeno da seca no estado.

Os municípios que participaram como polo nas pré-conferências no estado foram: Alvarães, Autazes, Coari, Carauari, Humaitá, Itacoatiara, Japurá, Juruá, Jutaí, Lábrea, Manacapuru, Manicoré, Manaquiri, Manaus, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Silves, Tapauá e Tefé. Esses polos são indicados por apresentarem geograficamente um melhor acesso aos municípios adjacentes. Nesta conferência a temática de prioridade nas discussões se efetivou no processo de identificação das necessidades para o fortalecimento da gestão ambiental nos municípios amazonense.

Dentre as propostas trazidas pelos municípios, aparece uma discussão sobre a criação do ICMS- ecológico trazida pelo município de Carauari. Esse mecanismo já existe em diversos estados brasileiros. O princípio deste imposto é compensar financeiramente os municípios que possuem grandes áreas na categoria de unidades de conservação - parques e reservas. Com isso, as prefeituras poderiam

estruturar melhor as Secretarias de Meio Ambiente e ao mesmo tempo, financiar ações de controle, manejo e educação ambiental dentro o seu território.

De acordo com Loureiro et al. (2001), este instrumento é “nascido sob a égide da ‘compensação’, o ICMS Ecológico, tem evoluído, transformando-se ao longo do tempo também em instrumento de incentivo, direto e indireto à conservação ambiental, hoje o que mais caracteriza”, sendo, portanto, um benefício financeiro que almeja a utilização do tributo como instrumento de política florestal para estimular os municípios a protegerem e preservarem, sem que isso prejudique o seu desenvolvimento econômico.

Para melhor compreensão sobre ICMS ecológico, de acordo com a Constituição Federal de 1988 no seu art. 156 que trata deste imposto (Brasil, 1988), O ICMS arrecadado pelo estado (gerados nos municípios) deve ser distribuído na proporção de 75% para o Estado e 25% para os municípios. A distribuição dos 25%, o estado pode legislar criando critérios próprios até o montante desse ¼. Os critérios ambientais que possam estar mensurados nesse ¼, são os que chamamos de ICMS ecológico, podendo receber outro nome conforme o estado queira denominar, por exemplo: no estado do Acre recebe o nome de Imposto Verde.

O ICMS Ecológico não é um instrumento que tem contribuições em si mesmo, mas é um meio para que seja aplicado em determinados fins e, embora possa por si só contribuir para a solução de determinados problemas ambientais, deve, sempre que possível ser utilizado em articulação com outras ferramentas, especialmente potencializando as políticas públicas ambientais já em andamento no Estado. Segundo Loureiro *et. al.* (2001) O Amazonas possui uma minuta de anteprojeto de Lei preparado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente- SDS, em debate, necessitando de tramitação interna, especialmente da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ.

Outro ponto relevante apresentado pelos municípios nesta Conferência foi à criação da Associação dos Gestores Públicos do Amazonas, reunindo mais de 20 Secretarias Municipais de Meio Ambiente e a Secretaria de estado de Desenvolvimento Sustentável - SDS. O objetivo desta associação é estimular o intercâmbio de experiências e a formulação de projetos cooperados. Para isso, os

gestores públicos de meio ambiente poderão adaptar e replicar experiências de sucesso desenvolvidas pelos colegas. Sendo um espaço de trocas de experiências e de aprendizado entre os gestores municipais. Em 2010, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente -SDS, cria o Fórum Permanente Estadual dos Secretários Municipais – FOPES/2010.

A temática Seca-2005 preocupa, uma vez que estes eventos têm acontecido com maiores frequência no Amazonas, sendo fundamental aumentar a disponibilidade de água potável para a população ribeirinha, o que foi identificado na pesquisa que existe o Programa Pró-chuva I e II, em parceria com a Fundação Nacional de Saúde- FUNASA, mas está limitado às unidades de conservação criadas no estado, deixando outras áreas afetadas pela seca sem alternativa de abastecimento, mediante conversa com usuários deste sistema o Programa Pro-Chuva I, “tem contribuído bastante”, mas só apresenta bons resultados, segundos alguns moradores de assentamentos do INCRA, em Rio Preto da Eva, na época chuvosa, quando acontece o armazenamento da água em reservatórios, pois no verão Amazônico com um período de quase cinco meses, o programa se torna inviável. Alguns projetos apontam que para viabilizar esta carência de água potável para as populações ribeirinhas seja viabilizado com urgência, perfuração de poços tubulares nestas comunidades que passam por grande escassez no período da seca. Outro ponto relevante é a deliberação que trata da ampliação do período do defeso no caso de grandes secas, em função da alteração do ciclo reprodutivo das espécies, esta alteração só poderá acontecer mediante pesquisas sobre a gestão de recursos pesqueiros, segundo o entrevistado do CEUC/SDS esta proposta está sendo discutida com a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado e o Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Serviços Ambientais -FAMC (Relatório e Propostas-2005). A Figura 4 apresenta os municípios que participaram da II CEMA-2005, num total de 19 municípios amazonense, sendo das três conferências estaduais a de menor representação municipal. O que justifica esse dado o isolamento que sofreram os municípios por conta da grande seca de 2005, o estudo publicado pela revista Science, a partir de modelos construídos através de observações de satélite , compara as duas mais recentes secas, em 2005 e 2010. A primeira, por sua amplitude, foi balizada ”seca do século” na Amazônia.

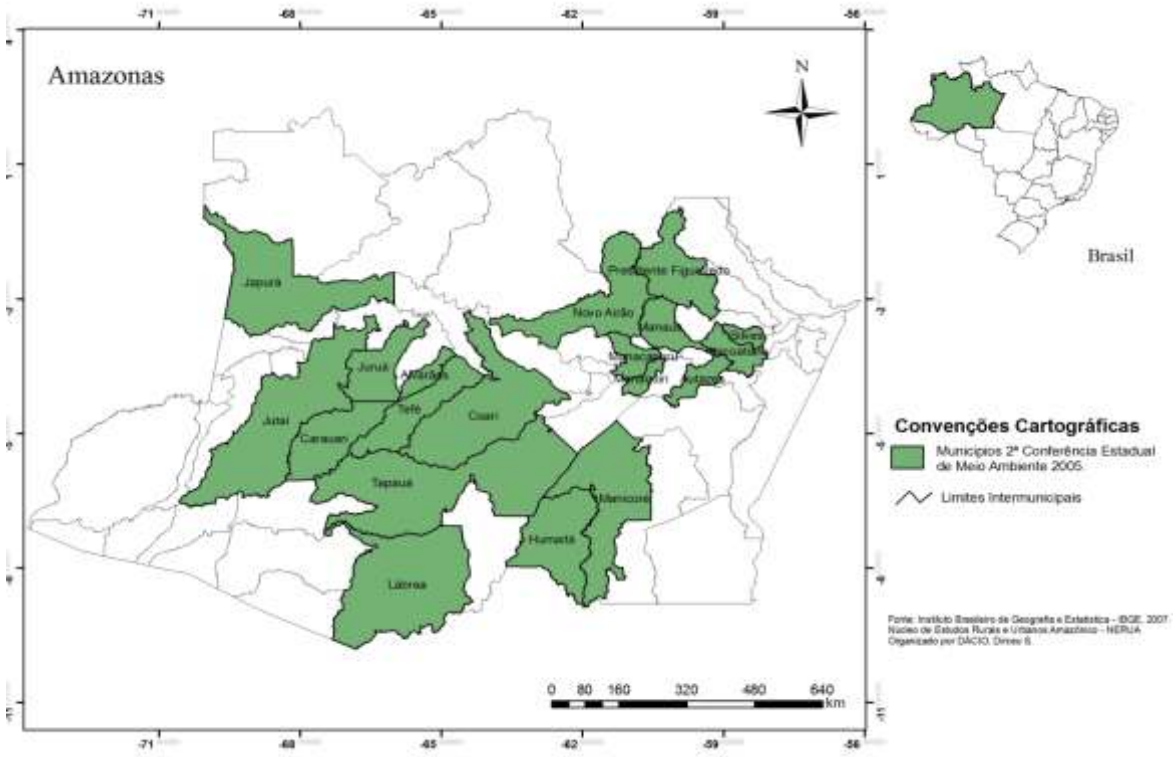

Figura 4 - Municípios (n=19) que participaram das pré-conferências precursoras da II CEMA no Estado do Amazonas

A II CEMA-2005, teve um total de 1.167 participantes, tendo 19 municípios participantes nas pré-conferências , utilizando a mesma metodologia da I CEMA-2003, os municípios polos, o que configura na Tabela 3, a ausência dos municípios integrantes, o que pode ser justificado pelo isolamento sofrido pelos municípios amazonenses diante do fenômeno seca-2005. Ficando os municípios sem condições de deslocamento ,o que também explica baixa representatividade desses municípios na II Conferência Estadual de Meio Ambiente 2005.

Tabela 3 - Municípios polos na realização das Pré-conferências precursoras da II CEMA- 2005 no Estado do Amazonas

Município Polo	Numero de participantes	Municípios Integrantes
Autazes	-	-
Coari	126	-
Carauari	81	-
Humaitá	52	-
Itacoatiara	30	-
Japurá	50	-
Juruá	32	-
Jutaí	-	-
Lábrea	30	-
Manacapuru	38	-
Manicoré	38	-
Manaquiri	30	-
Manaus	450	-
Novo Airão	40	-
Presidente Figueiredo	35	-
Silves	30	-
Tapauá	30	-
Tefé	75	Alvarães
Total de participantes	1.167	

Fonte: Relatórios da Comissão Organizadora Estadual- COE-AM/ 2005

A capital Manaus conta hoje com 210 km de rede de esgoto, segundo o Programa de Saneamento dos Igarapés de Manaus - PROSAMIN em 2010, o que até pouco tempo estava limitado a 7 km O Quadro- 2 aponta as temáticas desenvolvidas nas pré-conferências e na estadual. Água e Recursos Hídricos, Gestão de Biodiversidade e Floresta e Seca-2005 são desenvolvidas nas duas fases, a Educação Ambiental está inserida na temática Elementos de uma estratégia nacional para o desenvolvimento Sustentável, trazendo uma discussão forte na implantação da agenda 21 nas instituições e escolas.

Quadro 2 - Temas abordados na II CEMA-2005 intitulada: Política Ambiental Integrada e Uso Sustentável dos Recursos Naturais

Pré –Conferências(municípios)	Conferência Estadual- 2005
1. Água e Saneamento 2. Flora e Áreas Protegidas 3. Fauna e Biodiversidade 4. Educação Ambiental 5. Etnodesenvolvimento dos povos indígenas 6. Seca 2005	1. Biodiversidade e Floresta; 2. Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos; 3. Água e Recursos Hídricos; 4. Elementos de uma Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável do Território; 5. Fortalecimento do SISNAMA e Controle Social; 6. Seca 2005.

Fonte: II Conferência de Meio Ambiente do estado do Amazonas -Relatório e Propostas 2005.

2.2.3. III Conferência Estadual de Meio Ambiente no Amazonas (2008)

A III Conferência Estadual de Meio Ambiente realizada nos dias 07 a 10 de abril de 2008 em Manaus na Universidade Luterana do Brasil - ULBRA, com objetivos de contribuir para a construção da política e do plano Estadual e Nacional sobre Mudanças do Clima; Discutir as temáticas da III Conferência Estadual de Meio Ambiente; identificar propostas para serem encaminhadas a III CNMA; eleger delegadas e delegados titulares e suplentes para a III CNMA. A CNMA teve como foco central de discussão Mudança do Clima, tema que vem ganhando destaque tendo em vista os impactos potenciais desta mudança nos sistemas sociais, econômicos e ambientais vulneráveis, a possibilidades de mitigar a mudança do clima por meio de redução substantiva das emissões de gases de efeito estufa para a atmosfera e fortalecimento dos sumidouros de carbono, e a necessidade de adaptar à mudança do clima já comprometida e futura.

A partir da proposta nacional, a Comissão Organizadora Estadual (COE), formada pelos setores governamental, movimentos sociais, ONGs e setor produtivo, definiu no âmbito estadual o eixo: O Amazonas e as Mudanças Climáticas, priorizando discussões sobre: Desmatamento e Regularização Fundiária, Fortalecimento Institucional da Gestão Ambiental, Sustentabilidade da Matriz Energética do Amazonas e Respeito à Diversidade Cultural.

Foram realizadas nesta III CEMA 2008 um total de 28 pré-conferências, totalizando 46 municípios participantes na estadual em Manaus, com grandes dificuldades de comunicação no interior do estado. Segundo relatórios e fichas de credenciamento disponibilizados pela Comissão Organizadora Estadual /COE-AM-2008, o total de participantes credenciados foi de 422 delegados na plenária da Conferência Estadual, tendo 27 delegados eleitos para a III CNMA em Brasília realizada no período de 7 a 10 de maio de 2008.

Esta Conferência Estadual de Meio Ambiente - CEMA conseguiu mobilizar a representação da maioria dos setores sociais (governamental, movimentos sociais, ONGs e empresarial) como espaço aberto à participação, pelo que se depreende da composição da plenária a partir dos dados constantes na lista de frequência e credenciamento fornecida pela Comissão Organizadora Estadual- COE-AM.

A ausência do setor empresarial, na composição da delegação do Amazonas, na II CEMA de 2005 deve-se ao fato, de que no momento da votação da delegação do Amazonas na plenária final, os representantes deste setor não se faziam presentes para aclamação da votação, este fato foi levado ao conhecimento da Comissão Organizadora Nacional- CON em Brasília por representantes do setor, tendo a solicitação negada, pois essa exigência está no regimento aprovado em plenária, o qual exige a presença dos delegados no momento da votação. Essa decisão limitou o quantitativo na delegação do estado uma vez que as vagas destinadas a um setor não pode ser preenchidas por outro setor. A III Conferência Estadual do Meio Ambiente teve o tema indicada “Vamos cuidar do Brasil” sendo o mesmo em todas as conferências e como Lema “Mudanças Climáticas”, este tem acolheu temáticas de interesse nacional, sendo: Eixo temático – I Mitigação/temas: Florestas/ Agropecuária/ Energia/ resíduos/ edificações, indústria/transporte. Eixo temático II – Adaptação/temas: Saúde/ recursos, hídricos/ Zona Costeira e Marinha/

Assentamentos Humanos/ Ecossistemas. Eixo temático III – Pesquisa e Desenvolvimento. Eixo temático IV – Educação Ambiental, capacitação e disseminação.

Para atender as especificidades do estado do Amazonas, foi elaborado um texto - base, sob coordenação da Comissão Organizadora Estadual - COE/AM tendo como temática: O Estado do Amazonas e as Mudanças Climáticas, onde alguns subtemas fizeram parte das discussões sendo: Desmatamento e Regularização Fundiária, Fortalecimento Institucional da Gestão Ambiental, Sustentabilidade da Matriz Energética do Amazonas, Respeito à Diversidade Cultural.

Em preparação à III CEMA-2008, foram realizadas 28 pré - conferências, com a participação de 46 municípios, totalizando três mil trezentos e oitenta e três (3.383) participantes, onde elegeram 43 delegados nas pré -conferências. A Figura 5 expressa a distribuição geográfica dos municípios participantes deste processo.

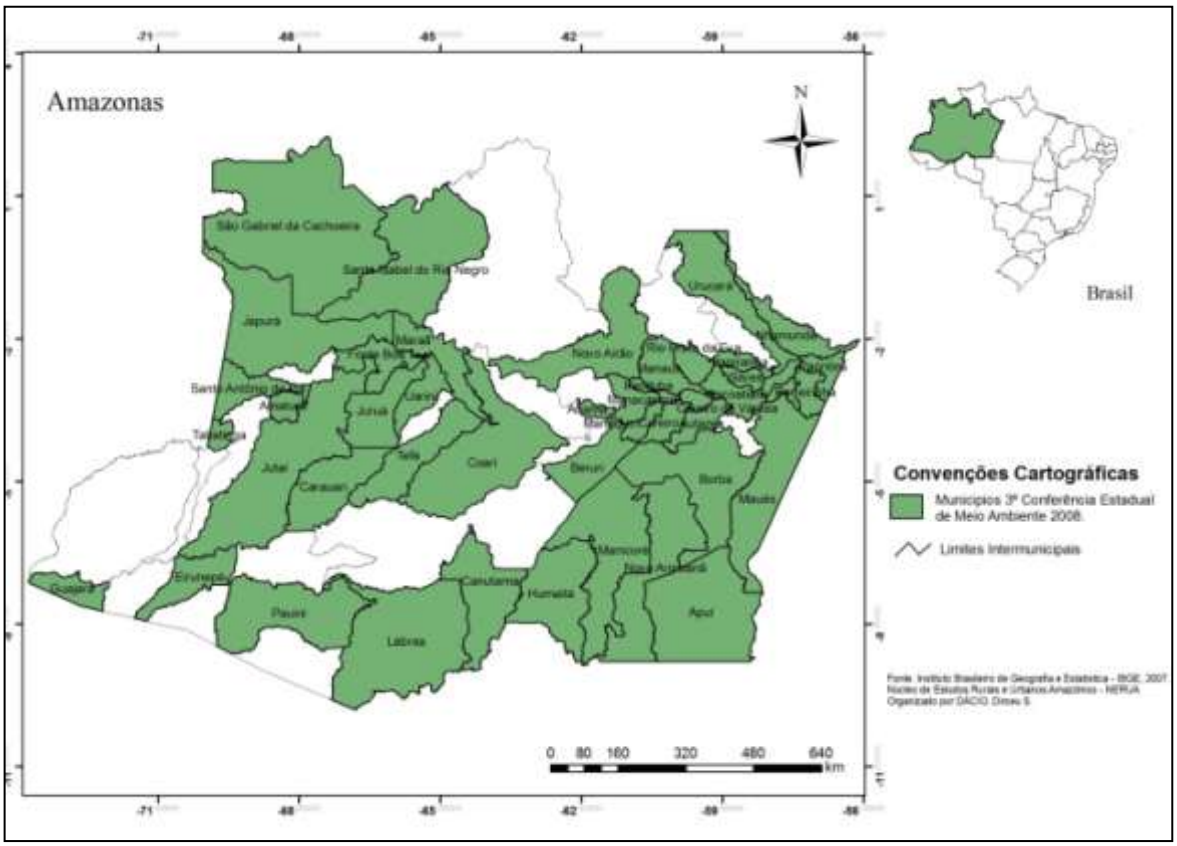

Figura 5 – Municípios (n=46) que participaram das Pré-conferências precursoras da III CEMA no Estado do Amazonas-2008

Fonte: Relatório da III CEMA-2008/COE-AM, CD-ROM

Os resultados desta Conferência foram sistematizados e encaminhados a Comissão Organizadora Nacional – CON vinculada ao Ministério do Meio Ambiente - MMA, para serem incorporado ao Documento Deliberativo da III Conferência Nacional de Meio Ambiente, realizada em Brasília, no período de 07 a 10 de Maio de 2008. Na Tabela 4, o Amazonas na III CEMA-2008, realizou 28 pré-conferências com um total de 3.383 participantes, sendo a CEMA de maior expressão em participação dos municípios.

Tabela 4 - Municípios polos na realização das Pré-conferências precursoras da III CEMA-2008 no Estado do Amazonas

Município Polo	Numero de participantes	Municípios Integrantes
Amaturá	28	-
Anamã	60	-
Apuí	104	Borba, Novo Aripuanã
Barreirinha	200	-
Carauari	170	Juruá
Careiro Castanho	200	Careiro da Várzea, Manaquiri, Autazes
Coari	170	-
Eirunepé	106	-
Fonte Boa	217	-
Guajará	22	-
Humaitá	75	-
Iranduba	70	Novo Airão
Itacoatiara	102	-
Itapiranga	32	Silves
Jutaí	17	-
Lábrea	250	Canutama
Manacapuru	108	Beruri
Manaus	300	-
Manicoré	74	-
Maués	132	-
Parintins	168	Nhamundá, Boa Vista dos Ramos
Pauiní	38	-
Rio Preto da Eva	143	-
Santo Antônio do Içá	49	-
São Gabriel da Cachoeira	253	-
Tabatinga	118	-
Tefé	127	-
Urucurituba	50	-
Total de participantes	3.383	

Fonte: Relatório da III CEMA-2008/ COE-AM.

As temáticas discutidas nos Grupos de Trabalho-GT nas pré -conferências se voltaram para as temáticas: 1)Desmatamento e Regularização Fundiária, 2)Fortalecimento da Gestão Ambiental, 3) Sustentabilidade da Matriz Energética do Amazonas, 4) Respeito à Diversidade Cultural, 5) O Amazonas e as Mudanças Climáticas. Essas temáticas são orientadas pelo texto-base encaminhado pela COE-AM, que é um suporte único para todo o país, o que necessita uma adequação às temáticas regionais, o que se percebe na coluna do Quadro 3, as temáticas tem um contexto amplo necessitando do olhar dos participantes de questões locais, mais de um entendimento das questões de outras regiões brasileiras.

Quadro 3- Temáticas desenvolvidas nas Pré-Conferências e Conferência Estadual III CEMA

Pré-Conferências	Conferência Estadual – 2008
1. Desmatamento e Regularização Fundiária; 2. Fortalecimento Institucional da Gestão Ambiental; 3. Sustentabilidade da Matriz Energética do Amazonas; 4. Respeito à Diversidade Cultural 5. O Amazonas e as Mudanças Climáticas.	1. Mitigação/temas: Florestas/ Agropecuária/ Energia/ resíduos/ edificações, Indústria/ transporte; 2. Adaptação/ temas: Saúde/ Recursos Hídricos/ Zona, Costeira e Marinha/ Assentamentos humanos/ Ecossistemas; 3. Pesquisa e Desenvolvimento; 4. Educação Ambiental, capacitação e disseminação. 5. O Amazonas e as Mudanças Climáticas.

O estado do Amazonas é dividido politicamente em sessenta e dois municípios, muitos municípios possuem um Sistema Municipal de Meio Ambiente ainda em fase de estruturação no estado, com algumas iniciativas de fortalecimento da gestão ambiental, priorizando o processo de descentralização nos municípios (PGAM/AM, 2008, p.13)

> Uma das grandes equações do século XXI, não só no Brasil, mas em todo o planeta, com certeza é encontrar a forma justa de viabilizar o desenvolvimento e a proteção do meio ambiente. O que está em questão hoje em nosso país não é apenas a construção de um novo ciclo de crescimento. O centro de gravidade da história

> neste momento não se esgota no exclusivismo econômico, tampouco se resume a uma permuta contábil entre PIB, justiça social e meio ambiente. Temos consciência plena de nosso papel e responsabilidade na mediação dos interesses dos diversos segmentos sociais do país (POLÍTICA AMBIENTAL INTEGRADA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, MMA, 2007).

Fazendo uma análise da Tabela 4 extraída do documento Programa de Fortalecimento da Gestão Ambiental e Territorial do Estado do Amazonas- PGAM, o qual apresenta um diagnóstico da situação da gestão ambiental dos 62 municípios do estado do Amazonas. As variáveis analisadas foram de: Infraestrutura, Conselho Municipal de Meio Ambiente, Fundo Municipal de Meio Ambiente, Arcabouço Jurídico Ambiental, Corpo Técnico, Instrumentos de Gestão Ambiental. Ficando como pontos críticos a existência de conselhos municipais de meio ambiente, existência de fundo municipal de meio ambiente, existência de um arcabouço legal jurídico – ambiental , como regular os pontos de infraestrutura e corpo técnico e como bom a presença de organizações municipais do meio ambiente.

A avaliação feita pelo Programa de Fortalecimento da Gestão Ambiental e territorial do estado do Amazonas - PGAM/AM. Excetuando-se o município de Manaus, as prefeituras , quando muito, possuem uma pequena estrutura na área ambiental, geralmente vinculada a outros órgãos. Existem municípios que contam com a criação do conselho municipal de meio ambiente, porém com atuação mínima. Um outro dado deste documento é a implementação do Código Ambiental dos Municípios e do Fundo Municipal de Meio Ambiente quando existente, é inexpressiva a sua atuação. Os dados nos colocam diante de um cenário crítico numa perspectiva de gestão ambiental participativa local. Para uma análise mais aprofundada a tabela 5 apresenta a síntese desta situação nos 62 municípios.

Tabela 5 – Síntese da situação dos 62 municípios do Estado em relação à gestão ambiental

Nº DE MUNICÍPIOS E PERCENTUAL / VARIÁVEIS	SITUAÇÃO			
	DESEJADO	BOM	REGULAR	CRÍTICO
CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE EXISTENTE				
NÚMERO DE MUNICÍPIOS	2	0	21	39
PERCENTUAL %	3,22	0	33,87	62,9
FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE EXISTENTE				
NÚMERO DE MUNICÍPIOS	1	1	17	43
PERCENTUAL %	1,61	1,61	27,41	69,35
ARCABOUÇO LEGAL EXISTENTE				
NÚMERO DE MUNICÍPIOS	15	11	2	34
PERCENTUAL %	24,19	17,74	3,22	54,83
ORGANIZAÇÕES MUNICIPAIS DO MEIO AMBIENTE EXISTENTE				
NÚMERO DE MUNICÍPIOS	20*1	36*2	06*3	0
PERCENTUAL %	32,25	58,06	9,67	0
INFRAESTRUTURA EXISTENTE (Predial, Equipamento e Logística)				
NÚMERO DE MUNICÍPIOS	1	16	45	0
PERCENTUAL %	1,61	25,8	72,58	0
CORPO TÉCNICO EXISTENTE				
NÚMERO DE MUNICÍPIOS	3	7	52	0
PERCENTUAL %	4,83	11,29	83,87	0

Fonte: PGAM/AM – 2008
*1 Secretaria Municipal de Meio Ambiente
*2 Secretarias Municipais gestoras das atividades de Meio Ambiente
*3 Coordenações de Meio Ambiente.

O quadro traz uma realidade vivenciada pelos municípios amazonenses com um dado de 62,90% dos municípios na situação de conselhos municipais de meio ambiente em situação critica; 69,35% dos municípios com fundos municipais de meio ambiente em situação critica; com 54,83% dos municípios com Arcabouço Legal em situação critica ; apresenta 58,06% dos municípios com organismo municipal de meio Ambiente em situação boa; dados de 72,58% dos municípios com infraestrutura em situação regular; 83,87% dos municípios com corpo técnico em situação regular. Em entrevista com gestores da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, as estrutura das secretarias de meio ambiente dos municípios apresentam hoje um cenário bem melhor que este avaliado

em 2008.Com um percentual de 34% ainda são mistas, estão funcionando ou sendo gestada por outros órgãos do município.

Trazendo a discussão para o poder local na esfera da administração municipal, havendo vontade política é possível viabilizar ações governamentais pautadas nos princípios da sustentabilidade ambiental conjugada a resultados na esfera do desenvolvimento social e econômico (Jacobi,1999a).

A competência do município no cenário brasileiro é diversa, ao mesmo tempo em que se prevê a competência dos Estados e União. Enquanto para os estados e união foram definidas as matérias a ser objeto de legislação, para os municípios foi prevista uma competência genérica para “legislar sobre assuntos de interesse local” e “suplementar a legislação federal e a estadual no que couber” (Constituição Federal Brasileira , 1988). Segundo a Constituição, os três centros autônomos de poder a União Federal, Estados e os Municípios, podem elaborar normas jurídicas sobre a temática ambiental, de acordo com suas atribuições, ou seja, a União pode conceber normas gerais, os Estados podem criar normas específicas regionais e os Municípios, as regras no âmbito local.

Na área ambiental a descentralização da responsabilidade se convencionou chamar de federalismo cooperativo, uma vez que a maioria das matérias relativas à proteção ambiental pode ser disciplinada concomitantemente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios (Santos, 2001). Porém alguns autores criticam a transferência somente de responsabilidades: “a União vem transferindo progressivamente maiores responsabilidades no financiamento de programas sociais aos municípios, sem contrapartida de recursos” (Meira, 2006).

CAPITULO III

3. PARTICIPAÇÃO SOCIAL

3.1. REPRESENTATIVIDADE DOS SETORES NAS CEMA/AM

Esta pesquisa construiu a Trajetória das Conferências Estaduais de Meio Ambiente- CEMA, situadas historicamente nos anos de 2003, 2005 e 2008, realizadas no estado do Amazonas, tendo os municípios como protagonistas deste processo. Os objetivos estabelecidos para encontrar respostas à pesquisa foram: Conhecer o perfil dos delegados eleitos na conferência estadual para compor a delegação do estado do Amazonas, relação de **gênero** onde, os dados apontaram uma escala ascendente da participação de mulheres saltando de 21,73% delegadas eleitas na I CEMA-2003 para 40,78% na III CEMA-2008, a **faixa etária** da delegação do Amazonas de maior representatividade nas duas conferências estaduais de meio ambiente de 2005 e 2008, está entre 40 a 55 anos, um ponto para discussão e reflexão sobre a construção da cultura política participativa no país, observando uma baixa participação do Movimento Ambientalista de Meio Ambiente do Amazonas – Coletivo Jovem -AM, sendo constituído por jovens de 15 a 29 anos, que tem uma base de formação política nas Conferências Infanto – Juvenil de Meio Ambiente - CIJMA iniciada em 2003.

A representatividade dos **setores da sociedade** na formação da delegação do Amazonas que garante um numera de vagas até 30 delegados (as), o quantitativo da delegação de cada estado é definido pela sua população , o que em nenhuma das edições o Amazonas teve a sua totalidade preenchida, essas vagas são definidas e garantidas pelo regulamento da CNMA e CEMA, distribuídas da seguinte forma: para a sociedade civil com 50% com preenchimento total das vagas em todas as edições, o setor empresarial/patronal com 30% das vagas, teve a ausência dos seus representantes na II CEMA-2005 e setor governamental com 20% com representação em todas as edições, de todos os setores apenas o patronal não tem garantido o preenchimento de todas as vagas destinadas, e em cumprimento ao regimento essas vagas não podem ser preenchidas por outros setores, outro ponto identificado na pesquisa é a **representatividade dos municípios** o preenchimento da maioria das vagas da delegação do estado, são ocupadas por representantes do município de Manaus. No levantamento da III

CEMA 2008 do total de sua plenária final de 422 participantes, destes 314 eram credenciados e representantes do município de Manaus. O nível de **escolaridade** da delegação do estado do Amazonas tem apresentado 4 níveis sendo: superior completo, superior incompleto, ensino médio e ensino fundamental esses níveis quando analisados por setores dentro da proporcionalidade estabelecida no regimento, o setor governamental e empresarial na sua maioria apresenta delegados e delegadas com nível superior completo e dentro de uma proporcionalidade de 50% das vagas para os movimentos sociais, os delegados declararam nas fichas de credenciamento 10% terem nível superior completo.

Numa análise do processo de construção das propostas ficou evidenciado a necessidade por parte dos delegados e delegadas um conhecimento sobre a dimensão da questão ambiental, não necessariamente com um aprofundamento científico, mas com um embasamento de leituras atualizadas sobre os conteúdos: Recursos Hídricos, Código Florestal, Reforma Agrária, Biodiversidade, Legislação Ambiental, Direito Ambiental, Saneamento Básico, Políticas Públicas e outros. Com uma análise mais detalhada da pesquisa foram identificadas propostas aprovadas em plenárias com caráter de recomendações, inconstitucionais, propostas com um universo de conteúdos (demandas) comprometendo a sua objetividade e consequentemente a sistematização e encaminhamento da deliberação para sua implantação. Mesmo tento nos grupos de trabalho- GT a figura do facilitador (especialistas na temática discutida no GT) e um relator (participante que registra todo o processo de construção das propostas e apresenta na plenária final), os gestores e técnicos entrevistados identificaram propostas de difícil compreensão do seu conteúdo para consolidarem uma resposta com maior clareza sobre a deliberação.

3.2. PERFIL DAS TRÊS DELEGAÇÕES DO ESTADO E DA PLENÁRIA GERAL DA III CEMA -2008/AM

3.2.1. Representatividade de Gênero nas delegações

Na I CEMA-2003, o Amazonas elegeu 23 delegados (as), nas 24 pré-conferências realizadas nos municípios no total de 3.274 participantes nesta etapa. Aos 23 delegados (as) eleitos (as) foram acrescidos a este quantitativo mais 27 delegados natos, esses delegados tiveram assentos garantidos pelo regimento da II Conferência Estadual e Nacional, são representantes dos setores da sociedade civil em conselhos consultivos e deliberativos. Portanto a delegação do Amazonas nesta primeira edição da Conferência Nacional de Meio Ambiente- CNMA, ficou representada por 19 mulheres e 31 homens, realizada em Brasília, capital do Brasil nos períodos de 28 a 30 de novembro de 2003.

Na primeira CEMA de 2003, a formação da primeira delegação teve um perfil diferenciado, havendo uma somatória dos delegados eleitos representados na Figura 6, com os delegados natos que são representantes de conselhos, sindicatos, associações, instituições públicas que tem assento garantido pelo regimento Figura 7. Nessa somatória o resultado gerou dados da Figura 8, que tem a composição desta delegação de 30% mulheres e 70% homens, o exigido pelo regimento é de no mínimo 30% da representatividade de gênero na delegação.

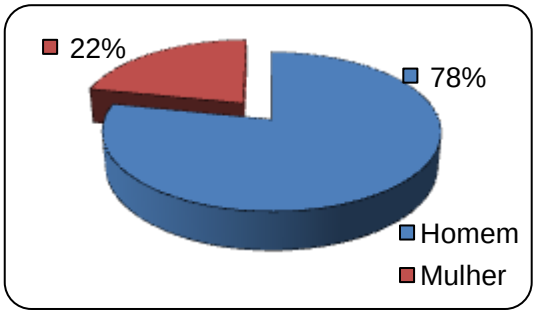

Figura 6 – Delegados Eleitos CEMA 2003
Fonte: Relatório da COE-AM

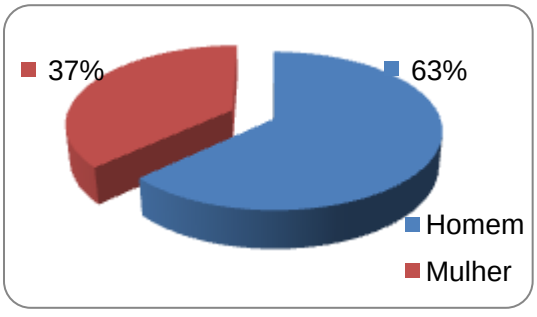

Figura 7 – Delegados Natos CEMA 2003
Fonte: Relatório da COE-AM

OS Delegados natos são representantes legais de conselhos, associações, sindicatos. Na I CEMA, esses delegados foram somados aos eleitos em plenária, a partir da I CEMA-2003, estes delegados tiveram suas vagas garantidas, tendo sua participação direta na Conferência Nacional.

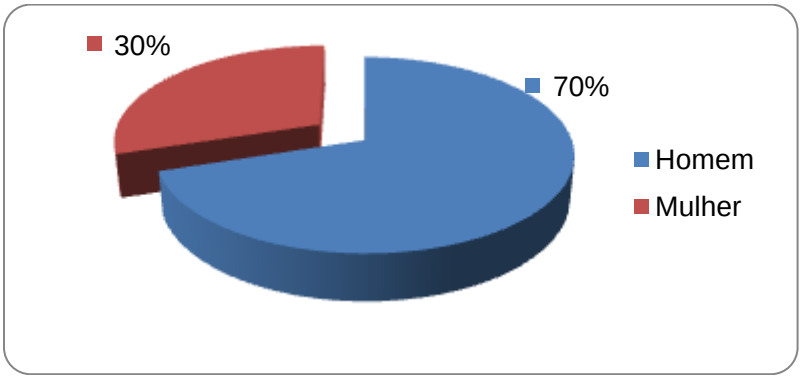

Figura 8 – Delegação do Amazonas para I CEMA

Fonte: Relatório da COE/AM 2003

Analisando a trajetória das três Conferências Estaduais, a Figura 9 expressa, na I CEMA -2003 com o acréscimo dos delegados natos (27 delegados) na delegação uma disparidade nessa equivalência com a representatividade de mais homens na delegação. Na II CEMA -2005 e III CEMA -2008 o cumprimento do regimento que exige o mínimo de 30% de gênero na composição da delegação, equiparou essa representatividade.

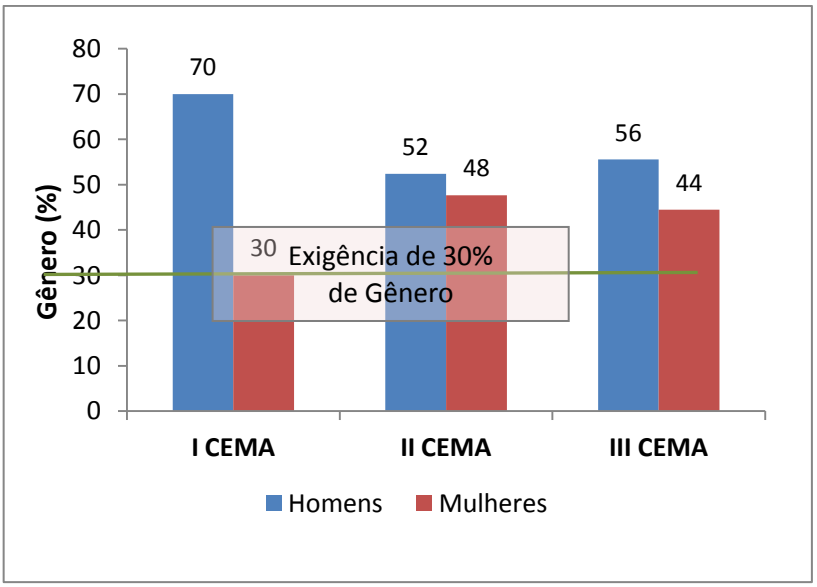

Figura 9 – composição das três delegações do Amazonas em Brasília

Fonte: Relatórios da COE-AM-2003,2005 e 2008

No total de 21 representantes na delegação do Amazonas para a II Conferência Nacional de Meio Ambiente - CNMA/2005 tivemos uma representação de 10 mulheres e 11 homens expressa na Figura 9, tendo uma equidade de gênero bastante significativa em relação I CEMA, com uma representação de mulheres que passou de 30% da I CEMA-2003 para 48% de mulheres na II CEMA-2005 do Amazonas.

Na CEMA 2008, a Representatividade desta delegação de 27 delegados e delegadas ficou distribuída entre 15 homens e 12 mulheres. Ficou garantido o regimento da III CEMA, que no seu art.21 dispõe sobre gênero, com a representatividade de no mínimo de 30% tendo a disposição em porcentagem de 44% de mulheres e 56% homens. Isto demonstra a garantia do regimento interno da Conferência que assegura a representatividade mínima de 30% de gênero no processo de delegados eleitos.

Segundo Thais Corral, coordenadora da rede de desenvolvimento humano - REDEH e vice- presidente da WEDO (Women, Environment and Development Organization), para as mulheres, esses grandes fóruns mundiais representam um importante espaço de articulação política e de visibilidade, permitindo a construção de uma agenda que foi sendo reafirmada em cada uma dessas conferências".

A mobilização das mulheres a partir da ECO - 92 consolidou uma visão de que feminismo e ecologia estavam intrinsecamente ligados, uma vez que ambos propunham mudanças na ordem natural, baseadas na justiça social e ambiental. (Castro e Abramovay, 2005).

Segundo a Comissão Econômica para a América latina e o Caribe-CEPAL, a desigualdade de gênero na América Latina, onde as mulheres não apenas dedicam mais tempo que os homens nos trabalhos doméstico não remunerado, como também a sua carga de trabalho é bem superior à dedicada pelos homens (11ª Conferência Regional sobre as mulheres na América Latina e do Caribe) 2010. Isto tem de certa forma impedido a mulher se projetar no mercado de trabalho, como o tempo de participação nos movimentos sociais, e este dado é também percebido nos dados obtidos no levantamento de gênero nos espaços das Conferências de Meio Ambiente (MMA-2003).

No Brasil, as mulheres dedicam um total de 56,6 h semanais ao trabalho, enquanto os homens ocupam um total de 52 h. A diferença é ainda maior no México, onde foram registrados 76,3h de trabalho semanais para as mulheres, contra as 58,4 horas para os homens (jornal do Brasil de 13 de julho de 2010).

O regimento da Conferência Nacional de Meio Ambiente, principalmente a partir da II CEMA-2005 assegura a eleição de delegados e delegadas uma representatividade obrigatória de no mínimo de 30% de gênero, equiparando de certa forma a participação das mulheres nesses espaços. A representatividade de homens nas plenárias estaduais no Amazonas é bastante expressiva, segundo as frequências disponibilizadas das conferências (COE-AM 2005 e 2008), o que também é comprovado pelos dados de identificação registrados nas fichas de credenciamento das conferências estaduais de 2005 e 2008.

3.2.2. Representação dos diferentes setores da sociedade nas delegações

A distribuição desta representatividade entre os delegados que participaram na I CNMA- 2003 em Brasília, Figura 10 observasse uma grande representatividade do setor governamental (27 delegados), movimento social (10 delegados), empresarial (5 delegados), comunidades indígenas (5 delegados), ONGs (3 delegados). Somando as porcentagens dos movimentos sociais, ONGs e comunidades indígenas que pertencem ao 3º setor têm 36%, o que não atendeu a exigência do regimento que é de 50% das vagas para o movimento social.

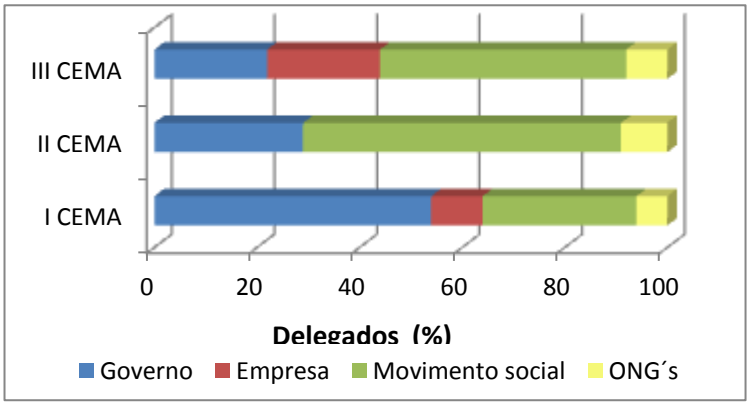

Figura 10 – Representação dos setores da sociedade na delegação do Amazonas

Fonte: Relatório da COE-AM 2008.

Na I CEMA-2003 a representação dos setores da sociedade civil teve na I CNMA teve a seguinte representatividade: movimentos sociais e populares, ONGs ambientalistas, entidades profissionais, acadêmicas, de pesquisa, trabalhadores, através de suas entidades sindicais, empresários, poderes públicos, operários e concessionárias privadas/ cooperativas (SDS, 2003).

As entidades ambientalistas foram representadas pelas: Associação dos Amigos do Peixe-boi da Amazônia - AMPA, Organização não- governamental SAPECA e a Fundação Vitória Amazônica- FVA. O segmento dos trabalhadores urbanos e rurais foi representado por sindicatos, Associações de Trabalhadores e Cooperativas- ASPAC, Federação dos Trabalhadores em Agricultura- FETAGRI e Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura- SINTAGRI e UNITAM. Tendo os movimentos sociais a sua representatividade pelo Grupo de trabalho Amazônico- GTA.

A representação dos municípios teve inicio com a realização das 24 pré-conferências nos municípios-sede selecionados, tendo como principal critério a questão da logística, especialmente no que se refere à facilidade do acesso (aeroportos e rodovias). Localização dos municípios ao longo da calha dos rios e proximidade com sedes municipais adjacentes (COE-AM-2003)

Cada Pré-Conferência garantiu a participação de um delegado (a) titular e um delegado (a) suplente para participar na Conferência Estadual no Amazonas, essa ação balizou a representatividade dos outros municípios na delegação do Amazonas, pois a maior representatividade na formação da plenária são participantes de Manaus (capital), local de realização da Conferência Estadual, o fator logística (deslocamento), o valor das passagens áreas, fluviais e rodoviárias tem limitado a participação mais efetiva dos municípios nos eventos realizados em Manaus. As grandes distâncias entre os municípios do Estado do Amazonas e as peculiaridades do transporte com alto custo de deslocamento

Na CEMA 2005, a delegação foi marcada pela ausência do setor empresarial que no momento da eleição dos delegados na plenária final não se fizeram presente, ficando a delegação do Amazonas sem a representação deste setor na II CNMA-2005 (Figura 10). Como o regimento define que as vagas de um setor não podem

ser preenchidas por outros setores, os participantes se manifestaram por meio de documentos junto a COE-AM e a CON – Brasília. No entanto, essas comissões não aceitaram a justificativa do setor dada no momento da votação, reiterando a obrigatoriedade do cumprimento do regimento que exige a presença dos representantes na plenária final com a aclamação da plenária.

A representação dos setores da sociedade civil na II CEMA -2005, segundo o regimento aprovado obedeceu à seguinte distribuição: sociedade civil compreende: Comunidades Científicas, Povos Indígenas, Comunidades tradicionais (caiçaras, ribeirinhos, pescadores, artesanais, silvicultores e extrativistas), comunidades quilombolas, ONGs ambientalistas, movimentos sociais e sindicatos). Estes deverão compor 50% das vagas ou seja 15 vagas para um total de 30 delegados eleitos. O setor Empresarial / patronal compõe 30% das vagas, ou seja, nove vagas do total de delegados. O setor governamental (federal, estadual e municipal) deverá compor 20% das vagas, ou seja, seis vagas do total de delegados.

3.2.3. Representação das gerações (faixas etárias) nas delegações do estado do Amazonas.

Na II CEMA -2005, a delegação contou com a participação de 21 delegados, sendo 10 mulheres e 11 homens. A Figura 11, expressa a faixa-etária de maior representatividade a de 41 a 50 anos, e de menor expressão a faixa etária de 20 a 30 anos.

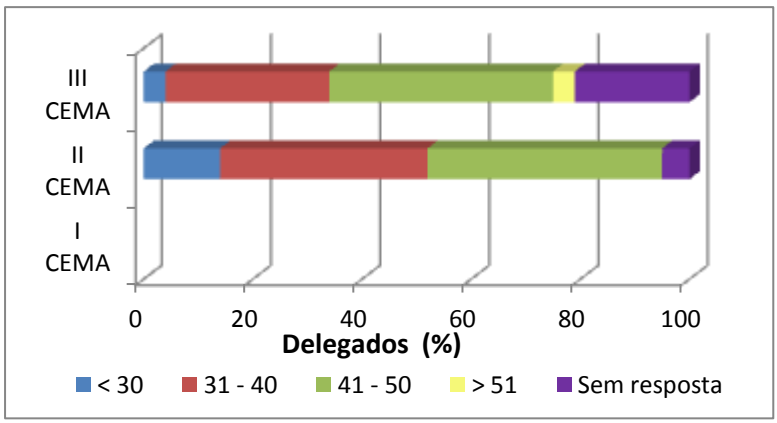

Figura 11 – Faixa etária da delegação do Amazonas

Fonte: Relatório da COE-AM 2008

A faixa etária de maior expressão na delegação III CEMA-2008, não difere da II Conferência Estadual de Meio Ambiente, a faixa-etária mais expressiva continua sendo a de delegados (as) de 41 a 50 anos com 41% dos 27 delegados, em seguida a de 31 a 40 anos com 30% desta representatividade e de menor representatividade temos os com faixa etária de 21 a 30 anos e com 4%, esta faixa etária compreende a do coletivo jovem, que tem um inicio na formação política na Conferência Infantil, esses delegados (as) quando retornam aos estados trazem uma missão de fortalecer os coletivos jovens ou construir os que não tem esse movimento , 51 a 60 anos com 4% desta delegação (Figura 11). A I CEMA-2003, não apresenta dados sobre faixa-etária, pelo fato de não ter sido encontrado as fichas de credenciamento desta conferência, junto a COE-AM.

3.2.4. Representação dos municípios amazonenses nas delegações

Na CEMA 2005, a delegação do Amazonas com 21 delegados (as) na Tabela 6 teve na sua composição a de maior representatividade a do município de Manaus tendo 81%, Iranduba 5%%, Juruá 5%, Silves 9% o que explica a ausência dos outros municípios pelo isolamento destes pela seca -2005 (Tabela 6).

Tabela 6 – Representação dos municípios na delegação do Amazonas.

Edição da Conferência	Total de Municípios Participantes	Participação Relativa de Municípios (%)	Participação de delegados de Manaus (%)
I CEMA-2003	34	54,8%	38%
II CEMA-2005	19	30,6%	81%
III CEMA-2008	46	74,2%	63%

A participação dos Municípios na III Conferência Estadual de Meio Ambiente 2008 foi a de maior representação das três edições, com 46 municípios amazonense. A Tabela 6 expressa a representação dos 27 delegados eleitos, 63% da delegação do Amazonas é formada por delegados da Capital (Manaus) e 37% com delegados eleitos de outros municípios, sendo: municípios de Parintins (7,4%),

Alvarães (3,7%), Borba (3,7%), Itacoatiara (3,7%), Humaitá (3,7%), Silves (3,7%), São Gabriel da Cachoeira (3,7%), São Paulo de Olivença (3,7%) e Tefé (3,7%). A representatividade maior dos municípios na delegação do estado nas três edições foi sempre do município de Manaus. Devendo ser levado em consideração os vários fatores que interferem nessa dinâmica, um dos mais visíveis é o custo do transporte na nossa região é muito alto, dificultando o deslocamento dos interessados em participar do evento, o tempo de deslocamento de um município para o outro e a realização da Conferência Estadual sendo na capital favorece um quantitativo maior de participantes deste município na plenária e consequentemente nos grupos de trabalho.

3.2.5. Perfil de escolaridade das delegações

De acordo com as fichas de credenciamento analisadas a delegação da III CEMA-2008, composta por de 27 delegados, onde a Figura 12 apresenta o nível de escolaridade dos delegados, com 37% com nível superior, o ensino médio com 33%, com 22% com o ensino superior incompleto e 7% com o ensino fundamental. Quando se avalia o setor da sociedade, o governamental e empresarial, todos têm nível superior completo e incompleto e o setor da sociedade civil possuem o ensino fundamental e médio.

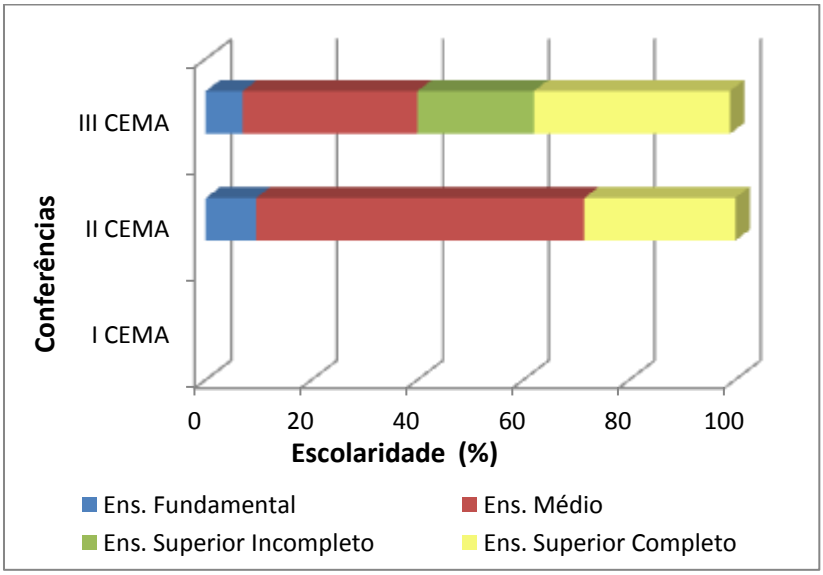

Figura 12 – Escolaridade dos delegados (as) na III CEMA-2008

Fonte: Relatório da COE-AM 2008

A I CEMA-2003, não apresenta dados sobre escolaridade e faixa etária, pelo fato desses dados não constarem nas fichas de credenciamento desta conferência. Desta Conferência foi disponibilizado o “Relatório de Síntese de 2003 da Pré-Conferência Estadual de Meio Ambiente” , escrito em novembro de 2003. Este relatório foi o resultado das pré-conferências realizadas nos municípios polos, onde metodologia apontou para um levantamento dos problemas ambientais no âmbito estadual e as soluções sinalizadas pelos municípios no espaço das pré-conferências participantes.

3.3. CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS DELEGADOS E DELEGADAS E A PLENÁRIA III CEMA- 2008/AM

3.3.1. Representatividade de Gênero nas delegações

Não foi possível analisar a composição de gênero das plenárias da I CEMA-2003 e da II CEMA-2005 pelo fato de não sido possível resgatar as fichas de credenciamento destas conferências, junto a COE-AM. Foram recuperadas somente as fichas de credenciamento da III Conferência, que fornecem os dados que são discutidos neste tópico.

A maior plenária já formada nas CEMA foi à de 2008 com 422 participantes, credenciados com direito a voz e voto, desses 220 homens e 202 mulheres, tendo uma equivalência bastante representativa em relação às mulheres (Figura 13). Desse total de participantes na plenária 48% foram de mulheres e 52% de homens. A delegação desta conferência teve a representatividade de 44% de mulheres e 56% de homens. Mantendo a representatividade de homens superior o de mulheres, mas com uma evolução favorável ao processo de igualdade de gênero em encontros nacionais.

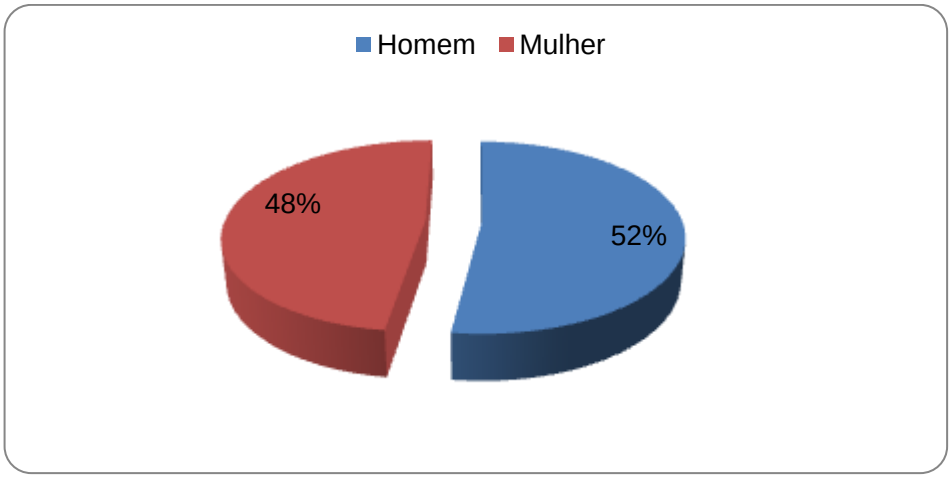

Figura 13 – Relação de gênero da plenária de 422 participantes da III CEMA -2008.

Fonte: Relatório da COE-AM 2008

3.3.2. Representação dos setores da sociedade civil na Plenária da III CEMA-2008.

Nessa plenária, os setores da sociedade tiveram a sua representatividade na Figura 14, sendo: 53% dos movimentos sociais, 35% de governo, 3% empresarial e patronal e 9% não indicaram no credenciamento o setor ao qual pertenciam.

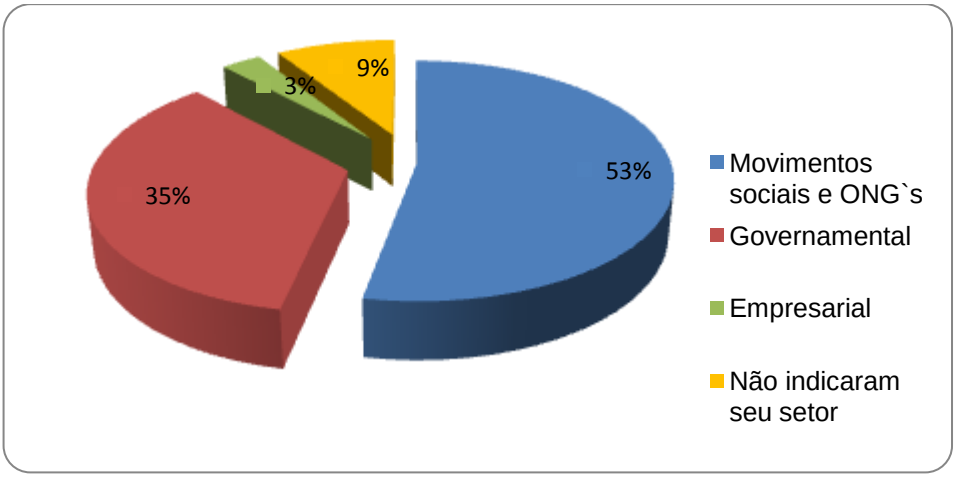

Figura 14 – Representação dos setores da sociedade civil da plenária da III CEMA-2008.

Fonte: Relatório da COE-AM 2008.

3.3.3. Nível de escolaridade da plenária da III CEMA - 2008

A grande maioria dos 422 delegados (as) que compuseram esta plenária declarou possuir nível superior (Figura 15). Um pouco menos que um quarto registrou na ficha de credenciamento possuir o ensino médio. Uma pequena minoria declarou possuir o ensino fundamental ou não informou seu nível de escolaridade.

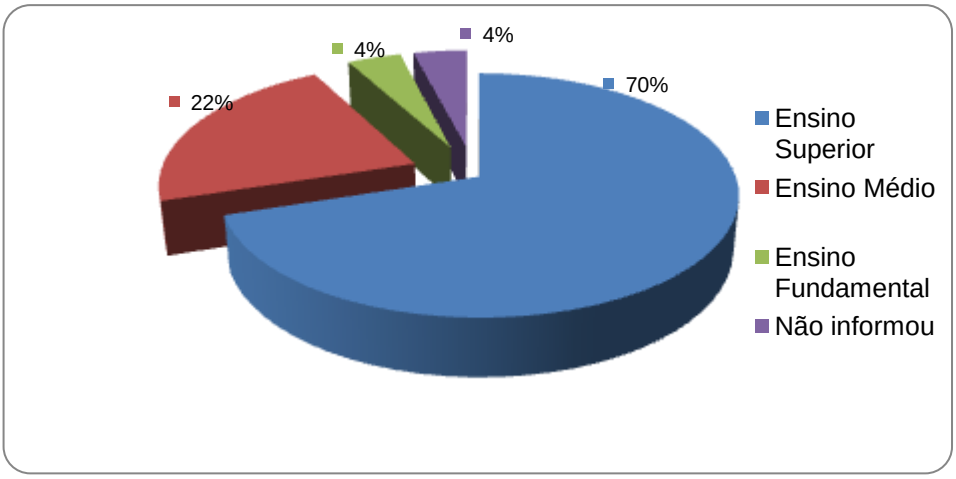

Figura 15 – Escolaridade dos participantes da plenária da III CEMA-2008.
Fonte: Relatório da COE-AM 2008.

3.3.4. Faixa etária da plenária da III CEMA-2008

Em todas as edições das CEMA, a representatividade em relação à faixa etária nas delegações do Amazonas teve semelhanças com a expressão desta plenária estadual. A maior participação nesse espaço de conferências estaduais de meio ambiente foi de indivíduos de 41 a 50 anos de idade (Figura 16). A Juventude aparece mais uma vez com baixa representatividade com 4% desse total.

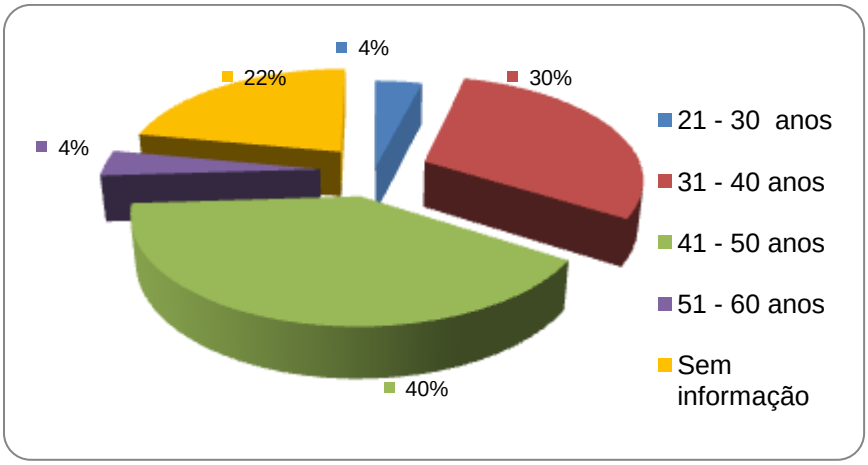

Figura 16 – Faixa etária dos participantes da plenária da III CEMA-2008.
Fonte: Relatório da COE-AM 2008.

3.3.5. III CEMA – formação da plenária quanto a representatividade dos municípios Amazonenses

A Figura 17 quantifica a representação dos municípios amazonenses na plenária final da III CEMA- 2008, sendo a conferência de maior representatividade dos municípios das três edições, sendo observado ainda uma diferença elevada entre representantes da capital – Manaus e os representantes dos outros municípios estado do Amazonas. Os municípios que tiveram apenas um representante foram: Coari, Canutáma , Apuí, Nhamundá, Urucará, Uarini, Maraã, Carauari, Eirunepé e Amaturá. Os municípios com dois representantes: Juruá, Novo Aripuanã, Envira, Itacoatiara, Pauini, Santo Antônio de Sá, Lábrea, Humaitá , Manacapuru, Novo Airão. Municípios com três representantes foram Borba, Parintins, Careiro Castanho, Beruri, Autazes, Rio Preto da Eva, Alvarães, Barcelos e Silves. Os municípios com quatro representantes: Maués, Careiro da Várzea e Iranduba, com cinco representantes o município São Gabriel da Cachoeira, com seis representantes o município de Tefé, Manaus com 314 representantes e 25 não identificaram os municípios que representavam.

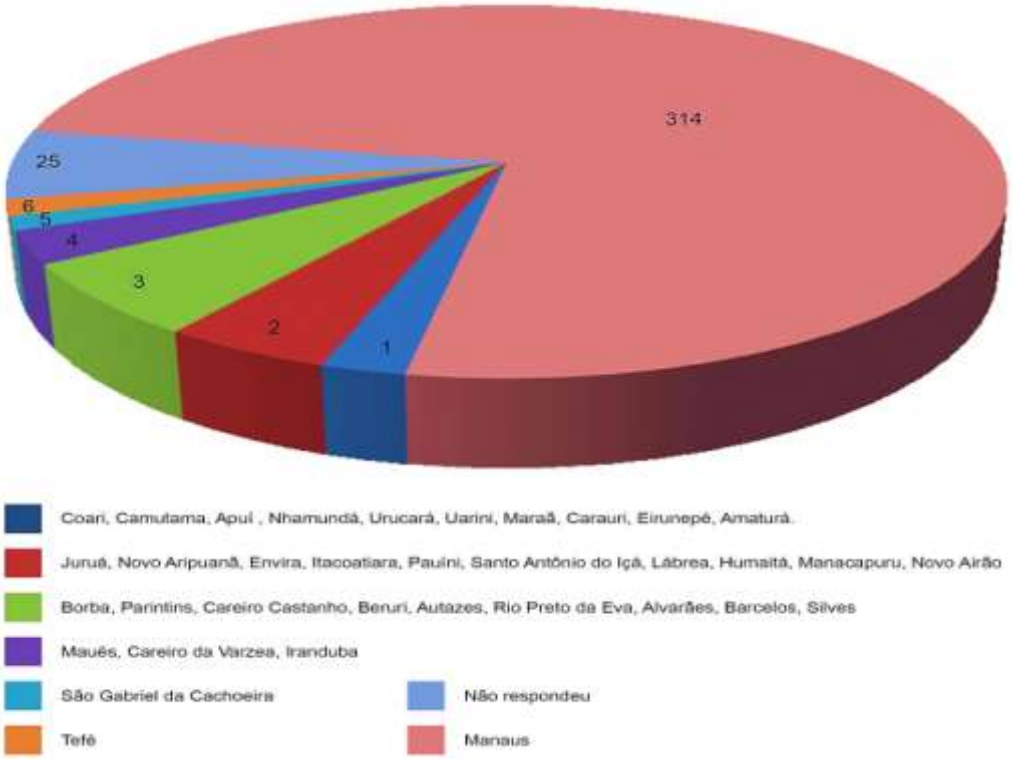

Figura 17 – Representação dos municípios amazonenses na plenária da III CEMA-2008.

Fonte: Relatório da COE-AM 2008.

CAPITULO IV

4. DELIBERAÇÕES DA II CEMA - 2005, EM SUAS DIFERENTES TEMÁTICAS

4.1. EFICÁCIA DAS CEMA COMO INSTRUMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA NO AMAZONAS

Neste capítulo, são apresentadas e analisadas as deliberações da II CEMA - 2005, em suas diferentes temáticas: Água e Recursos Hídricos, Biodiversidade e Floresta, Qualidade Ambiental e Assentamentos Humanos, Fortalecimento do SISNAMA e Controle Social, Elementos de Uma Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, e Seca – 2005. Buscou-se definir seus níveis de implementação a partir de uma análise das políticas públicas ambientais gerenciadas pelos diversos setores de governo.

Segundo os levantamentos realizados nos documentos oficiais de governo, a partir de 2003, para alavancar o desenvolvimento regional do Estado, foram desenvolvidos diversos programas que agregam ações de implementação de políticas públicas de desenvolvimento socioambiental. Esses programas têm por objetivo promover a melhoria econômica, social e cultural das populações locais, aliada à garantia da sustentabilidade ambiental. Essas políticas estão ancoradas por meio de dois programas de governo que são intrinsecamente correlacionados, são eles: o Programa Zona Franca Verde- PZFV e o Programa Amazonas Sustentável - PAS.

O Programa Zona Franca Verde foi instituído em 2003, com envolvimento de órgãos e secretarias estaduais, tendo o objetivo de melhorar a qualidade de vida das populações locais com base no sistema de produções florestais, pesqueiras, agropecuárias e de atividades de turismo, com fundamentos baseados nos procedimentos ecologicamente corretos, socialmente justos e economicamente viáveis (Programa Zona Franca Verde, 2005).

Em síntese com PZFV, o Estado pretende estimular o aproveitamento dos recursos naturais, por meio da gestão participativa junto ás populações locais e das parcerias nacionais e internacionais que possam implementar formas de

gerenciamento sustentável, a fim de que se possa atingir a melhoria da qualidade de vida dos grupos sociais autônomos e a conservação da natureza (Witkoski, 2009).

O Programa Amazonas Sustentável – PAS, também com base na conservação da biodiversidade, tem suas ações voltadas para o Fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente- SISNAMA, estabelecendo parcerias inter e intragovernamentais, com entidades privadas e com a sociedade civil organizada, para efetivar as ações por ele estabelecidas, tendo como metas: criação e implementação de Unidades de Conservação Estaduais - UC coordenadas pelo Centro Estadual de Unidades de Conservação – CEUC/SDS. O programa surge de uma necessidade de se estabelecer regras de uso do solo para sistemas como a agropecuária, indústria madeireira, pesca, extrativismo, mineração e outras.

As estratégias definidas por este programa são: Gestão Ambiental territorial por meio do Zoneamento Econômico Ecológico, que ainda está limitado ao sul do estado; Gestão de Unidades de Conservação Estadual, com criação até 2010 de 41 UC, implantação e consolidação do modelo de gestão; Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos e Minerais – Indústria mineral, de óleo e gás; Gestão de Fortalecimento das Cadeias Produtivas e dos Negócios Sustentáveis; Gestão do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Gasoduto Coari-Manaus; Gestão da Política de Mudanças climáticas e serviços ambientais. (ZFV- 2010).

Estes programas apontam para um modelo de desenvolvimento regional com princípios básicos assegurados na racionalidade de uso dos recursos naturais e culturais, valorizando as potencialidades autóctones. Para efetividade desses programas se faz necessário a qualificação dos profissionais que atuaram no seu desenvolvimento.

A escolha da II CEMA - 2005 como referência para análise do nível de implantação das deliberações se deve ao fato desta conferência ter sido a única das três CEMA a publicar com divulgação das deliberações em um documento intitulado “II CONFERÊNCIA DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO AMAZONAS- RELATÓRIO E PROPOSTAS” pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente- SDS e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis no Estado do Amazonas- IBAMA, caracterizando assim, que o documento foi divulgado nas

instituições gestoras da política e entre os movimentos sociais que estiveram na construção das propostas. Outro ponto relevante para a escolha da II CEMA-2005 foi o tema abordado: Política Ambiental Integrada e uso Sustentável dos Recursos Naturais. A I CEMA-2003 teve como tema o ”Fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA” e a III CEMA-2008 tratou do tema “Mudanças Climáticas”. Essas outras duas conferências tiveram os seus resultados sistematizados pela comissão organizadora estadual, mas os documentos finais não foram divulgados para todos os participantes, ficando limitado ao conhecimento somente da COE-AM, ainda que no regimento da III CEMA-2008, no seu art.10, tenha sido definido que compete a COE- AM sistematizar o documento final, assim como promover a sua publicação, divulgação e envio do documento aos órgãos competentes.

Definida a escolha pela II CEMA-2005, as deliberações foram acomodadas por temáticas, onde primeiramente a elaboração e discussão acontecem nos Grupos de Trabalho - GTs com uma provocação de propostas originadas no texto- base nacional com objetivo de nortear o trabalho nos grupos, com total espaço para as propostas de relevância estadual. A seguir a pesquisa desenvolverá os resultados com a lista de deliberações por temáticas, os resultados alcançados nas entrevistas com os gestores das instituições pesquisadas e os desdobramentos da implementação das deliberações por meio de programas, projetos e ações que atenderam as inquietações das deliberações no estado do Amazonas.

4.2. TEMATICAS DESENVOLVIDAS NA II CEMA – 2005

4.2.1. ÁGUA E RECURSOS HÍDRICOS

O Brasil possui 13,7% de água doce do mundo, porém a disponibilidade desses recursos não é uniforme. desses 73% encontra-se na Bacia Amazônica, que é habitada por menos de 5% da população. Apenas 27% dos recursos hídricos estão disponíveis para as outras regiões brasileiras, onde residem 95% da população do país (Lima, 1999). A Agência Nacional de Águas- ANA tem lançado mão da gestão por comitês de bacia hidrográfica, que são definidos como “um sistema de gestão democrático em que os três níveis de governo possuem apenas 40% das vagas no colegiado, que funciona como um parlamento, enquanto as

representações dos setores de usuários de água têm 40% e a sociedade civil 20%" (MMA, ANA, 2009).

Na II CEMA de 2005, o debate sobre temática Água e Recursos Hídricos resultou na aprovação em plenária de 32 deliberações com propósito de subsidiar a elaboração da política ambiental do estado do Amazonas. (Quadro 04).

Quadro 4 – Deliberações da Temática: Água e Recursos Hídricos

ÁGUA E RECURSOS HÍDRICOS	
CÓDIGO DA DELIBERAÇÃO	**DELIBERAÇÕES**
D1	Implementar as deliberações do CNRH em relação ao Plano Nacional de Recursos Hídricos.
D2	Realizar processos de devolução do PNRH aos estados por meio dos conselhos estaduais de gerenciamento de recursos hídricos.
D3	Assegurar amplo controle social na implementação do PNRH.
D4	Propor a implantação de programas nacionais e regionais para a harmonização e a adequação das políticas públicas relacionadas ao uso da água.
D5	Apoiar a estruturação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
D6	Fomentar iniciativas de capacitação e formação em gestão de recursos hídricos.
D7	Expandir a rede de plataformas de coletas de dados hidro meteorológicos nacional, bem como a integração com as redes similares de países integrantes da região amazônica para fortalecer o monitoramento e aprimorar o sistema de alerta para eventos críticos;
D8	Subsidiar iniciativas da capacitação e informação de técnicos na área de recursos hídricos a nível estadual;
D9	Implantar um sistema estadual de gestão, monitoramento e controle das águas subterrâneas;
D10	Manter atualizado um banco de dados geográficos dos pontos de captação de águas subterrâneas a nível estadual;
D11	Estabelecer um fórum estadual permanente sobre o PERH, assegurando a participação institucional, social e a representação municipal efetiva;
D12	Incluir na grade curricular da rede estadual e municipal de ensino, ações voltadas para proteção e uso racional dos recursos hídricos.
D13	Prevenção, recuperação das bacias hidrográficas degradadas.
D14	Propor a criação do fundo de desenvolvimento dos recursos hídricos, com percentual mínimo pré-estabelecido para os governos: Federal, Estadual e Municipal.
D15	Apoiar a criação dos conselhos municipais de recursos hídricos;
D16	Apoiar a elaboração dos planos municipais de recursos hídricos;
D17	Realizar zoneamento hídrico estadual;
D18	Envolver na gestão dos recursos hídricos as comunidades locais;
D19	Ampliar o abastecimento de água nos bairros/comunidades, através da implantação de adutoras pelos poderes públicos e pela Concessionária.
D20	Implementar ações que possibilitem a capacitação de águas pluviais nos locais de difícil acesso aos recursos hídricos;
D21	Criação de unidade de conservação urbanas contemplando os fragmentos florestais, onde existem nascentes de água em todos os municípios do amazonas;
D22	Criar um fórum permanente de gestão participativa dos recursos hídricos assegurando a representatividade comunitária municipal estabelecida pelos comitês de bacias
D23	Incentivar e apoiar a criação de peixes em açudes para reduzir a pressão sobre os estoques naturais;
D24	Apoiar acordos de pesca, qualificação do pescador e planos de manejo, pesqueiro (e madeireiro);
D25	Garantir a existência das populações de quelônios através da preservação de tabuleiros e programas de educação ambiental.
D26	Incentivar o manejo de jacaré, aonde já exista superpopulação;
D27	Criação de reservas municipais, como apoio a preservação das nascentes de igarapés e conservação de matas ciliares;
D28	Que a SDS e IPAAM disponibilize técnicos em parceria com o município para orientação/regularização e fiscalização quanto à retirada de areia por pequenos e grandes extratores;
D29	Fiscalização permanente de Reservas de Desenvolvimento Sustentável do Piranha – RDS.
D 30	Integração dos órgãos públicos e sociedade civil nas atividades impactantes (orientar, fiscalizar e promover conscientização ambiental, buscando uso sustentável dos recursos naturais);
D 31	Mais investimentos em Políticas públicas para saneamento;
D 32	Tornar aplicáveis os principais fundamentos na Lei Federal 9433/97 e na Lei 2712/01 à nossa região, no que diz respeito ao estabelecimento de competência ao município, para o devido monitoramento e controle da qualidade das águas superficiais e subterrâneas, bem como a das águas servidas (esgotos domésticos e industriais) e águas pluviais, a ser realizado pela COVISA por laboratório próprio acompanhado pela SEDEMA, pelo COMDEMA, pelo

	Ministério Publico Estadual, IPAAM, SEARH e outros movimentos interessados e devidamente escritos no COMDEMA.

Fonte: Relatório e Propostas da II Conferência Estadual de Meio Ambiente -2005.

4.2.1.2. Quantificação das 32 deliberações da temática: Água e Recursos Hídricos

Em uma primeira análise dos conteúdos das deliberações da temática em estudo, foram identificadas instituições que desenvolvem políticas públicas voltadas às demandas expressas nas deliberações da temática Água e Recursos Hídricos sendo: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, Secretaria de Estado de Produção Rural -SEPROR, Secretaria Estadual de Infraestrutura SEINF, Secretaria de Estado de Estadual de Educação- SEDUC, Programa de Saneamento e Infraestrutura dos igarapés de Manaus - PROSAMIM, ÁGUAS DO AMAZONAS e Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS.

A Figura 18 apresenta o percentual de deliberações por níveis de classificação quanto à temática água e recursos hídricos. As deliberações implantadas receberam o nível (2) com base nas entrevistas realizadas com os gestores dos órgãos pesquisados e documentos oficiais que explicitam por meio de programas, projetos, ações o desenvolvimento das deliberações: d1,d2,d3,d4,d6,d8,d11,d18,D19,d20,d22, d24, d25,d26,d28,d29, e d30, totalizando 53%. No nível (1) as deliberações acatadas e em processo de implantação as deliberações, essas deliberações que estão em processo de licitação ou aguardando uma posição administrativa para serem implantadas são: d5,d10,d12,d14,d17,d21 e d23, totalizando 22%. No nível (0) as deliberações não implantadas, segundo os gestores entrevistados e na pesquisa documental a pesquisa não encontrou documentos oficiais do estado que viabilizasse a implantação das deliberações ,a pesquisa classificou como não implantadas as deliberações : d9,d13,d15,d16, d27, d31 e d32, totalizando 22%. A deliberação d7 foi indicada de responsabilidade nacional.

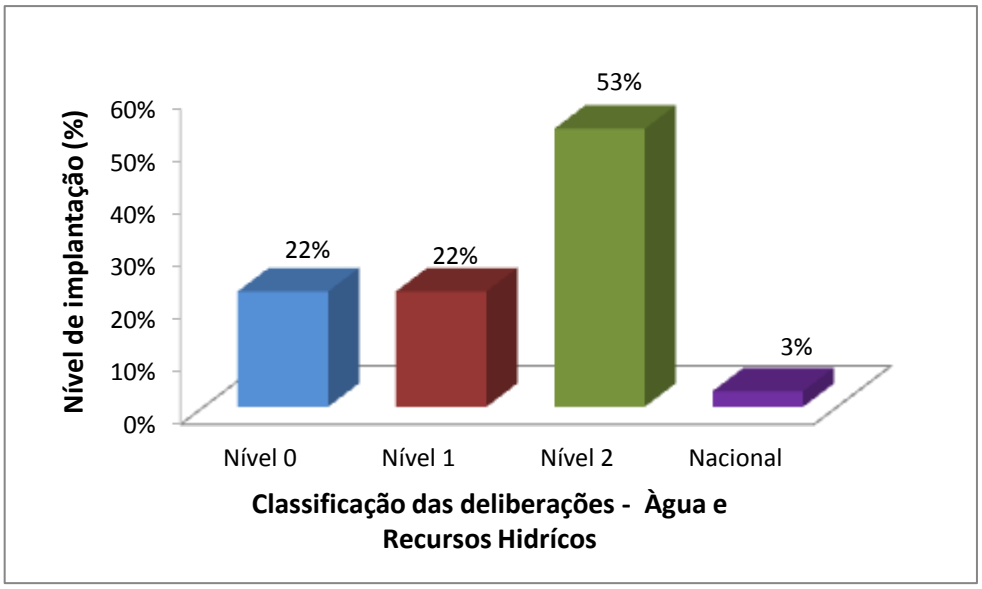

Figura 18 - Classificação das deliberações da temática água e recursos hídricos, em níveis: (0) não implantadas, (1) deliberações em processo de implantação, (2) deliberações implantadas.

4.2.1.3. Qualificação das 32 deliberações da temática: Água e Recursos Hídricos

A pesquisa identificou durante as entrevistas com os gestores programas, projetos e ações desenvolvidas pelo estado do Amazonas que contemplam as deliberações da II CEMA-2005, para esta temática. O Quadro 5, apresenta as instituições responsáveis por cada política.

Quadro 5 – Qualificação das deliberações em políticas públicas da temática: Água e Recursos Hídricos

ÁGUA E RECURSOS HÍDRICOS		NIVEIS DE IMPLANTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES	
Programas, projetos e ações	INSTITUIÇÕES	1	2
Contemplada com a Implantação do Conselho Estadual de Geodiversidade de Recursos Hídricos.	SDS	D14	D1, D2, D30
Contemplado com a criação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Tarumã-Açu	SDS		D3, D18, D22
Realização de cursos de capacitação e seminários para o fortalecimento do Comitê de Bacia	SDS		D4, D6
Instrumento de outorga com cobrança do uso da água e a construção do enquadramento das águas. Criação da Secretaria Estadual de Geodiversidade Recursos Hídricos	SDS	D5	
Realização de cursos de capacitação de técnicos na área de recursos hídricos	SDS		D8
Construção do banco de dados sobre águas subterrâneas, em parcial com o IPAAM e CPRM.	SDS, CIGAS e CPRM.	D10	
Contemplado por meio do Conselho Estadual de Recursos Hídricos	SDS		D11
Realizada por meio dos Temas Transversais	SEDUC	D12	
Atendida na construção do ZEE, inicialmente no Sul do Estado.	SDS	D17	
Ampliação de adutoras	SEINF		D19
Ampliação do abastecimento de água nos bairros/comunidades, utilizando águas subterrâneas.	Águas do Amazonas		D19
Atendida pelo PROCHUVA I e II	SDS		D20
Criação de unidade de conservação, restrito a cidade de Manaus.	SEMMAS	D21	
Criação do PROALEVINO, com dificuldade na produção de alevinos.	SEPROR	D23	
Apoio a acordos de pesca, qualificação do pescador e planos de manejo, pesqueiro (e madeireiro).	SEPROR		D24
Desenvolvimento de programas de Educação Ambientais voltados à preservação de quelônios.	SEPROR		D25
Incentivo ao manejo de jacaré, com perspectiva de reaproveitamento da carne e da pele.	SDS		D26
Realizada por meio da Secretaria de Estado de Geodiversidade e Recursos Hídricos	SDS		D28
Manutenção de equipe de fiscalização permanente de Reservas de Desenvolvimento Sustentável do Piranha – RDS.	SDS		D29

Legenda: nível 2 – implantadas; nível 1- acatadas em processo de implantação, nível 0- não implantadas.

Qualificação das deliberações: Não-implantadas (nível 0): SDS: D9, D15, D16; SEMMAS : D27, D32; PROSAMIM : D13, D31.

Em atendimento a deliberação (D1) que trata da implementação das deliberações do Conselho Nacional de Recursos Hídricos em relação ao Plano Nacional de Recursos Hídricos o Amazonas implantou a Secretaria Executiva Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos-SEGRH, vinculada a SDS para o fortalecimento ao PNRH no estado, todo este processo, é complementado na deliberação seguinte. A deliberação (D2) que trata dos processos evolutivos do PNRH por meio de Conselhos Estaduais, foi criado o Conselho Estadual de Geodiversidade e Recursos Hídricos – CEGRH, por meio do decreto 25.037 de 1º de junho de 2005 tendo o art.64 da Lei de nº 2.712 de 28 de dezembro de 2001,

revogada pela lei 3.167/07, no uso de suas atribuições legais sendo o órgão colegiado, consultivo e deliberativo, composto por quarenta e nove instituições com membros titulares e suplentes, nas instâncias do poder público (governo federal, estadual e municipal), sociedade civil e usuários, atendendo a deliberação (D30). Com reformulação das normas disciplinares da Política Estadual de Recursos Hídricos e do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. A regulamentação da Lei 3.167/07 foi concluída e publicada em 16 de junho de 2009, através do decreto 28.678/09. Este decreto dispõe sobre a outorga de direitos de uso de recursos hídricos, a cobrança pelo uso de recursos hídricos e a aplicação dos valores da arrecadação a partir de 2009, com a consolidação da sua política estadual de Recursos Hídricos, o Amazonas tornou-se membro titular do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. A Criação do Fundo de Desenvolvimento dos recursos Hídricos esta vinculado ao CEGRH, atendendo a deliberação (D14).

A deliberação (D3) e (D18), remete ao amplo controle social na implementação do PNRH, no Amazonas foi criado um Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Tarumã-Açu, por meio da Lei 9.433 de 08 de Janeiro de 1997. O comitê tem sua instituição oficialmente pelo decreto 29.244 de 19 de novembro de 2009, é composto por 37 instituições com membros nas instancias do poder público (federal, estadual, municipal, movimento social e usuário dos serviços). Inserido no Comitê de Bacias, está o Fórum Permanente de Gestão de Recursos Hídricos, que tem garantido essa representatividade nos conselhos e comitês de bacia hidrográficas, numa ação de orientação, fiscalização e promoção da consciência ambiental com as comunidades locais e atende a deliberação (D22).

Para a implantação de Programas Nacionais e regionais com adequação da política pública relacionada ao uso da água e a capacitação e formação em gestão de recursos hídricos conteúdo da D4 e D6,foram realizados cursos de capacitação, campanhas de sensibilização e seminários em parceria com outros órgãos para o fortalecimento do comitê de bacias com o foco educativo, que trate do uso de água. Secretaria de Estado e Meio Ambiente- SDS por meio da sua Secretaria Executiva e Recursos Hídricos, promoveu cursos de capacitação em gestão de recursos hídricos para os técnicos que atuam nesta área.

A estruturação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos- SEGRH, é conteúdo da deliberação (D5), foi respondida pelo gestor desta secretaria que a legislação está estruturada utilizando instrumentos como a outorga que é a cobrança do uso da água e o enquadramento das águas estaduais está em construção com a Companhia de Informação de Águas Subterrâneas - CIGAS e CPRM em parceria.

A deliberação (D7), tem uma amplitude nacional com uma integração de redes de países que compõem a região amazônica para o monitoramento e sistema de alerta em eventos críticos.

O curso de capacitação e informação de técnicos na área de recursos hídricos aos técnicos tem sido desenvolvido pelo Instituto de Proteção e Preservação Ambiental do Amazonas – IPAAM, atendendo a deliberação (D8).

A implantação de banco de dados por meio do CIGAS- Companhia de Informação de Águas Subterrâneas tem funcionado como uma rede de monitoramento, contemplou a deliberação (D10). Este banco foi criado em 2010 em parceria com a CPRM – serviços geológicos do Brasil com uma ferramenta que contribui para o ordenamento do uso da água e o aumento da oferta da hídrica. Segundo gestores entrevistados da SDS, este banco de dados (CIGAS) está com problema de ordenamento entre os dados fornecidos pela CPRM e o Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas- IPAAM.

Como espaço de representação da sociedade, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos funciona como um Fórum onde a sociedade civil tem sua representação e os usuários dos serviços também tem assento no conselho, caracterizando assim, uma gestão democrática e participativa, atendendo assim a deliberação (D11).

Respondendo a deliberação (D12), a Gerência de Projetos Complementares-GPC da SEDUC, relatou que a temática Recursos Hídricos é tratada nas escolas públicas como um tema transversal em forma de projetos e programas.

A deliberação (D17) foi atendida pela realização do Zoneamento Hídrico inserido no Zoneamento Econômico Ecológico - ZEE, realizado no estado em 2009 com uma escala de 1: 250.000, iniciado no sul do estado, por ser uma área que apresenta o maior índice de desmatamento no estado do Amazonas, por sofrer uma pressão dos madeireiros existentes no limite com o estado do Pará.

A deliberação (D19) foi contemplada por ampliação de adutoras realizadas pela SEINF e Águas do Amazonas com ampliação do abastecimento de água nos bairros/comunidade, utilizando águas subterrâneas.

Para uma complementação da deliberação (D20) que sinaliza uma necessidade de políticas nas melhorias sanitárias, foi apontado na entrevista o programa de melhorias sanitárias domiciliares: com aproveitamento e armazenamento da água oriundas das chuvas, conhecido como PRO-CHUVA I e II uma parceria entre SDS e FUNASA. Este programa funciona muito bem na época das chuvas, no verão se torna inviável, com execução somente nas Unidades de conservação estadual.

Criação de algumas Unidades de Conservação e Corredores Ecológicos, restrito a cidade de Manaus, atendendo a deliberação (D21).

A criação de peixes em açudes para reduzir a pressão aos estoques naturais, tem se efetivado em municípios com este potencial; mas em entrevista com a SEPROR, foi relatado que estes programas e projetos tem tido grande dificuldade com a produção de alevinos. Outro fator que limita o avanço é o baixo nível de capacitação técnica dos produtores e uma precária assistência técnica. Existem propostas de projeto cooperativo de apoio ao desenvolvimento da cadeia produtiva da aquicultura: unidades municipais de produção de alevinos conhecido como Pro-alevinos, atendendo a deliberação (D23).

A SEPROR, atendendo a deliberação (D24) tem apoiado e realizado acordo de pesca, cursos para qualificação do pescador, como orientação técnica na elaboração de planos de manejo pesqueiro e madeireiro. Em atendimento a deliberação (D25), desenvolve programas de educação ambiental voltado a preservação de quelônios. Os tabuleiros (locais de desova) são objetos de proteção

pelo projeto Pé-de-pincha, desenvolvido pela UFAM desde 1999, estimulando a conservação de que quelônios através do manejo participativo.

Em atendimento a deliberação (D26) a SDS tem incentivado o manejo de jacaré, com perspectiva de reaproveitamento da carne e da pele .Em atendimento a deliberação (D28) a Secretaria de Estado de Geodiversidade e Recursos Hídricos disponibiliza técnicos em parceria com os municípios para atuar no processo de retirada de areia por pequenos e grandes extratores. A manutenção de equipe de fiscalização permanente de Reservas de Desenvolvimento Sustentável do Piranha – RDS, atende a deliberação (D29).

Visto que as deliberações (D9), (D13), (D15), (D27), (D31) e (D32), classificadas como não implantadas, justifica-se pela falta de uma secretaria que gerenciasse tais demandas, vislumbram avanços com criação da recente Secretaria de Estado de Geodiversidade e Recursos Hídricos, criada em julho de 2011, em processo de estruturação.

A área de saneamento foi indicada nas entrevistas pelos os gestores, como sendo a que menos avançou em termos de apresentação de projetos e programas no estado, com grandes problemas na maioria dos municípios com relação à coleta de resíduos sólidos, rede de esgotamento, abastecimento de água tratada e aterro sanitário. Serviços prestados as comunidades de forma muito precária.

O monitoramento e controle da qualidade das águas superficiais e subterrâneas e águas servidas (esgotos domésticos e industriais) em Manaus é regulamentado pelo Código Sanitário - Lei 392/97 publicado no D.O.E n° 28.712 de 02 de julho de 1997. Sob o decreto n° 3.910 de 27 de Agosto de 1997. Em 1999 foi instalada a Agencia Estadual Reguladora dos Serviços Públicos concedidos do estado do Amazonas - ARSAM é uma autarquia sob regime especial pela Lei estadual n° 2568/99.

4.2.2. BIODIVERSIDADE E FLORESTA

No Brasil, a proteção de ecossistemas é um tema que se reveste da maior relevância quando observada a sua riqueza em termos sociais e biológicos. O país além de líder mundial em biodiversidade “concentra a maior heterogeneidade de espécie de plantas, primatas, anfíbios, peixes de água doce e insetos”. Comporta uma variedade cultural capaz de fornecer novas alternativas em termos de interações com a diversidade (Santilli, 2003).

Segundo uma avaliação feita pelo Cepal, o Amazonas se propõe a alcançar voluntariamente a redução do desmatamento até 2010 em 38% em relação à taxa média de 1996-2005, e a estabilizar a taxa anual em no máximo 350 km^2 a partir de então. Essa meta corresponderá a um desmatamento total até 2020 de, no máximo, 0,5% de toda floresta existente no Estado em 2006, e 0,2% de toda floresta Amazônica existente nesse mesmo ano. Graficamente, a meta de redução do desmatamento do Estado do Amazonas está distribuída conforme Figura 19:

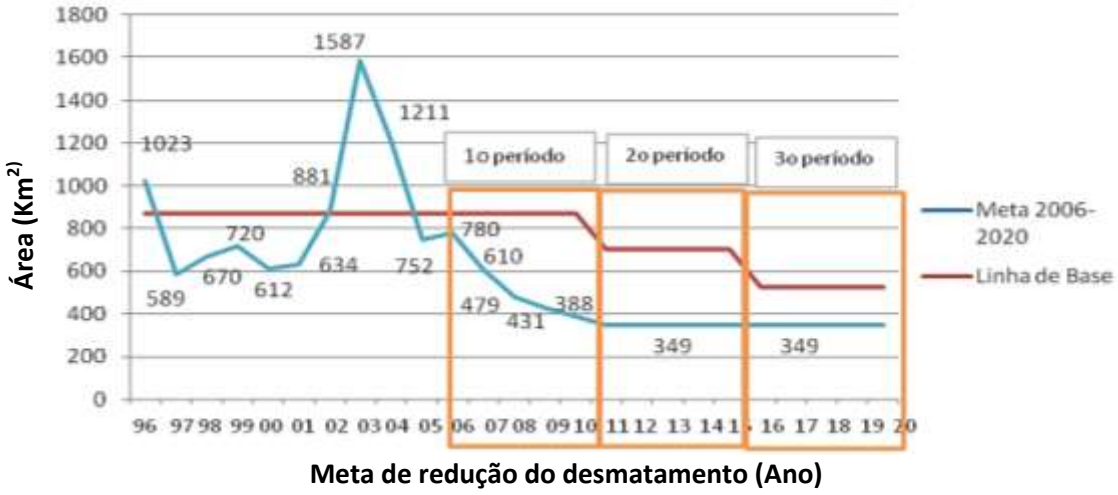

Figura 19 - Meta de Redução do Desmatamento no Amazonas entre 2006 e 2020
Fonte: PPCDAM, 2008.

Sobre os desmatamentos e frentes de expansão na Rodovia BR-319, vale ressaltar que as maiores frentes de desmatamentos no Estado do Amazonas ocorrem em toda a região Sul do Estado, numa área que envolve 13 municípios e cerca de 392.337 Km^2, cobrindo as áreas dos municípios do Estado que fazem fronteira com os estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia e Acre (Figura 20).

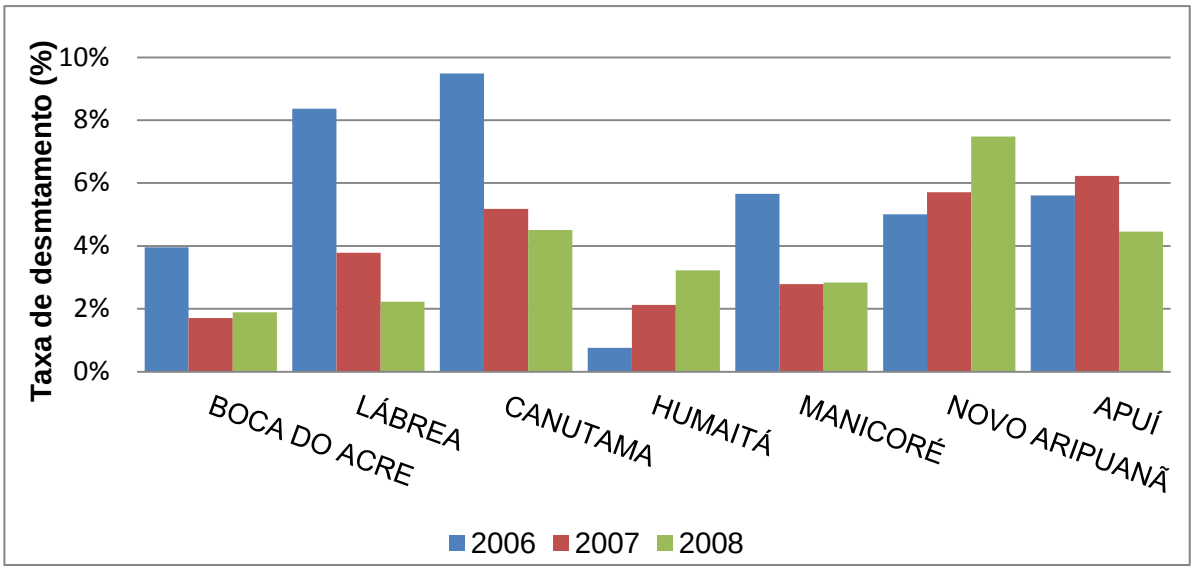

Figura 20 - Taxa de Desmatamento no Sul do Estado do Amazonas, em 2006, 2007 e 2008.
Fonte: http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php

Em 2002 o Amazonas apresentava cenários de risco a conservação da biodiversidade, com um índice de desmatamento de 1,5 quilômetros quadrados e com apenas 7,4 milhões de hectares de Unidades de Conservação Estaduais , ou seja 4,7% da área do estado. Esses dados apresentaram uma mudança considerável entre o ano de 2003 e 2009 com um aumento de 160% na áreas de superfície das Unidades de Conservação Estaduais, com redução de desmatamento de 73,94%, conforme dados do Centro Estadual de Unidades de Conservação da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CEUC/SDS,ZFV, pg. 123, 2010).

A Criação de Unidades de Conservação: entre 2003 e 2009, ampliou as áreas sob proteção no Amazonas de 7,4 para 19 milhões de hectares, triplicando o número de UC's, que aumentou de 12 para 41 em 2009, totalizando 9 UC's de Proteção Integral e 32 de Uso Sustentável. No período de 2006 a 2009, foram criadas 10 novas UC's Estaduais ampliando em 3,7 milhões de hectares as áreas protegidas.

Algumas estratégias políticas foram adotadas para conter a evolução de áreas desmatadas no estado como: ampliação de operações de fiscalização, criação de Unidades de Conservação, restrição ao crédito para desmatamento, exigindo do estado do Amazonas um monitoramento por satélites (SIVAM e SIPAM) estabelecimento de parcerias entre IBAMA, IPAAM, Policia Federal e o Fortalecimento e criação de Secretarias Municipais de Meio Ambiente nos 62

municípios e a convocação da sociedade civil organizada para um efetivo vigiar da Biodiversidade Amazônica. A Tabela 7 apresenta a expansão de unidades de conservação estaduais criadas no estado do Amazonas, no período de 2002 à 2009 com um raio de ação fortemente no ano de 2005 com a criação de 12 UC, saltando de 19 UC para 31 UC no estado.

Tabela 7 - Expansão das Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas

Ano	Área acumulada (ha)	Número de UCE Criadas	Número de UCE (acumulado)
Até 2002	7,938,661.82	12	12
2003	11,470,529.70	6	18
2004	11,894,959.70	1	19
2005	15,233,615.90	12	31
2006	16,106,344.18	2	33
2007	16,583,386.48	1	34
2008	16,583,386.48	1	35
2009	19,007,032.62	6	41
Total	**19,007,032.62**	**41**	**41**

Fonte: CEUC/SDS, 2010.

Na II CEMA de 2005, esta temática foi discutida no grupo de trabalho, levando para uma aprovação em plenária de 29 deliberações com propósito de subsidiar a elaboração da política ambiental do estado do Amazonas, essas deliberações de responsabilidade do estado estão transcritas na íntegra no Quadro 6.

Quadro 6 - Deliberações da temática: Biodiversidade e Floresta

BIODIVERSIDADE E FLORESTA	
CÓDIGO DA DELIBERAÇÃO	**DELIBERAÇÕES**
D1	Desenvolver atividades de formação e capacitação relacionadas ao tema junto a povos indígenas e comunidades locais, bem como junto aos setores usuários, incluindo instituições de pesquisa e empresas.
D2	Elaborar políticas públicas e legislação sobre o tema espécies exóticas invasoras. .
D3	Incentivar projetos e programas que visem à criação alternativa de animais (raças crioulas e espécies silvestres e a homeopatia), ao agroextrativismo sustentável e à implementação de sistemas agroflorestais.
D4	- Elaborar projetos demonstrativos, visando gerar conhecimentos sobre conservação, preservação e manejo sustentável dos recursos naturais, com envolvimento das populações locais.
D5	Estimular a silvicultura de espécies nativas, sistemas agroflorestais e recuperação de áreas degradadas. Para dar sustentação à implementação destas políticas públicas, é importante aumentar o arco de alianças e recursos financeiros, envolvendo todos os entes federados na gestão florestal.
D6	Estabelecer programa para recuperação induzida de 50 mil hectares de florestas nativas por ano.
D7	Ampliar o Programa de Assistência Técnica Florestal para 30 mil produtores em todos os biomas.
D8	Intensificar as ações estratégicas de fiscalização e monitoramento conjunto entre IBAMA, IPAAM e Secretaria Municipal de Meio Ambiente, criando grupos de trabalho/GT permanente envolvendo IBAMA, IPAAM Universidades e Instituições de pesquisa e tecnologia e com participação de organizações representativas da sociedade civil.
D9	Estimular a criação de órgãos municipais para desenvolver atividades relacionadas a prevenção e controle de desmatamento, garantindo viabilidade para execução das ações.
D10	Criar sansões punitivas para instituições públicas que autorizem a liberação ou a comercialização de madeira não proveniente de áreas de manejo ou de áreas não autorizadas pelo IBAMA/IPAAM, obedecendo ao código florestal.
D11	Promover a regularização fundiária com urgência no estado do Amazonas.
D12	Disseminar entre os setores usuários, empresas e instituições de pesquisa, informações sobre a obrigatoriedade de consentimento, informação e distribuição justa de benefícios derivados da exploração econômica da biodiversidade.
D13	Informar e capacitar os gestores municipais e sociedade organizada sobre a legislação, para que estes funcionem como difusores de informação às comunidades locais e povos indígenas e no sentido de preservar os direitos sobre a biodiversidade e conhecimento tradicional associado.
D14	Criar programas de pesquisas que assegurem os processos de domesticação de espécies vegetais pelas populações tradicionais e povos indígenas.
D15	Promover a replicação dos projetos exitosos do PDA e PDPI na Amazônia. Competência.
D16	Implementação dos conselhos estadual de meio ambiente, como colegiado responsável pela discussão da política ambiental no amazonas, tendo como membros os diversos segmentos da sociedade.
D17	Apoio governamental para o transporte e a comercialização de produtos florestais oriundos de manejo comunitário ou produtores familiares.
D18	Ampliar o programa de assistência técnica florestal no amazonas para pelo menos 15 mil produtores por ano e estabelecer recursos orçamentários no estado.
D19	Destinar recursos investimento federal (PNF-Cena flor-Pro manejo), estadual e municipal para a formação e requalificação de técnicos e engenheiros na área florestal na região amazônica.
D20	Incentivo fiscal para produtos oriundos do manejo florestal comunitário
D21	Estabelecer mecanismos de simplificação para o manejo florestal comunitário e alteração no modelo de manejo comunitário
D22	Ampliar e desburocratizar o acesso ao credito florestal as associações e pequenos extratores de produtos florestais, adequando a forma de concessão de credito à realidade local.
D23	Realizar o zoneamento econômico e ecológico no restante do estado do amazonas, além da porção sul/sudeste.
D24	Incentivar projetos e programas que visem ao manejo sustentável e a produção de plantas medicinais e as boas praticas de manipulação.
D25	Garantir recursos orçamentários para elaboração de planos de manejo/gestão das UC já existentes e para a implementação imediata dos planos de manejo/gestão das UC já criadas.
D26	Garantir a ampliação sistemática de recursos orçamentários e financeiros da união para a pesquisa cientifica aplicada e desenvolvimento de biotecnologia sobre os biomas amazônicos, e promoção da difusão tecnológica
D27	Garantir a ampliação sistemática de recursos orçamentários e financeiros da união, para implementação, estruturação e manutenção de centros de triagem de animais silvestres, bem como, treinamento e capacitação de equipes técnicas e pessoal de apoio.
D28	Promover estratégias emergenciais para estancar e reverter a destruição dos biomas mais ameaçados, como o cerrado e a mata atlântica.
D29	Garantir a ampliação sistemática de recursos orçamentários e financeiros da união, para a pesquisa aplicada ao uso sustentável dos biomas amazônico, e promoção da difusão tecnológica.

Fonte: Caderno de Relatório e propostas da II CEMA-2005

4.2.2.2. Quantificação das 29 deliberações da temática: Biodiversidade e Floresta

Em uma primeira análise dos conteúdos das deliberações da temática em estudo, foram identificadas instituições que desenvolvem políticas públicas voltadas às demandas expressas nas deliberações da temática sendo: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, Secretaria de Estado Ciência e Tecnologia – SECT, Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR, Instituto de Terras Estaduais do Amazonas – ITEAM, Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e O Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM).

A Figura 21, apresenta o percentual de deliberações por níveis de classificação desta temática. As deliberações implantadas que foram classificadas como nível (2), foram: d3,d8,d9,d10,d13,d16,d20,d21 e d25, totalizando 35%. No nível (1) as deliberações são: d1,d4,d6, d11, d12, d14, d17, d18, d19 e d23, totalizando 35%. No nível (0) as deliberações não implantadas, são: d15, d22, d24, d27 e d28, totalizando 22%. As deliberações d2, d7, d26 e d29 foram indicadas como sendo de responsabilidade nacional, totalizando 13%.

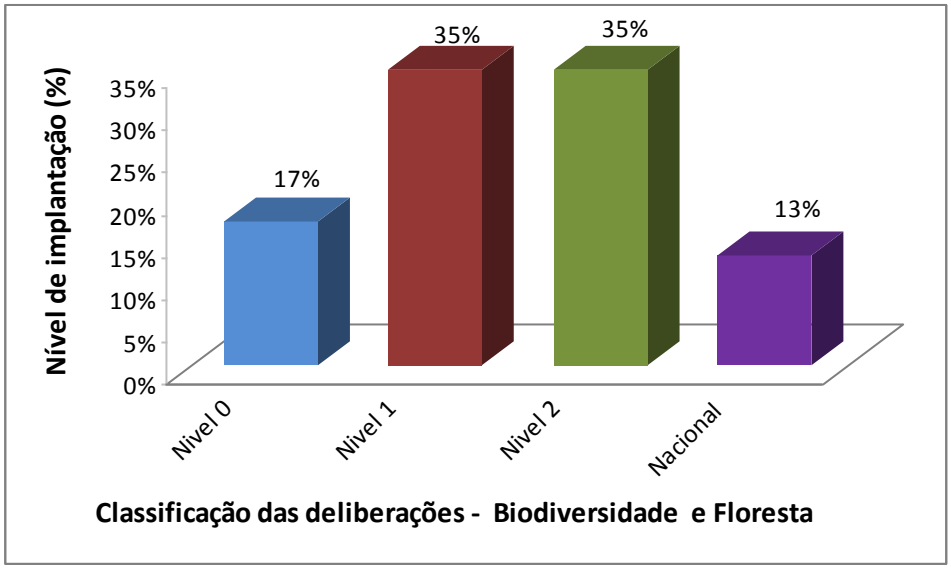

Figura 21 - Classificação das deliberações em níveis: (2) deliberações implantadas , (1) deliberações em processo de implantação; (0) não implantadas

4.2.2.3. Qualificação das 29 deliberações da temática: Biodiversidade e Floresta

A Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável- SDS do estado do Amazonas, junto ao IPAAM Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas, o instituto é uma autarquia vinculada a SDS, responderam 27 deliberações do total de 29 deliberações pertencentes à temática: Biodiversidade e Floresta. O Quadro 7, qualificação as deliberações, identificando o órgão que responde pela deliberação e a sua classificação nos níveis evolutivos de implantação sendo: nível 2- deliberação Implantada, Nível 1- deliberação acatada pelo órgão competente, mas em processo de implantação. Nível 0 - deliberação não implantada.

Quadro 7 - Qualificação das deliberações em políticas públicas da temática: Biodiversidade e Floresta

BIODIVERSIDADE E FLORESTA		NIVEIS DE IMPLANTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES	
Programas, projetos e ações	INSTITUIÇÕES	1	2
Construção de uma agenda para implementação, realizações de conferencia sobre as populações tradicionais e criação do fórum de populações tradicionais	SDS	D1	
Programa Bolsa-floresta em 2007	SDS		D3
Elaboração de projeto de manejo comunitário, com apoio dos técnicos	SDS		D4
Elaboração do Programa Carbono-neutro (Carboneutralização)	SDS	D5	
Proposta de recuperação para 12 municípios no sul do Amazonas, para 2011	SDS	D6	
Criação do Grupo Estratégico de Combate a Crimes Ambientais – GECAM/IPAAM	SDS		D8
Criação de secretarias Municipais de Meio Ambiente	SDS		D9
Controle das unidades de conservação, com a proibição da comercialização de madeira	SDS		D10
Em unidades de conservação as comunidades quilombolas têm o reconhecimento de posse	INCRA	D11	
Revisão da lei de Regularização Fundiária	ITEAM	D11	
Regularização fundiária em unidades de conservação	SDS	D11	
Existe uma resolução sobre a exploração da biodiversidade, que precisa ser disseminada	SDS	D 12	
Criação do FOPES	SDS		D13
Pagamento de bolsas meio do programa Jovem Cientista Amazônia e o Programa de Educação Indígena	FAPEAM	D14	
Criação do Conselho Estadual de Meio Ambiente	SDS		D16
Apoio quando ao armazenamento e transporte, com necessidade de melhorias quanto a qualidade do produto	SDS	D17	
Composição de uma agenda Florestal	SEPROR	D18	
Criação de uma Agência de Floresta no futuro	SDS	D18	
Por meio de acompanhamento de assistência técnica rural	SDS, SEPROR	D19	
Implantação do programa PROFLORESTA, por meio de um cadastro e do projeto pela Agencia de Floresta e Negócios Sustentáveis – AFLORAM.	SDS		D20
Elaboração de modelo de manejo florestal comunitário, com técnicos para apoio aos produtores	SDS		D21
ZEE o realizado no sul do estado - Calha do Purús	SDS	D23	
Recursos orçamentários disponíveis, contudo somente 50% das UC possuem planos de manejo	SDS		D25

Legenda: nível 2 – implantadas; nível 1- acatadas em processo de implantação, nível 0- não implantadas.

Qualificação das deliberações: Não-implantadas (nível 0): SDS: D15, D22, D24, D27, D28. Nacional: D2, D7, D26, D29

Por meio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, foram realizadas Conferências sobre as Populações Tradicionais com resultados na criação do Fórum de Populações Tradicionais em 2010, contemplando a deliberação (D1).

A deliberação (D3), esta contemplada com o Programa Bolsa Floresta com a institucionalização por meio da Lei – 3.135/2007 de Mudanças Climáticas junto ao SEUC- Sistema Estadual de Unidades de Conservação lei 53/2007 ambas promulgadas em 5 de junho de 2007. É um programa do governo do Amazonas tem caráter compensatório para as populações tradicionais e indígenas do estado. A bolsa é repassada como um benefício aos guardiões da floresta, esse dinheiro segundo relatórios do programa de 2007, são oriundos dos juros dos recursos existentes no Fundo Estadual de Mudanças Climáticas. Segundo uma avaliação do CEPAL, essas Leis tem um caráter de inovação buscando consolidar um ambiente jurídico básico na legislação estadual para estruturar a economia dos serviços e produtos ambientais de origem florestal, obtendo resultados de justiça social com a conservação ambiental.

A deliberação (D4) é contemplada pela SDS, com a Elaboração de projeto de manejo comunitário, com apoio dos técnicos.

Para controlar o baixo índice de desmatamento no estado tem uma proposta de se elaborar um programa de carbono – neutro (Carboneutralização) que ainda passa por um processo de estudo dentro da SDS, atendendo a deliberação (D5). A mesma Instituição, tem discutido uma proposta de recuperação de floresta nativa o estado para 12 municípios no sul do estado do Amazonas, prevista para o ano de 2011, atendendo a deliberação (D6). E ainda, atendendo a deliberação (D8) criou a Policia Ambiental e o Grupo Estratégico de Combate aos Crimes Ambientais GECAM – este vinculado ao Instituto de Proteção Ambiental do Estado-IPAAM, para ações de estratégias de monitoramento e fiscalização do estado. Criado na estrutura organizacional do IPAAM em 30 de maio de 2008 através da Lei Estadual nº 3.262, o GECAM tem a finalidade de atuar nas áreas críticas do Estado mediante ações estratégicas de inteligência visando coibir as ações dos infratores ambientais com base no planejamento tático operacional.

Criação de Secretarias Municipais de Meio Ambiente por meio da SDS e sob coordenação da SEAGA, contempla a deliberação (D9).

Nas Unidades de Conservação existe um controle efetivo da área, atendendo a deliberação (D10). Segundo o gestor entrevistado do Centro Estadual de Unidades de Conservação –CEUC, com licenciamento para a extração de madeira, somente aos moradores para construção de casas e totalmente proibida para comercialização.

A questão de reforma agrária no Amazonas está sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Politica Fundiária – SPF (antiga SETHAB) e o Instituto de Terras do Amazonas –ITEAM surgiram com objetivo de formular novas propostas para a Política Agrária, observando os impactos de sustentabilidade e de desenvolvimento regional, atendendo a deliberação (D11). Atualmente, está sendo desenvolvido o modelo de reforma agrária alternativo, visando o reconhecimento dos direitos à terra dos caboclos, ribeirinhos e populações tradicionais de forma a beneficiá-los como clientes da reforma agrária. A partir de uma perspectiva democrática e social, a regularização fundiária executada na zona rural tem contribuído, mas simultaneamente ao desenvolvimento do trabalho técnico, mobilização, organização políticas das comunidades para terem acesso a créditos financeiros, escola, posto de saúde, luz, água tratada, saneamento etc. Uma forma de atendimento com escritórios locais em Presidente Figueiredo, Carauari, Juruá, e Rio Preto da Eva, com previsão para outros em Boa Vista dos Ramos, Nhamundá, Parintins, Barreirinha, Urucará e Maués.

Dados do Instituto de Terras do Estado do Amazonas - ITEAM em parceria com o INCRA, tem dados de projetos especiais de Reforma Agrária no estado em áreas de jurisdição ou tituladas pelo estado, de modo a reconhecer as famílias de agricultores rurais, extrativistas e comunitários. O governo do Amazonas criou em agosto de 2007 o FÓRUM DA TERRA, no intuito de promover um espaço democrático de participação e controle social para a construção, execução e avaliação das políticas estaduais relativas às questões fundiárias e de reforma agrária nas áreas de maior conflito pela posse de terra, ocupação irregular, grilagem e danos ao meio ambiente. Este fórum está implantado nos seguintes municípios: Anori, Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Caapiranga, Carauari, Careiro da Várzea,

Codajás, Itacoatiara, Itapiranga, Lábrea, Manacapuru, Manicoré, Maués, Nhamundá, Novo Airão, Novo Aripuanã, Parintins, Presidente Figueiredo, São Sebastião do Uatumã, Silves, Tefé, Urucará e Urucurituba. Ainda em atendimento a deliberação (D11) a SDS autoriza o reconhecimento de posse em unidades de conservação às comunidades quilombolas.

O programa Fique Legal com objetivo de estimular a legalização das atividades florestais de comunitários e pequenos empreendedores, por meio de ações integradas para aprimorar a gestão ambiental, promovendo a geração de renda. Segundo o relatório do programa até novembro de 2009, programa atendeu 49 municípios com resultados bem expressivos com a regularização de empreendimentos informais tanto de madeireiras como de indústrias moveleiras clandestinas.

Para atender a deliberação (D12), a SDS respondeu que existe uma resolução sobre a exploração da biodiversidade, porém a mesma precisa ser disseminada.

A criação do FOPES- Fórum Permanente dos Secretários Municipais de Meio Ambiente criado em 2010 com cursos de capacitação desenvolvidos pela Secretaria Adjunta de Compensações Ambientais –SEACA, atendendo a deliberação (D13).

Em atendimento a deliberação (D14), a FAPEAM desenvolve pesquisas direcionadas a populações tradicionais e comunidades indígenas, atua na valorização dos conhecimentos dos povos tradicionais, por meio de programas que abrangem a maioria dos 72 povos indígenas em todos os municípios com pagamento de bolsas de pesquisa com os programas: Programa Jovem Cientista Amazônida – JCA desde 2003 e o Programa de Educação Indígena com desdobramento: Programa Amazonas de Apoio à pesquisa em políticas públicas em Áreas estratégicas – PPOPE; Programa Integrado de pesquisa e inovação Tecnológica-PIPT- Programa de Desenvolvimento Científico Regional – DCR (FAPEAM- CNPq) e o Programa de Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em saúde (FAPEAM- CNPq)-PPSUS.

Criação do Conselho Estadual de Meio Ambiente pela SDS, atende a deliberação (D16). Esta instituição, também tem apoiado o armazenamento e transporte de produtos florestais oriundo de manejo comunitário por meio da SEAF,

com necessidade de melhorias quanto à qualidade do produto, atendendo a deliberação (D17).

A deliberação (D18), segundo a SDS será atendida por meio da criação de uma Agência de Floresta. A mesma deliberação foi respondida pela SEPROR, que está em processo de elaboração de uma agenda Florestal.

A SDS e IDAM, atendendo deliberação (D19), fazem o acompanhamento aos produtores com assistência técnica rural.

Em atendendo deliberação (D19), foi implantado do programa PROFLORESTA e o projeto pela Agencia de Floresta e Negócios Sustentáveis – AFLORAM e também foi criado um cadastro de produtores rurais.

A SDS, atendendo a deliberação (D21), disponibiliza no site da instituição modelo de manejo florestal comunitário e apoio técnico aos produtores rurais. Em atendimento a deliberação (D23), iniciou o ZEE no sul do estado - Calha do Purus. E ainda, em atendimento a deliberação (D25) a SDS tem viabilizado recursos orçamentários para as UC's realizarem seus planos de manejo, contudo somente 50% das UC já fizeram.

Conforme Witkoski e Souza (2007) a incorporação de novas técnicas por parte das populações locais, ainda que sejam de caráter ecológico, está ligada diretamente com a sua autonomia política, ou seja, depende da capacidade para absorver conhecimentos científicos e técnicas modernas. Isto revela que a implementação de políticas para o desenvolvimento sustentável não depende somente dos agentes sociais da esfera do Estado e de outros setores e segmentos que respondem pelas ações em regime de co-gestão. Depende, também, significantemente da compreensão, interesse e participação dos grupos sociais.

Ressalta-se que as deliberações (D3), (D11) e (D18) apresentam conteúdos de caráter transversal determinando que em sua avaliação tenham sido consultadas mais de uma instituição. Algumas deliberações foram consideradas como de competência do legislativo federal (D2) ou de atribuição do executivo federal (D7, D26 e D29).

Justificando a não implantação das deliberações (D22) e (D27), a SDS, por meio do CEUC, faz uma ressalva, quando a necessidade de amparo financeiro destinado a programas com base a utilização e liberação de créditos/fomento ao produtor, facilitando o resultado no aumento da produção e dinamização dos recursos na cadeia produtiva, gerando maior fluxo de capital no setor primário da economia do estado. Uma dificuldade apontada pelo gestor entrevistado é questão da formação da comunidade local e/ou produtor que passa de simples produtor para ser empreendedor, necessitando de capacitação técnica, jurídica e de formação em empreendedorismo

O Programa Zona Franca Verde- ZFV, implantado em 2003, foi concebido com a missão: promover o desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas a partir de sistemas de produção agropecuários, pesqueiros e florestais ecologicamente saudáveis amparados por políticas públicas integradas (PZFV, 2004) .A estratégia deste programa tem sido em resolver o gargalo da cadeia produtiva nas esferas da produção primaria, transporte, armazenamento, beneficiamento industrialização e comercialização dos produtos.

4.2.3. QUALIDADE AMBIENTAL E ASSENTAMENTOS HUMANOS.

Na II CEMA- 2005 a Temática Qualidade Ambiental e Assentamentos Humanos, com o quantitativo do Amazonas. Estando disponibilizadas no Quadro 8.

Quadro 8 – Deliberações da temática Qualidade Ambiental e Assentamentos Humanos

QUALIDADE AMBIENTAL E ASSENTAMENTOS HUMANOS	
CÓDIGO DA DELIBERAÇÃO	**DELIBERAÇÕES**
D1	Apoiar iniciativas de redução, reutilização e reciclagem dos resíduos sólidos
D2	Fortalecer o SISNAMA para a interação das ações relativas aos resíduos sólidos entre as três esferas de governo e representações da sociedade, para a implantação da PNRS nos Estados e Municípios.
D3	Facilitar a reciclagem e a reutilização de resíduos, assim como o desenvolvimento de mercados para materiais, resíduos e produtos recicláveis e reciclados.
D4	Apoiar as iniciativas socioeconômicas nas ações que envolvam o fluxo de resíduos sólidos, fomentando a integração dos catadores, em especial as cooperativas e associações de catadores, como forma de garantir condições dignas de trabalho.
D5	Fomentar a inovação de processos, métodos e tecnologias, como forma de estabelecer um manejo ambientalmente adequado, economicamente factível e socialmente aceitável.
D6	Fomentar a participação da sociedade no planejamento, formulação e implementação das políticas, planos e programas no campo dos resíduos sólidos, na regulação, fiscalização, avaliação e prestação de serviços por meio das instâncias de controle social.
D7	Direcionar esforços visando à aprovação no Congresso Nacional do Projeto de Lei da Política Nacional do Saneamento Básico.
D8	Exclusão dos recursos de investimentos em infraestrutura social dos compromissos de geração de superávit primário para ajuste estrutural e controle da inflação.
D9	Implementar as convenções internacionais que visam ao controle de agrotóxicos e de outras substâncias que representem risco ao meio ambiente e à saúde humana
D10	Ampliação e capacitação do corpo técnico do MMA e do IBAMA que atua no setor de agrotóxicos.
D11	Desenvolver instrumentos preventivos, como o seguro ambiental, no processo de licenciamento das atividades classificadas como potenciais geradoras de risco de contaminação dos solos e das águas subterrâneas.
D12	Fortalecer a capacidade institucional dos órgãos federais, estaduais e municipais de saúde e de meio ambiente para o tratamento efetivo da questão.
D13	Fortalecer o Programa Nacional de Emergências Ambientais com contingentes do IBAMA, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, pelas polícias Federal, Militar, Civil e Rodoviária Federal, pela Capitania dos Portos e pela Infraero, em parceria com estados e municípios.
D14	Promover o debate sobre os procedimentos de licenciamento ambiental por tipologia de atividades, em âmbito nacional, visando à harmonização dos procedimentos de licenciapmj0i0mento para fortalecer o Licenciamento Ambiental como instrumento de gestão ambiental e subsidiar os trabalhos a serem desenvolvidos no âmbito do CONAMA.
D15	Articular internacionalmente o aprofundamento dos compromissos assumidos no âmbito do Protocolo de Quioto, buscando sua consolidação e ampliação nos quantitativos de redução de emissão de gases de efeito estufa para o período pós 2012.
D16	Reiterar a necessidade de mudança do padrão de consumo dos países industrializados, ao mesmo tempo em que se incentiva essas mudanças no âmbito nacional.
D17	Fomentar a elaboração de estudos sobre a adaptação aos efeitos da mudança climática no país.
D18	Ampliar os programas, projetos e pesquisas sobre mudanças climáticas que visem à absorção de carbono, envolvendo órgãos governamentais e não-governamentais.
D19	Debater o papel das florestas nativas, do desmatamento e dos serviços ambientais no quadro das mudanças climáticas.
D20	Debater amplamente as propostas para o futuro da matriz energética brasileira, considerando os aspectos ambientais e sociais envolvidos.
D21	Priorizar os programas voltados para o fomento ao uso das fontes renováveis de energia, como a energia solar térmica, incentivando a eficiência energética e o combate ao desperdício de energia.
D22	Incentivar a geração de biodiesel a partir de oleaginosas, com envolvimento e atenção social aos pequenos agricultores.
D23	Articular a gestão da qualidade do ar nas cidades com os programas de redução de emissões de gases de efeito estufa e mudanças climáticas.
D24	Apoiar iniciativas de implantação de sistemas de transportes de massa que reduzam a circulação de veículos automotores.
D25	Criar condições para implantação do Programa de Controle e Inspeção dos Veículos, articulado entre a União e os Estados.
D26	Promover o monitoramento sistemático da qualidade do ar nos grandes centros, com especial atenção ao ozônio e outros gases resultantes de reações secundárias na atmosfera.
D27	Fomentar projetos de gerenciamento e tratamento de resíduos industriais e exigir cumprimentos das normas de tratamento e destinação final destes resíduos;
D28	Prover Estados e Municípios de apoio técnico para o tratamento de resíduos dos serviços de saúde;
D29	Criar um programa permanente de defesa civil nos Estados e Municípios;
D30	Definir divisão de competências de atividades sujeitas ao Licenciamento Ambiental, entre os órgãos competentes, no âmbito do estado e município;
D31	Promover auditorias anuais realizadas por instituições independentes, especializadas e credenciadas pelos órgãos ambientais competentes.
D32	Descentralizar a prestação de serviços dos órgãos ambientais e fundiários na esfera Federal e Estadual, criando escritórios regionais com infraestrutura adequada que possam atender as demandas locais.
D33	Prover o aumento da dotação orçamentária para intensificar o controle dos desmatamentos e das queimadas em todo território nacional com ênfase nas áreas de preservação e de risco;
D34	Criar meios que possibilite o uso de roçados para os agricultores de subsistência;
D35	Criar e implementar novas técnicas e meios que possibilite o preparo de roçados para os agricultores familiares
D36	Promover a elaboração de um Plano Regional de águas interiores, envolvendo o MMA, MD, Ministério da Integração Nacional e, para a promoção de ações de ordenamento ambiental das orlas urbanas, com a finalidade de conservação e proteção do patrimônio natural e cultural dos rios da Amazônia;

Fonte: Caderno Relatórios e Propostas da II CEMA-2005 do estado do Amazonas.

4.2.3.2. Quantificação das 36 deliberações da temática: Qualidade Ambiental e Assentamentos Humanos

Em uma primeira análise dos conteúdos das deliberações da temática em estudo, foram identificadas instituições que desenvolvem políticas públicas voltadas às demandas expressas nas deliberações da temática sendo: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR, Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas -FAPEAM, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e o Instituto de Desenvolvimento, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, ANVISA e Defesa Civil.

A Figura 22, apresenta o percentual de deliberações por níveis de classificação desta temática. As deliberações implantadas que foram classificadas como nível (2), foram: d1, d7, d18, d19, d20, d27, d29, d32, d34 e d35, totalizando 27%. No nível (1) as deliberações são: d5, d6, d11, e d22, totalizando 11%. No nível (0) as deliberações não implantadas, são: d3, d4, d12, d21, d23 d24, d25, d26, d28, d30 e 31, totalizando 31%. As deliberações d2, d8, d9, d10, d13, d14, d15, d16, d17, d33, e d36 foram indicada de responsabilidade nacional, totalizando 31%.

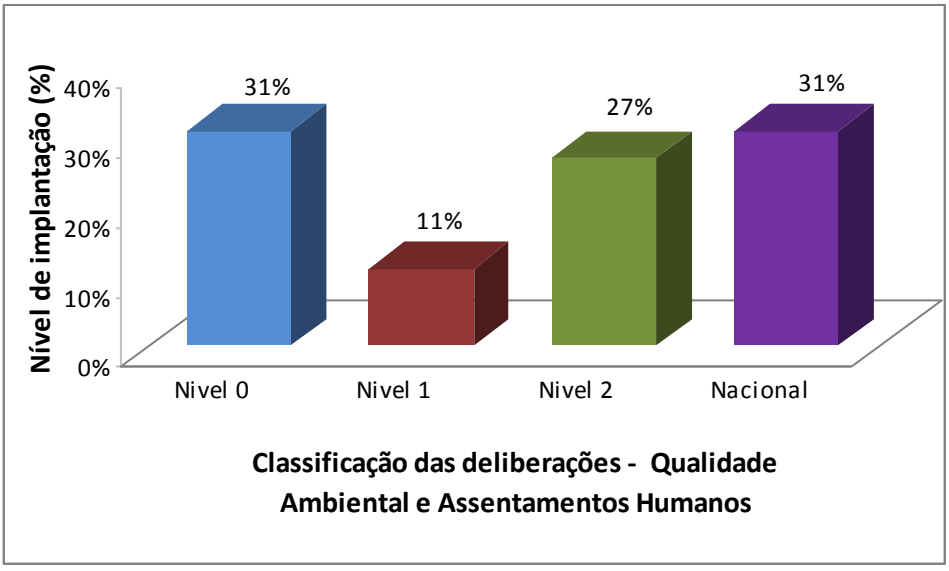

Figura 22 - Classificação das deliberações em níveis: (2) deliberações implantadas , (1) deliberações em processo de implantação; (0) não implantadas

4.2.3.1. Qualificação das 36 deliberações da temática: Qualidade Ambiental e Assentamentos Humanos

Esta temática é uma das que teve um maior quantitativo de deliberações com o total de 36 deliberações, contudo deste quantitativo apenas 26 são de responsabilidade do estado. Sendo 10 deliberações de responsabilidade nacional.

O Quadro 9, qualificação as deliberações, identificando o órgão que responde pela deliberação e a sua classificação nos níveis evolutivos de implantação sendo: nível 2- deliberação Implantada, Nível 1- deliberação acatada pelo órgão competente, mas em processo de implantação. Nível 0 - deliberação não implantada.

Quadro 9 - Qualificação das deliberações da temática Qualidade ambiental e Assentamentos Humanos.

QUALIDADE AMBIENTAL E ASSENTAMENTOS HUMANOS		NIVEIS DE IMPLANTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES	
Programas, projetos e ações	INSTITUIÇÕES	1	2
Atendida por meio da Agenda Ambiental Administrativa Publica -A3P	SDS		D1
Criação de um programa de tratamento de resíduos sólidos baseado na política dos 3R, Em parceria com a SUFRAMA e AJAIK. Plano diretor de resíduos sólidos para o PIM. E, inventario de resíduos sólidos que será submetida ao IBAMA	SDS	D5	
Contemplado pelo Plano diretor de resíduos sólidos para o estado	SDS	D6	
Contemplada com Política Nacional do Saneamento Básico	ANVISA		D7
Contemplada com Política Estadual de Resíduos sólidos	SDS	D11	
Programa de apoio à pesquisa em bicombustíveis no Amazonas	FAPEAM		D18
Contemplada no Fórum Amazonense de Mudanças climáticas	SDS		D19, D20
Proposta para comunidade isoladas, usando o dendê	SEPROR	D22	
Contempladas nas exigências do Plano de Gestão de resíduos hospitalar e hotelaria. E pelo Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS	SDS		D27
Decreto 2.116 de 05.05.1971	DEFESA CIVIL		D29
Realização de Unidades Municipais de Cadastro – UMC e o Cadastro Agrário Rural CAR	INCRA		D32
Realizada por meio de programas de assistência técnicas nos assentamentos etnias comunidade locais. Criar meios que possibilite o uso de roçados para os agricultores de subsistência;	SEPROR		D34, D35

Legenda: nível 2 – implantadas; nível 1- acatadas em processo de implantação, nível 0- não implantadas.

Qualificação das deliberações: Não-implantadas (nível 0): SDS: D3, D4, D12, D21, D23, D28, D30 D31; SEMMAS: D25, D26; DETRAN/INTRANS: D24, D25. Nacional: D2, D8, D9, D10, D13, D14, D15, D16, D17, D33 e D36.

Das deliberações desta temática temos a seguinte análise: em contemplação a (D1) a SDS criou um programa de redução, reutilização e reciclagem dos resíduos sólidos, denominado A3P – Agenda Ambiental Administrativa Pública, que segundo o IPAAM precisa expandir para as outras secretarias. Em parceria a este programa a gerência de educação ambiental do IPAAM, desenvolve oficinas itinerantes com material reciclado. Contudo, o estado reconhece a ausência de políticas públicas para os catadores de resíduos sólidos, necessitando de programas de coleta seletiva que impulsione a formação de associações e cooperativas.

Em atendimento a Deliberação (D5),O Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas- IPAAM em parceria com a Superintendência da Zona Franca de Manaus- SUFRAMA, e Agencia Japan Internation Cooperation – AJAIK, aprovou um projeto com objetivo de tratar dos resíduos sólidos industriais baseados na política dos 3R, em atendimento ao Polo Industrial de Manaus-PIM em agosto de 2010, junto ao plano diretor de resíduos sólidos para o PIM. O IPAAM realizou um inventário sobre resíduos sólidos o qual será submetido ao IBAMA, este inventário contemplará a resolução 313/02 de 29 de outubro – que dispõe sobre o armazenamento e codificação de todos os resíduos conforme o código de resíduos exigidos pelo CONAMA. Esta resolução dispõe sobre o Plano Nacional de Resíduos Sólidos Industriais. Por meio do plano diretor de resíduos sólidos desde 2008 o IPAAM, tem cobrado dos municípios o plano de gestão integrada de resíduos sólidos e que os municípios agora tem o prazo de 2 anos para elaborar.

Em atendimento ao conteúdo da deliberação (D6), a SDS está discutido o Plano Diretor de Resíduos Sólidos para o estado do Amazonas, numa intenção de mobilizar a sociedade para uma construção coletiva. A deliberação (D11) é viabilizada pela SDS, por meio da Política Estadual de Resíduos Sólidos.

O programa de apoio à pesquisa em biocombustíveis no Amazonas, tem apoiado com auxilio de bolsas e estudos, a pesquisadores interessados em desenvolver estudos científicos e voltados para o setor de biocombustíveis pela Fundação de amparo a pesquisa do Amazonas , o que contempla a D18, que remete a incentivos a pesquisa para a problemáticas mudanças climáticas.

No ano de 2010 foi criado o Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Serviços Ambientais em 2010, contemplando as deliberações (D19) e (D20).

A matriz energética do Amazonas, não tem se revestido de energia renovável, tem lançado mão das reservas da Petrobras utilizando como fonte de energia o gás natural para usos diretos, como insumo para produção de outros energéticos e como complemento. Fontes de energia renováveis somente um programa que se inicia para comunidades mais isoladas , com energia solar com financiamento do governo federal por meio do programa Luz para todos. Esta discussão é conteúdo da D21.

Como proposta de incentivo de biodiesel a partir de oleaginosas aos pequenos agricultores em comunidades isoladas no interior do estado e em atendimento a deliberação (D22), a SEPROR, viabiliza plantações de dendê em Pauini, na vila do Celdo Mapear com aproveitamento das áreas degradadas, com financiamento pelo Finep e SDS. O Incra sinalizou na entrevista que existem editais com orçamento para desenvolver produção de biodiesel com oleaginosas e não tem tido solicitação pelos agricultores.

A SDS implantou o Plano de Gestão de Resíduos Hospitalar e Hotelaria, em atendimento ao Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS, contemplado a deliberação (D27).

A Defesa Civil foi criada por meio do decreto 2.116 de 05.05.1971, para contemplar programas permanentes nas situações de risco do estado, atendendo a deliberação (D29).

As deliberações (D34) e (D35), são atendidas pela SEPROR por meio de programas de assistência técnicas nos assentamentos etnias comunidade locais. E criando meios que possibilitem o uso de roçados para os agricultores de subsistência.

As áreas prioritárias para o controle do desmatamento no Amazonas recaíram sobre os municípios com grande produção agropecuária, principalmente na região sul do estado. Sabe-se hoje que os maiores desmatamentos acumulados entre 2004 e o ano de 2008 ocorreram nos municípios: Lábrea, Apuí, Canutama, Manicoré, Boca do Acre e Novo Aripuanã. Este seis municípios respondem, atualmente, por

cerca de 75% do desmatamento no Amazonas (Coleção Educação para a Sustentabilidade. vol.2 Mudanças Climáticas, 2ª ed. 2008. p. 56).

As deliberações D2, D8, D9, D10, D13, D14, D15, D16, D17, D36, transpõem a responsabilidade do estado sendo consideradas nacionais.

As deliberações D3 e D4, os estado espera atende-las com a estruturação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos. Quanto as D23, D25, D26, serão viabilizadas por meio do Plano de Controle Da Poluição Veicular - PCPV a inspeção ambiental, existe pela SDS uma licitação para serviços de inspeção veicular ambiental, procedimento instituído em todo o país pela resolução nº 418 do CONAMA de novembro 2009, e que deve vigorar no Amazonas já em abril de 2012. O primeiro ano tem caráter educativo, não implicando em multas e nem apreensões do veículo. Contudo depois desse período a aprovação do veículo nas inspeções ambientais passa ser condição para licenciamento junto ao Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN). Após a implantação do plano a SDS estima reduzir em até 21% de emissão de CO2, com 19,03% de hidrocarbonetos não queimados.

A deliberação (D28) não foi respondida, contudo sabe-se que existe carência não área de saneamento básico e lixo hospitalar na capital, se agravando nos municípios. Espera-se que durante a elaboração do plano diretor dos municípios esta deliberação seja contemplada. Para a deliberação (D24), não existe proposta que inclua o sistema de transporte em massa.

Fortalecer a capacidade institucional dos órgãos federais, estaduais e municipais de saúde e de meio ambiente para tratar da questão foi considerada incompleta pelos entrevistados, sendo classificada como nível (0).

Promover auditorias anuais realizadas por instituições independentes, especializadas e credenciadas pelos órgãos ambientais competentes

4.2.4. FORTALECIMENTO DO SISNAMA E CONTROLE SOCIAL

Durante dez anos de implantação que corresponde o período entre 1997 a 2007, o Projeto de Gestão Ambiental Integrada - PGAI, componente do subprograma de política de recursos naturais – SPRN, no âmbito do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais - PPG-7 foi desenvolvido em nove estados da Amazônia Legal. No Amazonas, o Programa de Gestão Ambiental Integrado foi desenvolvido em 2002, pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas- IPAAM, e a partir de 2003 com a reformulação da estrutura governamental do estado, passou a ser coordenado pela SDS. O objetivo do programa foi à elaboração de Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável e Ordenamento Territorial, com ampla participação da sociedade. Segundo relatório do governo, o PGAI teve uma grande contribuição no fortalecimento dos órgãos estaduais de meio ambiente no controle ambiental do território do estado.

A II CEMA- 2005 elaborou, discutiu e aprovou para a temática Fortalecimento do SISNAMA e Controle Social, um total de 22 deliberações que estão transcritas no Quadro 10, tendo de forma resumida alguns pontos de discussão que foram objeto de investigação desta pesquisa junto aos gestores e técnicos dos órgãos que em uma análise do conteúdo das deliberações, responderam as entrevistas.

Quadro 10 – Deliberações da temática Fortalecimento do Sisnama e Controle Social

FORTALECIMENTO DO SISNAMA E CONTROLE SOCIAL	
CÓDIGO DA DELIBERAÇÃO	**DELIBERAÇÕES**
D1	Incentivar a criação de Secretarias e Conselhos Municipais de Meio Ambiente, com apoio financeiro para implementação dos projetos com recursos financeiros da União e do Estado.
D2	Fomentar a capacitação, dos servidores municipais e estaduais pertencentes às secretarias de meio ambiente, através de recursos oriundos do FNMA.
D3	Criar programa de divulgação na mídia com informações continuadas sobre os organismos ambientais como instrumentos participativos, informativos e educativos da sociedade nas deliberações do poder público que afetam o meio ambiente de todas as formas.
D4	Apoiar a aprovação do projeto de lei que destina uma porcentagem do fundo de participação dos municípios aqueles que têm uma parte de seu território em áreas protegidas
D5	Realizar a divulgação da Lei 9605/98 que dispõe sobre crimes ambientais através da distribuição de cartilhas para todos os municípios em período bianual.
D6	Apoiar o processo de estruturação dos organismos municipais de meio ambiente e dos conselhos municipais de meio ambiente, criar nos municípios onde não há conselhos, fortalecer as estruturas dos conselhos já existentes, tornando – os mais conhecidos na sociedade quanto a sua forma de atuação.
D7	Recomendar a discussão no âmbito dos Conselhos Estaduais e municipais de meio ambiente da tipificação das atividades de impacto local, garantindo o desdobramento da resolução 237 do Conama.
D8	Criar e fortalecer as esferas estaduais e municipais, por meio das comissões técnicas estaduais e dos comitês gestores locais, como instancias promotoras de articulações intergovernamentais e interinstitucionais para implementação e execução das ações planejadas.
D9	Recomendar aos municípios a regulamentação da Lei 10.165/2000, que criou a taxa de controle e fiscalização ambiental TCFA, assim como recomendar a discussão do ICMS Ecológico/Verde para reforçar a sustentação financeira dos sistemas de meio ambiente estadual e municipal.
D10	Promover a inclusão da Conferencia nacional do meio ambiente, bem como as conferencias estaduais, municipais e distritais como instrumento da política de meio ambiente, integrante de gestão compartilhada,
D11	Implementar ações estruturantes de gestão ambiental com foco na execução descentralizada e participativa.
D12	Promover iniciativas integradas de ordenamento pesqueiro, florestal, agrícola, mineral entre o poder publico e as organizações representativas desses setores.
D13	Regulamentar e ampliar os instrumentos de controle social e tomada de decisão sobre empreendimentos, poluição e saneamento ambiental, proteção de ecossistemas e da biodiversidade, carcinocultura, turismo/ecoturismo, áreas de preservação permanente APP, ocupação desordenada, portos e exploração mineral sob aguas dos igarapés dos rios.
D14	Promover novas habilidades e competência da comunidades locais e instituições fortalecendo mecanismos de capacitação, elaboração, monitoramento, avaliação e gestão de projetos demonstrativos pelas populações locais.
D15	Definir estratégia especifica de apoio a gestão ambiental e à produção sustentável em terras indígenas, assentamento de reforma agrária, de quilombolas, unidades de conservação de uso sustentável e de outras populações tradicionais, as quais devem participar do processo decisório levando em consideram os aspectos sócio culturas e ambientais.
D16	Fortalecer os conselhos ambientais e demais órgãos colegiados existentes assegurando equilíbrio e representatividade na sustentação dos diferentes segmentos da sociedade e do governo.
D17	Articular iniciativas e instituições por todos os territórios para a formulação e implementação de programas integrados e continuados de educação ambiental e formação de educadores ambientais na construção de sustentabilidade desses territórios.
D18	Implantar e implementar políticas e programas de educação ambiental respeitando as especificidades locais nas esferas estaduais e municipais, em articulação com a PNEA e o ProNEA.
D19	Orientar as ações e projetos de educação ambiental, desenvolvidos a partir de temas específicos, para a formação humana em si, para além da prescrição do ambientalmente correto e do enfrentamento pontual da situação problema, dirigindo o processo educativo a potencialização dos sujeitos e suas organizações para a gestão democrática de seus territórios da vida, na perspectiva da construção de sua sustentabilidade.
D20	Democratizar o acesso, a produção e a gestão da informação e comunicação de interesse à educação ambiental, ampliando e fomentando o uso das mídias comunitárias e a responsabilidade das mídias de larga escala com a divulgação de informações e ações educativas produzidas no âmbito dos programas de educação ambiental territorializados.
D21	Criar, implementar e divulgar programas de educação ambiental nas atividades específicas de gestão ambiental, nos termos do que propugna o artigo 6º do Decreto 4281 de 2002 que regula a lei 9795/99, que dispõe sobre a política nacional de educação ambiental.
D22	Incentivar a produção e socialização de conhecimentos sobre instrumentos e metodologias voltados para as ações de educação na gestão ambiental, disponibilizando para tanto, bolsas de pesquisas no âmbito do CNPq, CAPES e FAPEAM. Considerando cotas para profissionais dos municípios do estado do Amazonas.

Fonte: Caderno de Relatórios e Propostas da II CEMA-2005

4.2.3.2. Quantificação das deliberações da temática Fortalecimento do SISNAMA e Controle Social

Em uma primeira análise dos conteúdos das deliberações da temática em estudo, foram identificadas instituições que desenvolvem políticas públicas voltadas às demandas expressas nas deliberações da temática sendo: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR, Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM.

A Figura 23 apresenta o percentual de deliberações por níveis de classificação desta temática. As deliberações implantadas que foram classificadas como nível (2), foram: d1, d2, d3, d5, d7, d10, d11, d14, d16, d19 e d22, totalizando 50%. No nível (1) as deliberações são: d4, d6, d8, d9, d12, d13, d15, d17, d18 e d21, totalizando 45%. No nível (0) as deliberações não implantadas, são: D20, totalizando 5%.

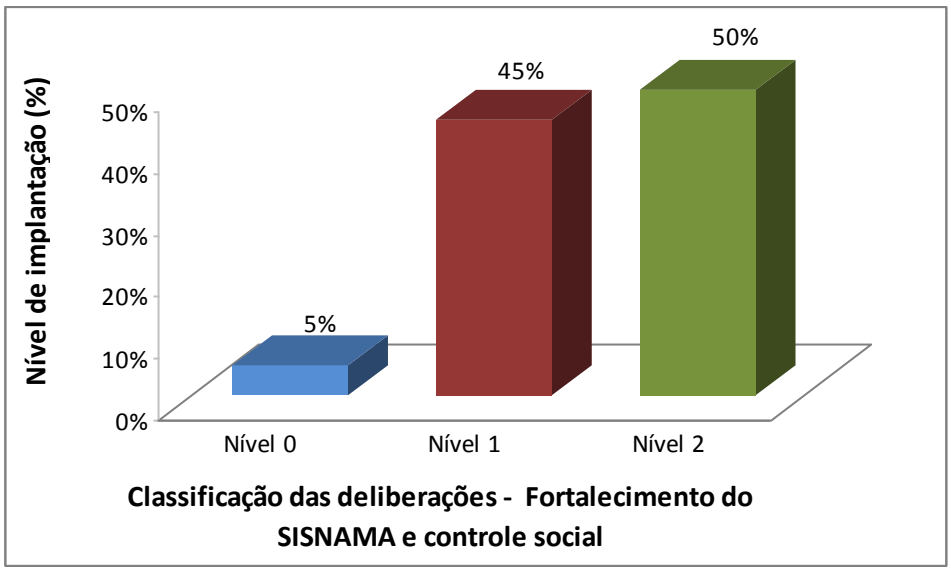

Figura 23 - Classificação das deliberações em níveis: (2) deliberações implantadas, (1) deliberações em processo de implantação; (0) não implantadas.

4.2.4.1. Qualificação das deliberações da Temática "Fortalecimento do SISNAMA Controle Social"

Esta temática é uma das que teve um maior quantitativo de deliberações acatadas e implantadas pelo estado, em um total de 22 deliberações, 21 deliberações foram classificadas em níveis (1) e (2). O Quadro 11, qualificação das

deliberações, apresenta a identificação da instituição que responde pela deliberação e a sua classificação nos níveis evolutivos de implantação sendo: nível 2- deliberação Implantada, Nível 1- deliberação acatada pelo órgão competente, mas em processo de implantação. Nível 0 - deliberação classificada como não implantada.

Quadro 11 – Qualificação das deliberações da temática: Fortalecimento do SISNAMA e Controle Social

FORTALECIMENTO DO SISNAMA E CONTROLE SOCIAL		NIVEIS DE IMPLANTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES	
Programas, projetos e ações	INSTITUIÇÕES	1	2
Criação de Secretarias e Conselhos Municipais de Meio Ambiente	SDS		D1
Realização de 18 projetos de capacitação, através de recursos oriundos do Fundo Estadual de Meio Ambiente	SDS		D2
Divulgação no site da SDS, de forma continuada	SDS		D3
Anteprojeto de lei na Assembleia Legislativa do Amazonas, ICMS- Ecológico	SDS	D4	
Publicações de series técnicas, em parceria com a VEMAQA	SDS		D5
Criação do Fórum permanente de secretários municipais – FOPES, em 2010	SDS	D6	
Realizada por meio dos Conselhos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente	SDS		D7
Realizada por meio do Conselho Estadual de meio ambiente	SDS	D8	
Aprovação da TCFA Por meio da Lei 10.165/2000; Anteprojeto de lei da Assembleia Legislativa do Amazonas, ICMS- Ecológico	SDS	D9	
Realização das três Conferencias Estaduais de Meio Ambiente	SDS		D10
Realizada por meio de conselhos gestores nas UC	SDS		D11
Atendida pelo projeto de lei, de acordo com a característica de cada município e por editais e ementas parlamentares	SEPROR	D12	
Por meio do Conselho Municipal de Meio Ambiente e elaboração do Código Ambiental, iniciados nos municípios: Maués, Parintins, Manaquiri, Itacoatiara, Manacapuru e Iranduba	SDS	D13	
Criação de programa de agricultura indígena, iniciando pela calha de rios. E contratação de técnicos agrícolas indígenas, capacitação em agroecologia e projetos para aquisição de material como barco, moto e computadores	SEPROR		D14
Programa de legalização da atividades florestais – Fique Legal, 2010	SDS/SEAFE	D15	
Implantação Conselhos Estaduais de Geodiversidade de recursos hídricos e criação de Conselhos Estaduais de Povos Tradicionais	SDS		D16
Em discussão a criação da política e do Programa de Educação Ambiental-CIEA-AM	SDS/SEDUC	D17, D18, D21	
Elaboração de material técnico pedagógico em manejo florestal e mudanças climáticas	SDS		D19
Contemplada por Programa de financiamento de bolsas de iniciação cientifica, mestrado e doutorado.	FAPEAM		D22

Legenda: nível 2 – implantadas; nível 1- acatadas em processo de implantação, nível 0- não implantadas.

Qualificação das deliberações: Não-implantadas (nível 0): SDS: D20

Das deliberações desta temática temos a seguinte análise: em contemplação a (D1) a SDS criou Secretarias e Conselhos Municipais de Meio Ambiente. Segundo dados da SDS/SEACA, (2011) 42% dos municípios possuem Secretarias municipais

especificas de meio ambiente, enquanto 40% das secretarias existentes estão na condição de mista, isto é, estão atreladas a outras secretarias, mas com ênfase a questão ambiental e 18% possuem unidades administrativas municipais. E para os conselhos, em 50% dos municípios estes são inexistente, sendo considerados em situação critica; 42% são regulares, nos quais se tem o Conselho criado, com membros nomeados, porém sem efetiva participação; os que têm efetiva participação, classificados como bom, correspondem a 12%; o restante 5% nos quais existe Conselho atuante e com visibilidade, em condição de desejável. Tornando viável o cumprimento da deliberação (D7), que recomenda a discussão no âmbito dos Conselhos Estaduais e municipais de meio ambiente da tipificação das atividades de impacto local.

A deliberação (D2) que trata da capacitação, dos servidores municipais e estaduais pertencentes às secretarias de meio ambiente, foi atendida com a realização de 18 projetos de capacitação, através de recursos oriundos do Fundo Estadual de Meio Ambiente.

Em atendimento a deliberação (D3) a SDS, divulgação no site institucional com informações continuadas sobre os organismos ambientais como instrumentos participativos, informativos e educativos da sociedade. A SDS encaminho a Assembleia Legislativa do Amazonas o anteprojeto de lei, que discute a implementação do ICMS- Ecológico, com intuito de atender os municípios que possuem áreas protegidas, atendo assim a deliberação (D4). A deliberação (D9) é atendida pelo anteprojeto supra citado e com a aprovação da TCFA Por meio da Lei 10.165/2000.

A SDS tem publicado series técnicas, em parceria com a VEMAQA, com temas: mudanças climáticas, manejo florestal. Atendendo a deliberação (D5). E em atendimento a deliberação (D6), a SDS cria o Fórum permanente de secretários municipais – FOPES, em 2010.

Quando a gestão ambiental descentralizada a SDS atendeu a deliberação (D8) por meio Conselho Estadual de meio ambiente, a deliberação (D11) foi atendida por meio de conselhos gestores nas UC, a deliberação (D13) é atendida por meio do Conselho Municipal de Meio Ambiente e da elaboração do Código Ambiental (iniciados nos municípios: Maués, Parintins, Manaquiri, Itacoatiara, Manacapuru e Iranduba) e a Implantação Conselhos Estaduais de Geodiversidade de Recursos

Hídricos e criação de Conselhos Estaduais de Povos Tradicionais atende a deliberação (D16).

O estado do Amazonas realizou as três Conferências Estaduais de Meio Ambiente em sinergia com o governo federal, em atendimento a deliberação (D10).

A Secretaria de produção rural do estado -SEPROR atendeu a deliberação (D12) por meio de projeto de lei, de acordo com a característica de cada município e por editais e ementas parlamentares. E a deliberação (D14) com a criação de programa de agricultura indígena, iniciando pela calha de rios e com a contratação de técnicos agrícolas indígenas, capacitação em agroecologia e projetos para aquisição de material como barco, moto e computadores.

Atendo a deliberação (D15) foi criado Programa de legalização das atividades florestais – Fique Legal, 2010, para estimular a legalização das atividades florestais de comunitários e pequenos empreendedores, por meio de ações integradas para aprimorar a gestão ambiental, promovendo a geração de renda. Segundo o Relatório de Conclusão do Programa referente a 2010, por meio SEAFE, 49 municípios foram contemplados ate novembro de 2009.

Em atendimento a implantação e implementação de políticas e programas de educação ambiental no estado do Amazonas solicitadas nas deliberações (D17), (D18), (D21), esta sendo elaborada a política e do Programa de Educação Ambiental por meio da CIEA-AM, presidida pela SDS/SEDUC.

A deliberação (D22) é contemplada pelo Programa Jovem Cientista, Programa integrado de Pesquisa e Iniciação Tecnológica PIPT e o Programa de Desenvolvimento Científico Regional PDCR e financiamento de bolsas de iniciação cientifica, mestrado e doutorado custeado pela FAPEAM.

Quando a deliberação (D20), sua não implantação se dá por não ter o Programa de educação ambiental do estado que normatize tal ação. Apesar de não ter sido citada pelos entrevistados, é possível considerar a existência de informação e comunicação de interesse a educação ambiental por meio de mídias comunitárias.

4.2.5. TEMÁTICA: ELEMENTOS DE UMA ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No Amazonas, o Programa de fortalecimento institucional da gestão ambiental e territorial do estado do Amazonas PGAI teve inicio de suas atividades em abril de 1997 coordenado até dezembro de 2002 pelo IPAAM, e a partir de 2003, com a reformulação da estrutura governamental do Estado, passou a ser coordenado pela SDS.

Este programa teve o objetivo de elaborar estratégias para o desenvolvimento sustentável e ordenamento territorial, com ampla participação da sociedade. Além disso, apoiou o fortalecimento do Órgão Estadual de Meio Ambiente nas ações de controle ambiental compartilhadas e integradas (fiscalização, licenciamento e monitoramento), bem como, a difusão de resultados junto à sociedade. A contribuição do PGAI para o desenvolvimento sustentável do Amazonas mostrou-se expressiva. Entre as ações destacam-se: Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE (com ênfase no ordenamento territorial), capacitação ambiental, monitoramento e controle ambiental (fiscalização e fortalecimento institucional), tendo em vista a descentralização da gestão ambiental.

Diante dos diferentes cenários socioambientais e da extensão territorial do Amazonas, o PGAI iniciou sua atuação em 28% da área total do Estado, nas porções nordeste, sudeste e extremo sul, englobando 30 municípios, sendo que a partir de 2000, concentrou a maior parte de suas atividades em uma área piloto, cujas situações ambientais e agrárias concentravam maiores tendência de agravamento.

Ao final do Programa em 2007, ficou uma avaliação positiva do fato dele não se constituir num projeto apartado das políticas públicas, mas que procurou apoiar e estruturar políticas coerentes com os desafios do desenvolvimento sustentável. Mesmo com estes programas pensados para o estado, surge em 2005 por meio da CEMA, algumas deliberações com conteúdos voltados para a temática Elementos de uma estratégia nacional para o desenvolvimento sustentável, exigindo necessariamente um posicionamento da política ambiental do estado. Estas inquietações da sociedade são apresentadas no Quando 12.

Quadro 12 - Deliberações da Temática : Elementos de uma Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável.

ELEMENTOS DE UMA ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.	
CÓDIGO DA DELIBERAÇÃO	**DELIBERAÇÕES**
D1	Apoiar legislação que altera e amplia as políticas oficiais de credito com objetivo de criar estímulos específicos ao setor produtivo que garantam a conservação aos bens e serviços ambientais
D2	Incentivar e divulgar em campanhas municipal, estadual e nacional o consumo dos alimentos orgânicos e suas implicações ambientais e na qualidade de vida da população.
D3	Divulgar as propostas que compõem a agenda 21 e o protocolo de Kyoto em todas as bibliotecas e escolas publicas e comunitárias e definir instrumentos para implementação, monitoramento e avaliação permanente da agenda 21 Brasileira.
D4	Fortalecer a parceria governo-sociedade-setor produtivo na construção do desenvolvimento local sustentável através das ações da agenda 21, construindo um novo modelo de gestão participativa que integre as dimensões ambiental, social ,econômica e cultural.
D5	Definir uma estratégia de implementação do PAS, baseada em metodologias participantes de construção de planos de desenvolvimento territorial sustentáveis em sub-regiões especificas, considerando a diversidade social, ecológica, cultural e ambiental da região.
D6	Garantir a internalização das diretrizes do PAS com as políticas setoriais dos governos federais, estaduais e municipais.
D7	Fortalecer os instrumentos de avaliação estratégicas de grandes obras de infraestrutura, de modo a garantir a sua integração em planos de desenvolvimento territorial sustentável.
D8	Fortalecer a integração entre o ZEE e processos participativos de planejamento territorial para o desenvolvimento sustentável.
D9	Finalizar a elaboração do plano BR 163 sustentável e intensificar a implementação das ações planejadas
D10	Fortalecer econômica e socialmente as organizações das comunidades tradicionais e ONG's proporcionando a essas comunidades o acesso á informação e a produção de informações, incluindo a implementação de pontos de telefone e de acesso a internet e de rádios e outros, apoio técnico – institucional e insumos básicos para viabilizar a produção, o beneficiamento e a comercialização de seus produtos, com baixo impacto ambiental.
D11	Inserir os instrumentos do ZEE na tomada de decisão dos agentes públicos e privados, tais como agências reguladoras, agências de fomento e investimento, órgãos de controle e fiscalização.
D12	Efetuar o enquadramento dos corpos d'água em classes, visando à padronização, em conformidade com a legislação em vigor, a fim de assegurar os procedimentos dos órgãos competentes e proteção dos mananciais, recuperação dos igarapés e bacias hidrográficas, baseado em estudos técnicos locais.
D13	Tornar obrigatório, com estabelecimento de prazo, a instalação de sistemas de tratamento de esgoto (saneamento básico), para toda a área urbana, ficando sob responsabilidade municipal a conexão de toda rede de esgoto a uma estação de tratamento central em locais específicos na cidade e sob responsabilidades privada para os casos de hotéis, escola privadas e condomínio em geral, nos moldes da lei.
D14	Deve-se estruturar e fortalecer os órgãos municipais com recursos previstos no orçamento para realização das atividades de fiscalização, monitoramento e licenciamento dos empreendimentos usuários dos recursos hídricos.
D15	Estabelecer parcerias com centros de pesquisa e laboratórios que sejam devidamente credenciados com divulgações à população para analise de efluentes líquidos.
D16	Apoiar a aprovação do projeto de lei que destina uma porcentagem do Fundo de Participação dos Municípios àqueles que têm uma parte do seu território em áreas protegidas.
D17	Garantir a aprovação e o financiamento, além da efetivação do Programa Amazônia, que amplia as experiências do Programa Piloto para as Florestas Tropicais Brasileiras (PPG-7).
D18	Sensibilizar e conscientizar a sociedade através de processos educativos e adotar programas de conservação de energia e de recursos naturais, visando o uso racional dos mesmos.
D19	Elaborar, implementar, monitorar e avaliar os Planos de Manejo nas Unidades de Conservação federais e estaduais e municipais com especial ênfase para as pesquisas de seus potenciais.
D20	Construir, equipar e garantir o funcionamento dos postos de fiscalização em pontos estratégicos nas áreas protegidas.
D21	Priorizar ações de revitalização de micro e pequenas bacias hidrográficas
D22	Apoiar a implantação de gestão territorial e ambiental local, criando as condições para a descentralização da gestão e fortalecimento do SISNAMA, conforme a lei orgânica do município ,o plano diretor e o estatuto de cidade.

Fonte: Caderno de Relatórios e Propostas da II CEMA-2005

4.2.5.1. Quantificação das deliberações da Temática Elementos de uma estratégia para o desenvolvimento sustentável

Num total de 22 deliberações a pesquisa obteve os resultados nos seguintes níveis de classificação: nível 2 com um total de 23 % deliberações, nível (1) com 36%, nível (0) com 23%, esta temática acomodou também um total de 18% de deliberações sob responsabilidade nacional (Figura 24). Apresentou o maior quantitativo de deliberações não implantadas em comparação com as outras temáticas, indicando assim a necessidade do Estado, na reestruturação de construção de instrumentos de avaliação estratégias no desenvolvimento territorial, investir em postos estratégicos de fiscalização, apoiar os municípios em planos de gestão ambiental local, concluir o Zoneamento Econômico Ecológico em escalas com menor detalhamento e investir na área de Saneamento Básico.

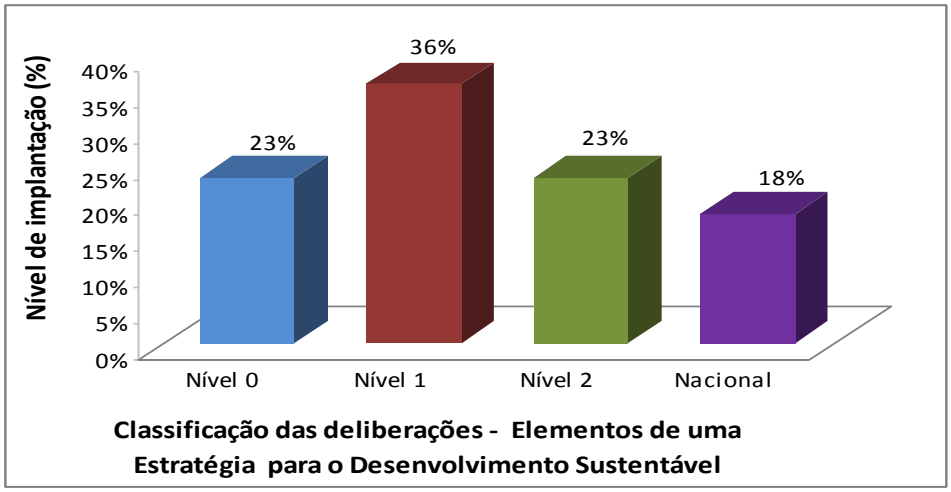

Figura 24 - Classificação das deliberações em níveis: (2) deliberações implantadas, (1) deliberações em processo de implantação; (0) não implantadas

4.2.5.2. Qualificação das deliberações da temática : Elementos de uma Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável

Esta temática tem um total de 22 deliberações com 13 de responsabilidade do estado. O Quadro 13 qualifica as deliberações, identificando a instituição que responde pela deliberação e a sua classificação nos níveis evolutivos de implantação sendo: nível 2- deliberação Implantada, Nível 1- deliberação acatada pelo órgão competente, mas em processo de implantação. Nível 0 - deliberação não implantada.

Quadro 13 - Qualificação da temática: Elementos de uma estratégia para o desenvolvimento sustentável

Elementos de uma Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável		NIVEIS DE IMPLANTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES	
Programas, projetos e ações	INSTITUIÇÕES	1	2
Produtos orgânicos para merenda escolar com compra direta do produtor	SDS, SEDUC e SEPROR	D2	
Implantação da agenda 21 nas escolas	SEDUC		D3
Ações desenvolvidas pelo CECLIMA, com produção de material na área educativa sobre floresta e o Programa Fique Legal	SDS		D4
Fortalecimento da metodologia na Comissão Municipal de Zoneamento e integração com as prefeituras	SDS	D8	
Por meio do Projeto Gasoduto Coari-Manaus, com instalação de cabo de fibra ótica nas comunidades com o favorecimento ao uso de internet. Agentes voluntários ambientais dentro das UC's sem poder de polícia. E o projeto Profloram em 12 municípios	SDS		D10
O ZZE esta acontecendo somente na cala do Rio Purus	SDS	D11	
Acordo de Cooperação técnica com o INPA, desde 2006	SDS		D15
Anteprojeto de lei da Assembleia Legislativa do Amazonas, ICMS-Ecológico	SDS	D16	
Elaboração de material didático sobre eficiência energética desenvolvido com professores da rede publica, compondo no volume 2 capitulo 6; e outros sobre alternativas e propostas de combate as mudanças climáticas	SDS		D18
Implementação do plano de manejo em 50% das UC's	SDS	D19	
Disponibilidade de recursos por meio da Petrobras para implantar postos de fiscalização nas UC's	SDS	D20	
Bacia do Tarumã-Açu, por meio do Comitê de Bacia, criado por meio de decreto 29.244 de 2009	SDS	D21	
Viabilizado com discussões sobre a elaboração do plano diretor	SDS	D22	

Legenda: nível 2 – implantadas; nível 1- acatadas em processo de implantação, nível 0- não implantadas.

Qualificação das deliberações: Não-implantadas (nível 0): SEPROR : D1; SDS: D7, D12, D14; PROSAMIM: D13. Nacional D5, D6, D9 e D17.

Das deliberações desta temática temos a seguinte análise: para contemplar a deliberação (D2) a SDS (por meio da ADS), SEDUC e SEPROR, formam parceria pra produção, transporte e escoamento de Produtos orgânicos e regionais para o consumo na merenda escolar com compra direta do produtor. Contudo, campanhas de incentivos de alimentos orgânicos necessitam de maior divulgação, não sendo mencionado durante as entrevista.

A Secretaria Estadual de Educação e Qualidade do Ensino – SEDUC, apresentou um programa que subsidia a implantação de agenda 21 nas escolas, com objetivo de orientar as ações desenvolvidas dentro de um modelo transversal, tendo como complementação desta ação os COM-VIDA que garante a criação das comunidades para a qualidade de vida, em atendimento a deliberação (D3).

A deliberação (D4), foi contemplada com ações desenvolvidas pelo CECLIMA, com produção de material na área educativa sobre floresta e o Programa Fique Legal. A SDS também atende a deliberação (D8), com o fortalecimento da metodologia na Comissão Municipal de Zoneamento e integração com as prefeituras.

O atendimento a deliberação (D10), ocorre por meio do Projeto Gasoduto Coari-Manaus, com instalação de cabo de fibra ótica nas comunidades com o favorecimento ao uso de internet. Dos agentes voluntários ambientais dentro das UC sem poder de polícia. E segundo o gestor da SEAGA, o PROFLORAM tem desenvolvido ações em 12 municípios.

Quando a deliberação (D11), o ZZE esta acontecendo somente na calha do Rio Purus, no sul do estado onde a situação do avanço de desmatamento elevado.

As parcerias para monitoramento dos efluentes líquidos estão acontecendo por meio de um acordo técnico firmado com os laboratórios do INPA, desde 2006, atendendo a deliberação (D15).

Com a elaboração de material didático sobre eficiência energética desenvolvido com professores da rede publica, compondo no volume 2 capitulo 6; e outros sobre alternativas e propostas de combate as mudanças climáticas, foi atendida a deliberação (D18), pela SDS/CECLIMA.

A deliberação (D19), está sendo atendida com a implementação do plano de manejo em 50% das UC, por meio da SDS/CEUC. Em resposta a deliberação (D20), a SDS respondeu na entrevista que existem recursos para implantação de postos de fiscalização nas UC, com recursos disponibilizados pela Petrobras. Contudo existem dificuldades em manter equipes permanentes nos postos.

A deliberação (D21), que solicita a revitalização de micro e pequenas bacias hidrográficas é atendida pela criação da Bacia do Tarumã - Açu e do Comitê de Bacia, criado por meio de decreto 29.244 de 2009. Porém, a funcionalidade deste comitê não vem atendendo as expectativas da sociedade. A deliberação (D22) está sendo discutida por meio do FOPES e está sendo viabilizada através da elaboração do plano diretor de todos os municípios amazonenses, para atender o dispositivo da lei federal, na construção doa aterros controlados.

As deliberações D5, D6, D9 e D17 transpõem a responsabilidade do estado sendo consideradas nacionais. Quanto às deliberações que ainda não foram implantadas, registrou-se que as deliberações D1 e D7 não foram mencionadas durante as entrevistas; em resposta sobre a D12, a SDS/SEGRH menciona a necessidade de estudo e pesquisa para efetivas o enquadramento dos corpos d'água do estado do Amazonas. A deliberação D13, não foi considerada implantada, pois, a temática saneamento básico para as áreas urbanas não tem apresentado uma política de tratamento de esgoto; D14, seria uma deliberação a ser respondida pelos municípios e a SDS responde que estes órgão municipais tem dificuldade de manter o funcionamento de suas estruturas por existir recursos limitados.

A SDS encaminhou a Assembleia Legislativa do Amazonas o anteprojeto de lei, que discute a implementação do ICMS- Ecológico, com intuito de atender os municípios que possuem áreas protegidas, atendo assim a deliberação (D16). O ICMS- Ecológico não é utilizado pelo Amazonas, porém concede sua isenção para algumas atividades associadas às cadeias produtivas. Podendo ser utilizado para incentivar a criação de áreas de conservação municipal de uso sustentável ou para ressarcir as comunidades afetadas pela criação estadual de áreas de proteção ambiental.

4.2.6. TEMATICA: SECA-2005

Os ciclos das águas - enchente e vazantes - têm uma dimensão fundamental no universo simbólico das populações amazônicas. A forma de lidar com os ecossistemas está expressa nos artefatos deixados nas suas manifestações culturais, nos conhecimentos e na forma de se relacionar com a biodiversidade. Os rios serviram, também, de estradas e de caminhos para a ocupação dos territórios e de novas formas de irradiação de modos de vida; por eles chegam as novas relações sociais e de novas sociabilidades na região como observa Scherer e Santana (2009, p. 220).

O estudo publicado pela “Science”, a partir de modelos construídos através de observações por satélites, compara as duas mais recente secas, em 2005 e 2010. A primeira, por sua amplitude, ficou conhecida como a “seca do século” na Amazônia. Porém, a segunda maior seca, ocorrida somente cinco anos mais tarde, teve maiores proporções, causando secas das calhas dos rios deixando comunidades inteiras no total isolamento. O contraste entre a seca e a cheia pode ser visualizado na Figura 25.

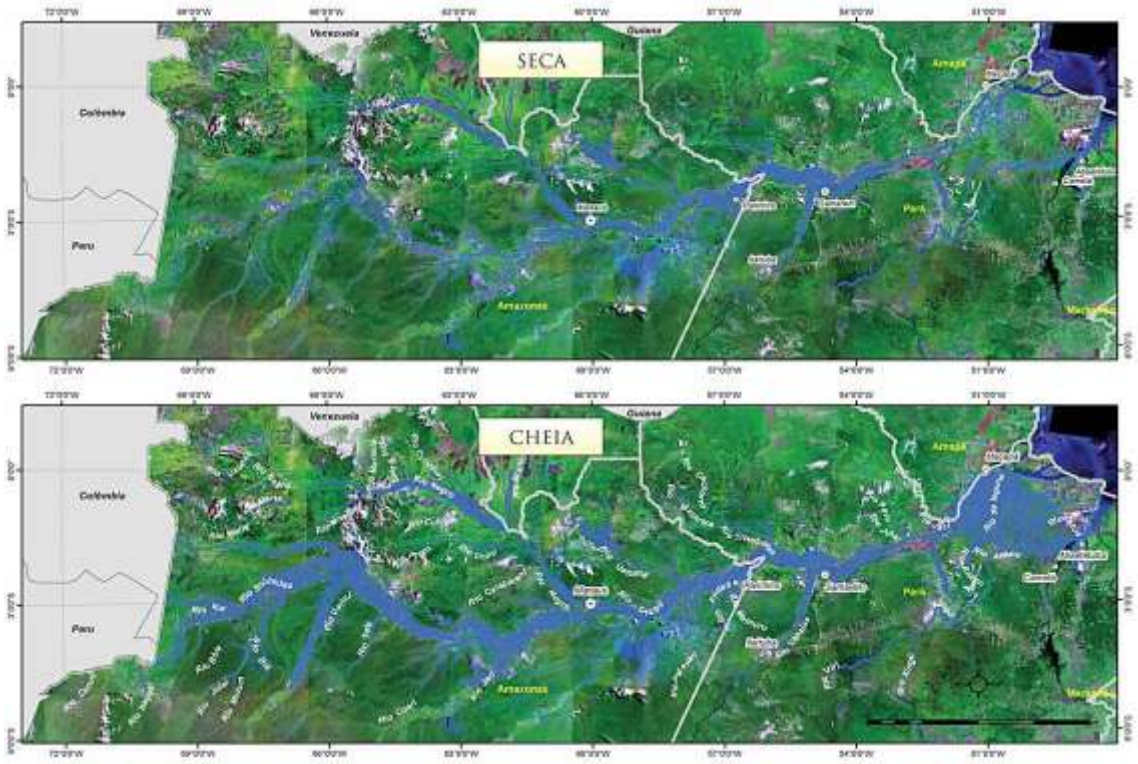

Figura 25 – Representação da seca /2005 e da cheia/2009 na Amazônia.

Esses estudos apontam que a seca de 2005 afetou 1,9 milhão de quilômetros quadrados; a de 2010, 3 milhões de quilômetros quadrados. Os cálculos do déficit hídrico – que favorece ou causa a mortalidade das árvores - resultam nesse prognósticos de agravamento do fenômeno. Em 2005, 37% da superfície total observada da Amazônia (5,3 milhões de quilômetros quadrados) sofreu com a falta de chuvas; em 2010, foram 57%%. Em 2010, o Amazonas, rio mais volumoso do mundo, atingiu seu nível mais baixo desde 1963.

A lista de deliberações de responsabilidade do Estado para implantação em forma de Programas, Projetos e Ações de governo, estão apresentadas no Quadro 14, com conteúdos voltados para a criação do fórum de mudanças climáticas, criação em todos os municípios de secretarias de meio ambiente, terminais industriais de beneficiamento do pescado principalmente para os municípios com este potencial, financiamento e incentivos a pesquisa cientifica para estudo sobre os impactos negativos causados as áreas de florestas, implantar escritórios de cooperação técnica entre IBAMA, Policia Ambiental Estadual e o instituto de proteção ambiental do Amazonas, esta ação é desenvolvida pelo Grupo de Estratégia de Combate a Crimes Ambientais – GECAM, criado por meio da Lei 3.262/ 2008.

Quadro 14 – Deliberações da Temática Seca 2005

SECA 2005	
CÓDIGO DA DELIBERAÇÃO	**DELIBERAÇÕES**
D1	Criar o Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas, permanente, com a participação dos setores Governamental, Econômico, Social e Comunidade Cientifica;
D2	Criar órgão (estrutura de governo) para monitorar as mudanças e projeções climáticas propondo medidas preventivas;
D3	Incentivar a criação de Secretarias e Conselhos Municipais de Meio Ambiente (com apoio financeiro para implementação dos projetos das mesmas, com recursos da União e do Estado);
D4	Verificar a possibilidade de projetos de repovoamento de peixes nas cabeceiras dos rios e lagos afetados;
D5	Ampliar o período e o auxílio do defeso para as áreas afetadas (Considerando a grande seca de 2005);
D6	Considerar as áreas afetadas pelas secas (vazantes e cheias) sazonais como áreas prioritárias que demandam equacionamentos de soluções do Governo Federal e Estadual.
D7	Estudos para a viabilidade de perfurações de poços artesianos com instalação de filtros nas residências.
D8	Implantar Sistemas de Tratamento de água, financiados pelos governos Federal e Estadual;
D9	Incentivar a implantação de Industriais de beneficiamento do pescado;
D10	Construção de terminais pesqueiros nos municípios afetados e operacionalização dos já existentes (para fins de armazenamento do pescado para uso da população);
D11	Financiar e incentivar a pesquisa cientifica para identificação dos impactos florestais e fluviais, mediante instituições credenciadas pelos Governos Federal e Estadual;
D12	Criar um fundo proveniente do pagamento dos serviços ambientais para financiamento de projetos sociais e econômicos unicamente no interior do Estado
D13	Cobrar royalty, pelos serviços ambientais prestados do Governo Federal, Nações e Organizações internacionais.
D14	Ativar e efetuar o policiamento ambiental estadual.
D15	Celebrar acordo de cooperação técnica para a implantação de escritórios conjuntos da Policia Federal (Ibama, policia ambiental estadual e IPAAM).

Fonte: Relatório e Propostas da II CEMA-2005

4.2.6.1. Quantificação da Temática SECA - 2005

Analisando o processo de implantação das 15 deliberações da temática SECA - 2005 a pesquisa conclui que: nove deliberações foram implantadas (d1,d2, d3, d7, d8, d11, d12, d14 e d15), totalizando 60% das deliberações, duas deliberações foram acatadas e mas estão em processo de implantação (d9,d10), totalizando 13% das deliberações , três não foram implantadas (d4, d5 e d6), totalizando 20% das deliberações e uma foi consideradas inconstitucional (d13) o que representa 7% das deliberações (Figura 26)

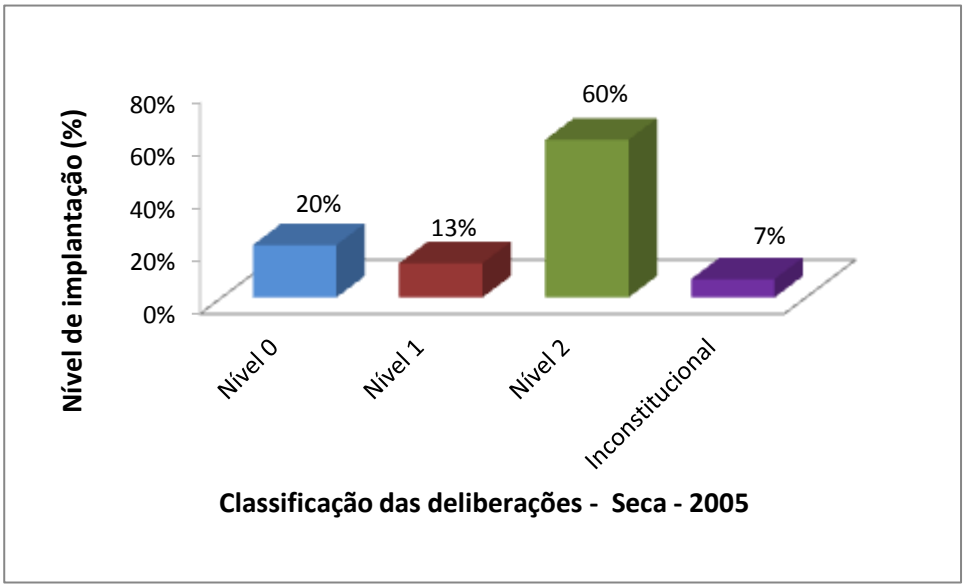

Figura 26 - Classificação das deliberações em níveis: (2) deliberações implantadas, (1) deliberações em processo de implantação; (0) não implantadas

Num total de 156 deliberações pesquisadas de responsabilidades do estado do Amazonas, distribuídas em seis temáticas que foram objetos da pesquisa no sentido de quantificar e qualificar essas deliberações e seu desdobramento em políticas públicas. A classificação em níveis de implantação utilizada pela pesquisa considerou três níveis sendo: o nível (2) para deliberações implantadas pelo estado, nível (1) deliberações acatadas pelo estado, mas em processo de implantação, nível (0) para as deliberações que não foram implantadas pelo estado. Esta classificação teve como base inicial as respostas concedidas pelos gestores e técnicos nas entrevistas. Para uma validação mais substanciada do conteúdo das entrevistas com os gestores, foi realizado um levantamento sobre os programas, projetos e ações de governo mencionados nas entrevistas, por meio de uma pesquisa documental, alguns disponibilizados pelos próprios entrevistados, o que contribuiu muito, para uma melhor análise, esses documentos que foram disponibilizados foram: portarias, decretos, programas, projetos , leis governamentais e outros que efetivaram as políticas voltadas para os conteúdos das deliberações.

Durante as entrevistas foram identificadas pelos entrevistados 6 instituições no Amazonas que desenvolvem políticas voltadas para as demandas das deliberações, da SECA -2005 na Figura 25, das 15 deliberações aprovadas 53% possuem demandas para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Desenvolvimento - SDS, 27% para a Secretaria de Estado de Produção Rural- SEPROR, 7% para a Fundação Amazonas Sustentável - FAS, 7% para a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas- FAPEAM, 7% Batalhão Ambiental do Amazonas - BAAM e 7% para Concessionária Águas do Amazonas.

Em atendimento aos conteúdos das deliberações, podemos citar a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS (SEAGA, SEACA, SEAGRH, IPAAM, CEUC, CECLIMA) Secretaria de Produção Rural - SEPROR, DEFESA CIVIL, Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM, Batalhão Ambiental do Amazonas- BAAM e Fundação Amazonas Sustentável – FAS.

4.2.6.1. Qualificação da Temática SECA- 2005

Analisando o processo de implantação das 15 deliberações da temática SECA-2005 a pesquisa conclui que: nove deliberações foram implantadas (d1, d2, d3, d7, d8, d11, d12, d14 e d15), duas deliberações foram acatadas e outras mais estão em processo de implantação (d9,d10) ,três não foram implantadas(d4,d5 e d6) , uma foi consideradas inconstitucional (d13). O quadro 15 apresenta a qualificação das 15 deliberações, classificadas conforme a conclusão da pesquisa.

Quadro 15 - Qualificação das 15 deliberações da temática: SECA-2005

SECA - 2005		NIVEIS DE IMPLANTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES	
Programas, projetos e ações	INSTITUIÇÕES	1	2
Criação do Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas biodiversidade e serviços ambientais	SDS		D1
Centro Estadual de Mudanças Climáticas – CECLIMA	SDS		D2
Criação de Secretarias e Conselhos Municipais de Meio Ambiente nos municípios	SDS		D3
Perfuração de poços tubulares para as comunidades não atendidas pela rede de distribuição	AGUAS DO AMAZONAS		D7
Implantação do PROCHUVA I nas UC's	SDS		D8
Implantação de Unidades de Área manejada nas reservas sustentável de Mamirauá e Maraã	SEPROR	D9	
Expansão das agroindústrias entre postos de salga de pescado do município de Fonte Boa aprovado e o apoio a piscicultura com estruturação de entreposto de beneficiamento de pescado no município de Itacoatiara em fase de licitação	SEPROR	D10	
Financiamento de bolsas de iniciação cientifica, mestrado e doutorado	FAPEAM		D11
Implementação do Programa Bolsa Floresta	FAS		D12
Batalhão Ambiental em funcionamento	SDS E Batalhão Ambiental		D14
Efetivação do GECAM	SDS		D15

Legenda: nível 2 – implantadas; nível 1- acatadas em processo de implantação, nível 0- não implantadas.

Qualificação das deliberações: Não-implantadas (nível 0):SDS: D5; SEPROR: D4, D5; Defesa civil: D6. Inconstitucional: D13

Das deliberações desta temática temos a seguinte análise: a SDS para contemplar a deliberação (D1) criou o Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas biodiversidade e serviços ambientais – FAMC em 2010. O Centro Estadual de Mudanças Climáticas – CECLIMA – lei 3.135 de junho de 2007, atende a deliberação (D2). A deliberação (D3) foi atendida com a criação de secretarias municipais de meio ambiente e de conselhos municipais de meio ambiente nos municípios Amazonenses.

A deliberação (D7) foi atendida pela concessionária Águas do Amazonas com a perfuração de poços tubulares para as comunidades não atendidas pela rede de distribuição. A deliberação (D8) foi contemplada com a implantação do Pro-chuva I 30/09/2009 e Pro-chuva II 31/12/2010, nas UC's, numa pareceria entre a SDS (SEACA) e a FUNASA

A SEPROR implantou unidades de Área manejada nas reservas sustentável de Mamirauá e Maraã, atendendo a deliberação (D9). E para contempla a deliberação (D10), foram expandidas agroindústrias de entre postos de salga de pescado do município de Fonte Boa aprovado em 2007 em execução, assim como

apoio a piscicultura com estruturação de entreposto de beneficiamento de pescado no município de Itacoatiara em fase de licitação.

A FAPEAM contempla a deliberação (D11), com o financiamento de bolsas de iniciação cientifica, mestrado e doutorado.

A Fundação Amazonas Sustentável contempla a deliberação (D12), com a implementação do Programa Bolsa Floresta em 2007. Tem a proposta de desenvolver políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável voltados para os moradores das Unidades de Conservação, com dados de que em 2008 tinha um quantitativo de 971 famílias no programa e em 2010 com 7.225 famílias.

O funcionamento do Batalhão Ambiental deve-se a uma parceria da SDS e do Batalhão Ambiental, que contempla a deliberação (D14).

Viabilização de um acordo de cooperação técnica entre IBAMA, Polícia Ambiental Estadual e IPAAM, foi criado Grupo Estratégico de Combate aos Crimes Ambientais – GECAM, contempla a deliberação (D15).

Para a efetivação das deliberações D4, D5 e D6, se faz necessário um estudo científico da situação de ampliação do período de defeso, sobre repovoamento de peixes nas cabeceiras e de programas prioritários para áreas afetadas pela seca.

4.3. Análise quantitativa dos encaminhamentos das deliberações da II CEMA – 2005, por instituição

A Tabela 8 apresenta as instituições responsáveis pelo conteúdo das 156 deliberações, ressalta-se que algumas deliberações apresentam conteúdos de caráter transversal determinando que em sua avaliação tenham sido consultadas mais de uma instituição. Como a tabela 8, mostra o envolvimento por instituição com as deliberações pesquisadas a somatória passa a ser de 165 deliberações.

Analisando os resultados desta pesquisa e comparando entre as 16 instituições que atendem os conteúdos das deliberações, foi registrado que 10 instituições responsabilizaram-se por apenas uma deliberação cada, o qual corresponde a 62,5% do total de 16 instituições. Tais dados podem ser entendidos como resultados de informações indiretas, oriundo das entrevistas com instituições-

chave e de pesquisa documental, assim como podem ser reflexo da especificidade institucional e da abrangência de políticas de instituições, como a SDS.

Respondendo por um quantitativo de 2 e 3 deliberações, estão três instituições (19%), dentre as quais podemos citar FAPEAM, fato relevante visto que no universo de 156 deliberações pesquisadas, apenas 3 (correspondente a 1,8%) deliberações trazem conteúdo da necessidade de fomentos para a pesquisa. Diante do quadro de necessidade da formação do capital intelectual com interesse em estudar a Amazônia , as deliberações ainda trazem conteúdos de caráter imediatista, necessitando elevar essa inquietação da sociedade em uma projeção de mais incentivos a pesquisa. A região Norte ainda apresenta um quadro de pesquisadores bem inferior a outras regiões do país. O INCRA se limitou a responder apenas pelas temáticas Biodiversidade e Floresta (sobre a regularização fundiária com urgência no estado do Amazonas) e Assentamentos humanos (realização de Unidades Municipais de Cadastro – UMC e o Cadastro Agrário Rural CAR), totalizando duas (1,2%) das 156 deliberações.

A SEDUC respondeu por seis deliberações distribuídas em três temáticas, tendo uma análise pela pesquisa, como sendo uma instituição que responde pelas ações estabelecidas no universo curricular e que tem se limitado a atender as demandas dos programas federais. A SEPROR se fez presente em 12 deliberações em todas as seis temáticas. Isso demonstra que a instituição tem adotado uma proposta de gestão Inter setorial.

Tabela 8 - Análise do acatamento das 156 deliberações da pesquisa, com visibilidade dos seus conteúdos e a politica pública desenvolvida por instituição.

Temática	Água e Recursos Hídricos		Biodiversidade e Floresta		Assentamentos humanos		Fortalecimento do SISNAMA e CS		Estratégia para o DS		Seca -2005		Deliberações acatadas por instituições.
INSTITUIÇÕES	Deliberações	(%)	Deliberações	(%)	Deliberações	(%)	Deliberações	(%)	Deliberações	(%)	Deliberações	(%)	**Total**
SDS	16	50	18	62.1	7	19.4	17	77	13	59.1	6	40	77
SEPROR	3	9.3	1	3.45	3	8.33	2	9	1	4.55	2	13.3	12
SEDUC	1	3.1	-	-	-	-	3	13.6	2	9.09	-	-	6
FAPEAM	-	-	1	3.45	1	2.8	1	4.55	-	-	-	-	3
AGUAS DO AMAZONAS	1	3.1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	6.67	2
INCRA	-	-	1	3.45	1	2.8	-	-	-	-	-	-	2
ANVISA					1	2.8							1
Batalhão Ambiental	-		-	-	-	-	-	-	-		1	6.67	1
CIGAS	1	3.1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
CPRM	1	3.1	-	-	-	-	-	-	-	-	-		1
DEFESA CIVIL	-		-	-	1	2.8	-	-	-	-	-	-	1
FAZ	-	-			-	-	-	-	-	-	1	6.67	1
IDAM	-	-	1	3.45	-	-	-	-	-	-			1
ITEAM	-	-	1	3.45			-	-	-	-	-	-	1
SEINF	1	3.1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
SEMMAS	1	3.1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Não implantada	7	21.9	5	17.2	11	30.6	1	4.55	6	27.3	3	20	33
Nacional	-	-	4	13.8	11	30.6	-	-	4	18.2	-	-	19
Inconstitucional											1	6.67	1
TOTAL	32	100	32	110	36	100	24	109	26	118	15	100	165

A SDS tem sob sua responsabilidade 77 (49,4%) do total de 156 deliberações. Tais dados podem ser compreendidos quando observando o sistema da SDS, percebe-se a abrangência de suas políticas por ter uma incorporação das secretarias executiva de Recursos Hídricos, Gestão Ambiental, Florestas e extrativismo, Compensações e Serviços ambientais e dois Centros Estatuais sendo: (1) CECLIMA e (2) CEUC. Nesta estrutura estão vinculados o IPAAM, a ADS e o CIGAS.

4.4. Análise das seis temáticas da II CEMA-2005, por níveis de implantação, aponta as de responsabilidade federal e as que se constituem inconstitucional.

A análise dos níveis de implantação das deliberações apontou como temáticas que mais tiveram desdobramento em políticas por meio de programas (Figura 27), projetos e ações do governo a temática “Água e Recursos Hídricos”, com 53% o que justifica este avanço em termos de política com a implantação do conselho estadual de geodiversidade e recursos hídricos, criação do comitê de bacia do Tarumã – Açu, cursos de capacitação para os técnicos na área de recursos hídricos, construção do banco de dados sobre águas subterrâneas do estado em parceria entre o IPAAM e CPRM.

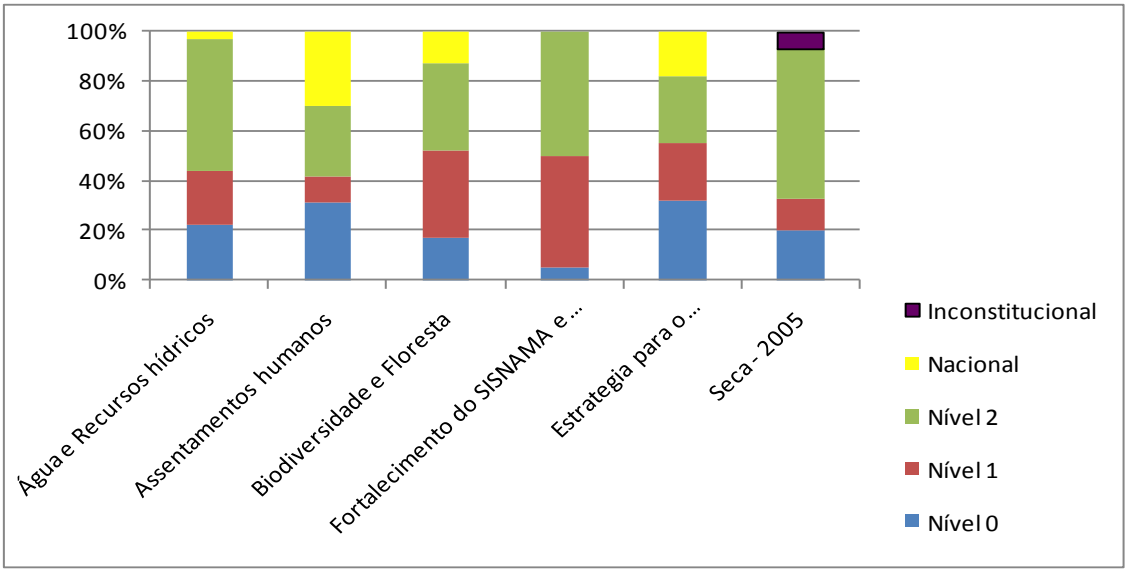

Figura 27 – Classificação dos Níveis : Implantadas (2), acatadas, em processo de implantação (1), não implantadas (0) , deliberações de responsabilidade nacional e inconstitucional

Fonte: Entrevista com os gestores/técnico das instituições envolvidas na Pesquisa.

Na área da educação ambiental, nas escolas públicas esta temática é desenvolvida de forma transversal. O mapeamento hídrico está sendo inserido no Zoneamento Econômico Ecológico iniciado no sul do estado, ampliação de adutoras para atendimento as comunidades necessitadas deste recurso, abastecimento de águas de origem subterrâneas por meio de poços tubulares, o programa Pro- chuva I e II em 15 unidades de Conservação em parceria entre a SDS (SEAGA e FUNASA).

O PROALEVINO está sendo implantado para fortalecer a criação de peixes em açudes, apoiar aos acordos de pesca por meio da SEPROR, tendo também o desenvolvimento de programas em educação ambiental para preservação de quelônios, incentivo ao manejo de jacaré, com perspectiva de reaproveitamento da carne e pele e a manutenção de uma equipe de fiscalização permanente dentro da reserva de desenvolvimento sustentável do Piranha.

A temática “Fortalecimento do SISNAMA e controle social” resultou em 50% de deliberações implantadas, justificados pela implantação de secretarias e conselhos municipais em 50% dos municípios, realização de capacitação de técnicos e secretários de meio ambiente com recursos do fundo estadual de meio ambiente.

Atendendo a temática supracitada, a SDS divulga, por meio do site institucional, informativos e ações educativas desenvolvidas com o envolvimento da sociedade nas tomadas de decisões, apoio a discussão sobre o anteprojeto que trata do ICMS ecológico que necessita de uma nova discussão para reformulação da proposta encaminhada a assembléia legislativa pela SDS, publicações de séries técnicas para apoio técnico e didático em parceria entre SDS e Vemaqa, criação do FOPES em 2010, atividades do conselho estadual de meio ambiente, realização das três CEMA no Amazonas, formação dos conselhos gestores nas UC, apoio a projetos oriundos das comunidades locais por meio de editais e ementas parlamentares, viabilidade com fomentos e recursos.

Outras ações desenvolvidas pela SDS, que merecem destaque são: programa fique legal, implantado e desenvolvido em 2009 e 2010 pela SDS (SEAFE), Implantação do Conselho de Geodiversidade e Recursos Hídricos, criação do conselho estadual de povos tradicionais, construção da Política e Programa Estadual de Educação Ambiental sob a coordenação da CIEA-AM, elaboração e

distribuição para as escolas publicas material técnico pedagógico em manejo florestal e mudanças climáticas e para finalizar o financiamento de bolsas de iniciação cientifica, mestrado e doutorado por meio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Amazonas – FAPEAM.

A SEPROR tem apoiado a agricultura indígena, com contratação de técnicos indígenas e viabilizando a compra de barcos, moto e computadores,

Para o nível (1) dentro de uma classificação das deliberações acatadas pelo estado, mas estão em processo de implantação dependendo de licitações ou alguma tomada de decisão de gestores, temos numa ordem decrescente a sequencia com 45% a temática “Fortalecimento do SISNAMA e controle social”, 36% Elementos de uma estratégia nacional para o desenvolvimento sustentável, 35% biodiversidade e floresta, 22% água e recursos hídricos, 13% SECA-2005, 11% qualidade ambiental e assentamento humano.

Para o nível (0) - não implantadas, temos uma sequencia de maior expressão para o de menor expressão sendo: 31% a temática Qualidade ambiental e assentamento humano, 23% a temática “Elementos de uma estratégia nacional para o desenvolvimento sustentável”, 22% Água e recursos hídricos, 20% Seca-2005, 17% a temática Biodiversidade e floresta e por fim com 5% a temática “Fortalecimento do SISNAMA e controle social”.

Ressaltando que as deliberações que foram classificadas como de responsabilidade nacional, tiveram manifestação apenas em quatro temáticas sendo: A temática Qualidade Ambiental e Assentamento humano com 31%, elementos de uma estratégia nacional para o desenvolvimento sustentável com 18%, biodiversidade e Floresta com 13% e por fim a temática água e recursos hídricos com 3%.

Na leitura das deliberações e nas entrevistas com os gestores apenas uma deliberação foi indicada inconstitucional a de trata do conteúdo de cobrança de pagamentos de royaltes pelos serviços ambientais prestados do governo federal, nações e organizações internacionais, no Brasil o pagamento de royaltes está restrito a extração mineral e a extração de petróleo.

CAPÍTULO V

5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa construiu o perfil dos delegados (as) das três CEMA realizadas no estado do Amazonas tendo como base documentos oficiais cedidos pela Comissão organizadora estadual – COE/AM, consolidando dados necessários a uma auto-avaliação do processo que tem inicio nos municípios – polos convergindo para a etapa da estadual. Os dados analisados apontaram quanto o perfil dos delegados(as) para uma equidade em relação à composição de gênero, considerando o cumprimento de no mínimo 30% da sua representatividade na delegação estadual. A faixa etária de maior representatividade na delegação do Amazonas foi de 41 a 55 anos, aqui ressaltamos uma baixa representatividade da juventude nas edições da CEMA- adulta. Este dado nos remete a uma reflexão quanto à eficácia da formação proporcionada ao movimento Coletivo Jovem- CJ pelo Meio Ambiente, que tem vivenciado esta mobilização e formação na versão da Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente- CEIJMA. Quanto a escolaridade da delegação tem apresentado a maior representatividade de delegados(as) com formação no ensino médio (em sua maioria de movimentos sociais), seguida com formação no nível superior (em sua maioria do setor governamental e empresarial), o que confirma a necessidade de avanços na qualificação da sociedade, dando condições de oportunidades de estudo para todos, o que certamente qualificaria a construção das deliberações das CEMA, uma vez que a temática ambiental exige uma visão holística e compreensão de bases conceituais.

Quanto à representatividade dos setores sociais foi marcada pelo preenchimento total das vagas que correspondem a 50% do total. Da mesma forma, os 20% das vagas do setor governamental foram totalmente preenchidas, garantindo a participação das esferas federal, estadual e municipal. No entanto, registrou-se o distanciamento do setor empresarial que tem buscado ter representatividade nas conferências, o seu próprio espaço em “conferências fechadas”, isto é, realizam conferência para discutir a temática de meio ambiente somente com os seus pares. Na II CEMA-2005, houve a ausência do setor empresarial, já na III CEMA-2008 a representatividade deste setor se efetiva novamente, com representatividade do SEBRAE e o setor de Engenharia. Em relação à representatividade dos municípios

na composição da delegação do estado, Manaus tem sido o município com a maior representatividade. O que confirma também esta representatividade na composição da plenária geral da III CEMA- 2008, justificando o fato de sediar as Conferências Estaduais e por concentrar mais de 50% da população do estado.

Quanto as temáticas orientadas na II CEMA-2005, a que gerou maior número de deliberações foi a qualidade ambiental e assentamento humano com um total de 36 deliberações, enquanto que o tema com menor número de deliberações aprovadas foi a Seca 2005 tendo 15 deliberações aprovadas . A temática seca, no entanto, foi a temática com maior grau de implantação, em termos proporcionais. O tema com menor grau de implantação foi o tema Elementos de uma estratégia nacional para o desenvolvimento sustentável, este tema acomodou conteúdos sobre tratamento de resíduos sólidos, tratamento de efluentes, enquadramento dos corpos d'água em classes, recursos para fiscalização, monitoramento e licenciamento dos empreendimentos. O tema que mais avançou em termos de implantação foi o tema água e recursos hídricos, sendo também o segundo maior tema em termos de número de deliberações.

A temática **Água e Recursos Hídricos** contribuiu para ampliação do debate sobre a temática e implementação de projetos, programas e ações, tais como: a construção do banco de dados sobre as águas subterrâneas; a realização do ZEE no sul do estado, o qual inclui o zoneamento hídrico estadual; a criação do Programa PROALEVINO, que incentiva a criação de peixes; a criação do Programa Pro- chuva I para atender as comunidades com necessidade de água potável. Estes e outros programas totalizam 75% de deliberações implantadas e em fase de implantação.

Com relação à **temática Biodiversidade e Floresta,** constatou-se que das deliberações aprovadas na II CEMA, 13% foram consideradas nacionais e, portanto, transpõem a responsabilidade do estado, tendo havido uma deliberação com conteúdo voltado para a competência de outro poder público, no caso, o legislativo federal que delibera a elaboração de leis sobre o tema espécies exóticas. Assim, torna-se evidente a necessidade de maior entendimento por parte dos delegados no momento da aprovação das deliberações que devem ser direcionadas unicamente ao executivo estadual. Somando-se as deliberações cuja implantação atingiram nível 1 e 2 (70%) pode-se constatar uma razoável efetividade da conferência em pactuar

sociedade e estado na formulação das políticas públicas para o tema. Os gestores alegaram que as deliberações acatadas, mas ainda em fase de implantação, são as que aguardam decisões de licitação ou recursos financeiros para sua efetivação. Destaca-se que a SDS foi a Secretaria Estadual que respondeu pela maioria das deliberações (24 do total de 29 deliberações) e que 17 % dessas deliberações de sua responsabilidade ainda não foram implantadas como políticas públicas.

Percebeu-se ainda que algumas deliberações carecessem de uma melhor formulação de modo a que seus conteúdos pudessem expressar de forma mais clara, coerente e efetiva a estratégia que levaria à formulação de políticas ambientais promotoras da conservação da biodiversidade e das florestas.

A temática **Elementos de uma Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável** teve apenas 3 instituições envolvidas com conteúdos de sua deliberações, das 22 deliberações, 4 são deliberações de responsabilidade nacional, com uma somatório de 59% dessas estão nos níveis (1) e (2). Esta temática tratou de um programa de produtos regionais em parceria com Cooperativas agrícolas, associações rurais e agroindústrias, SEPROR, IDAM e CODESAV, O PREME – Programa de Regionalização da Merenda Escolar, implantação da agenda 21 nas escolas, instalação de fibras para utilização da internet por meio do gasoduto Coari- Manaus, volta nessa temática a solicitação do apoio ao projeto de lei sobre o ICMS-ecológico, ZEE realizado no sul do estado, material didático distribuídos para as escolas sobre eficiência energética, viabilização da implantação do plano de manejo em 50% das UC, a criação da Bacia hidrográfica do Tarumã–Açu, necessitando segundo membros deste comitê de mais eficiência por fim a necessidade de elaboração e implantação do plano diretor para todos os municípios amazonense, com grande desafio no tratamento de resíduos sólidos. No total de 22 deliberações, 5 não foram implantadas, tendo os conteúdos voltados para políticas de credito ao setor produtivo e definição de recursos aos órgãos municipais para atuarem na fiscalização, monitoramento e licenciamento de empreendimentos de usuários dos recursos hídricos,

A temática Fortalecimento do SISNAMA teve 50% de deliberações implementadas, este resultado expressivo deve-se ao encaminhamento dessas políticas dentro do estado, também estarem sendo foco de discussão em outros fóruns, como conselhos e programas federais.

A temática seca-2005 foi um tema indicado pela COE- AM, para fazer parte da II CEMA, como temática especifica do estado do Amazonas, pois o estado estava diante deste fenômeno com situações de isolamento dos municípios, também por isso justifica-se a efetivação de 60% de suas deliberações.

Comparando-se os principais setores de governo em termos do grau de implantação das deliberações, contatou-se que, embora com um menor número de deliberações a seu encargo, o sistema de Ciência e Tecnologia (SECT/FAPEAM) foi que apresentou o melhor desempenho. A SDS que lidera o sistema de meio ambiente apresentou o segundo melhor desempenho, seguida da SEPROR, SEDUC e SEMMAS. Aproximadamente 50% das deliberações de responsabilidade da SDS foram avaliadas como implantadas.

As maiores carências apontadas pela pesquisa em termos de políticas públicas com efetividade foram: na área de Gestão de Resíduos Sólidos, Programas para geração de renda aos municípios, cursos de capacitação técnica aos produtores rurais que desenvolvem atividades com fomentos de agência do estado.

No que se refere às instituições responsáveis pelo conteúdo das 156 deliberações, constatou-se que 10 instituições responsabilizaram-se por apenas uma deliberação cada, o qual corresponde a 62,5% do total de 16 instituições. Resultados de coleta de dados indiretos e também pela abrangência da SDS, que abarcou 77 deliberações (46,7%) do total de 156 deliberações.

Uma das principais justificativas dadas pelos gestores das instituições pesquisadas para a não implantação das deliberações na sua totalidade foi atribuída a falta de uma melhor infraestrutura dos municípios amazonenses, como também a falta de técnicos qualificados que queiram ficar no interior do estado para desenvolver os programas e projetos numa ação de políticas públicas.

A evolução dos processos das Conferências Estaduais de Meio Ambiente-CEMA tem oportunizado a participação dos diferentes setores da sociedade civil, tendo democratizado este espaço público, onde situações problemas identificadas aparecem nos conteúdos das deliberações nos espaços das conferências. A Conferência Estadual de Meio Ambiente, por não ter sido até então formalizada legalmente como uma instância deliberativa do SISNAMA, suas deliberações não se tornam obrigatórias, o que deixa a critério do governo considerá-las ou não como um

instrumento norteador da política ambiental. O governo estadual apesar de ter atendido todas as convocações do governo federal para a realização das CEMA, não tem divulgado amplamente os resultados das conferências nem tão pouco como essas deliberações foram atendidas por políticas públicas. Isso dificulta que os setores da sociedade civil organizada possam acompanhar e avaliar os desdobramentos das conferências e exercer seu papel no controle social.

Por outro lado, o estado tem criado diversos conselhos estaduais temáticos com a inclusão de setores específicos da sociedade, dando assim um caráter de espaço democrático, considerando que as questões ambientais apresentam valores e interesses diferentes e então diante da responsabilidade socioambiental do estado é mais acertado que esta decisão seja alcançada pela coletividade. No entanto, tais conselhos não substituem a necessidade da Conferência Estadual, pois, muito mais do que aqueles, as conferências são espaços públicos capazes de mobilizar mais amplamente a sociedade.

6. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H; MELLO, C. A; BEZZERRA, G. N. **Cidade, ambiente e política: problematizando a Agenda 21 local**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

AGENDA 21, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de janeiro. 1992.

AGENDA 21 Brasileira, Ações prioritárias. 2ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

ALENCAR , E. R. Política de Governança para as localidades. THESIS, São Paulo, ano I, v.2 2004.

AMAZONAS. Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável . Zona Franca Verde: Modelo de desenvolvimento para o Amazonas- Manaus: Governo do Amazonas, 2010.328p.

AMAZONAS. Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Gestão do Estado do Amazonas-PGAM, 2008.13p.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BECKER. B. Amazônia: nova geografia, nova política regional e nova escala de ação. Publicação da Secretaria de coordenação da Amazônia. Ministério de Meio Ambiente, 2009

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Política Ambiental Integrada para o Desenvolvimento Sustentável – Relatório de Gestão 2003/2006.** Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2007.

BRASIL. **Manual Organizativo para as Conferências Estaduais de Juventude**. Secretaria Geral da Presidência da República. Brasília, 2007.

BRASIL. **Plano Nacional Sobre Mudança do Clima/PNMA.** Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima. Brasília, 2008.

BORN, R.H. Governança e Sustentabilidade: Desafios para Todos. Vitae Civilis, 2007.

BORG, W. R., e GALL, M. D. *Educational Research* (5th ed.). White Plains, NY: Longman , 1989

CARTA DA TERRA. 1992. Disponível em: *www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.doc.* Acessado em 15 de dez. 2010.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1988.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam.. **Gênero e Meio Ambiente** - Revisão Ampliada. Brasília/DF: Editora Cortez, 2005.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. O anti-Édipo - Capitalismo e esquizofrenia. Trad. Georges Lamazière, 1ª ed., Rio de Janeiro: Imago, 1976.

DOWBOR, Ladislau. Política nacional de apoio ao desenvolvimento local. Disponível em http://dowbor.org/artigos.asp, março de 2009. Acessado em 15 de dez. 2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia – Saberes Necessários à Prática Educativa , ed. Paz e Terra,36ª ed. : Coleção Saberes, 1996.

FURTADO, L. G. Pescadores do Rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área Amazônica. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

GALLO, Silvio. Deleuze & educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIL, Antônio C. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Social**. São Paulo, Atlas, 1993

GOMEZ, Margarita V. Educación en red: una visión emancipadora para la formación. México: UdG. 2004.

HOROCHOVSKI, R. R. e MEIRELLES, G. **Problematizando o conceito de empoderamento.** Anais do II Seminário Nacional. Movimentos Sociais, Participação e Democracia. UFSC, Florianópolis, Brasil. 2007.

ISSAC, S., e Michael, W. B.. *Handbook in research and evaluation*. San Diego, CA: Edits I & M. (1982).

IBGE. Perfil dos Municípios Brasileiros. Pesquisa de informações básicas municipais. 2010.

JACOBI, P. Descentralização municipal e a participação dos cidadãos: apontamentos para o debate. Revista Lua Nova (20), 1990.

JACOBI, Pedro. Cidade e Meio Ambiente. Annablume. Editora, São Paulo, 1999a. 191p.

JACOBI, Pedro. Poder Local, políticas sociais e sustentabilidade.Saúde e Sociedade 8 (1) 31-48, 1999b.

JACOBI, Pedro. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

JACOBI, Pedro. Ampliação da cidadania e participação – desafios na redemocratização do poder público – sociedade civil no Brasil. Universidade de São Paulo, 2005.

JACOBI, Pedro. Governança dos Recursos Hídricos no Brasil: Realidade, desafios e perspectivas. Texto apresentado no encontro “governança Ambiental no Brasil”: contexto e realidade, rumos, promovido pela Fundação Joaquim Nabuco , Recife 2006.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental.** São Paulo: Cortez, 1999.

LIMA, J. E. F. W; FERREIRA, R. S. A; CHRISTOFIDIS, D. O uso da irrigação no Brasil. In: **Estado das águas no Brasil – 1999:** Perspectivas de gestão e informação de recursos hídricos. SIH/ANEEL/MME; SRH/MMA. 1999, p. 73-82.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.). **Sociedade e Meio Ambiente:** A Educação Ambiental em Debate. São Paulo: Cortez, 2001

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MEIRA, Fabio Bittencourt . Responsabilidade Social e Ideologia: Notas sobre a Gênese de um Conceito. In: XXX EnANPAD, 2006, Salvador. Resumo dos Trabalhos do 30o Encontro da ANPAD - 30o EnANPAD 2006 (inclui CD-ROM). Rio de Janeiro : ANPAD, 2006.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **I Conferência Nacional de Meio Ambiente. Fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente-SISNAMA.** Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2003.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **II Conferência Nacional de Meio Ambiente. Política Ambiental Integrada e Uso Sustentável dos Recursos Naturais**. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2005.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **III Conferência Nacional de Meio Ambiente. Mudanças Climáticas.** Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2008.

MINAYO, M.C.S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria. Método e Criatividade, Petrópolis. RJ. Vozes 1994, 7° ed.

NETTO, J. P. Razão, ontologia e práxis. *In Revista Serviço Social e Sociedade n°44.* São Paulo: Cortez, 1994.

POL, E.A gestão ambiental, novo desafio para a psicologia do desenvolvimento sustentável. *In* Revista Estudos de psicologia. Scielo Brasil. Scientific Eletronic Library on line. Volume 8.n02.Natal. agosto 2003. Acesso em 22/12/2009.

QUEIROZ, M.I. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: VON SIMSON (org.) Experimentos com Histórias de Vida: Itália-Brasil. São Paulo: Vértice. 1988.

RIBEIRO, Maria Olívia de Albuquerque Simão. **Territorialidade, socioeconomia e conhecimento ecológico local de pesca artesanal de dourada** (*Brachystoma rouseaux*, Castelnau, 1855 e piramutaba*; B.vaillartii* Valenciennes,1840) na calha do rio Solimões – Amazonas, Manaus: UFAM/INPA, Tese de Doutorado, 2009.

SACHS, Ignacy. Estratégia de transição para o século XXI. In BURSZTYN, M. (org.). Para pensar o desenvolvimento sustentável. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, Rozely Ferreira. Conservação e Gestão de Recursos naturais. Campinas: Unicamp, 1998.

SANTOS, F. (org.) O poder legislativo nos estados: diversidade e convergência. Rio de janeiro: FGV, 2001.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Ed.Cortez, 2006. 471 p

SANTILLI, J. Biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados: novos avanços e impasses na criação de regimes legais de proteção. Revista de Direito Ambiental. São Paulo, v. 8, n. 29, p. 83-102, jan.-mar. 2003.

Secretaria de meio Ambiente e desenvolvimento sustentável. **I Conferência estadual de Meio Ambiente. Fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente-SISNAMA.** SDS, Manaus, 2003.

Secretaria de meio Ambiente e desenvolvimento sustentável. **I Conferência estadual de Meio Ambiente. Mudanças Climáticas.** SDS, Manaus, 2008.

SCHERER, Elenise; SANTANA, Luiz Henrique. Trabalho e ambiente no caos do cais da Manaus Moderna. In: SCHERER, Elenise; OLIVEIRA, José Aldemir. AMAZÔNIA – território, povos tradicionais e ambiente. Editora edua. Manaus: 2009. p 220-247

WCED – Word Comission Environment and Development.Our.Common Future. Oxford: Oxford University Press, 1987.

WITKOSKI, Antônio Carlos. Terras, florestas de águas e de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus, Editora da universidade Federal do Amazonas, série: Amazônia, a terra e o homem).2009.

7. ANEXOS

A Manual dos procedimentos da entrevista com os gestores e técnicos dos órgãos: SDS, SEDUC, SEPROR, IPAAM, INCRA.

B Entrevista com os delegados e delegadas eleitos.

C Entrevista com os membros da Comissão Estadual Organizadora COE - AM – IBAMA, SDS, CUT, GTA, SEDUC e SEBRAE.

D Listas das Deliberações da II CEMA- 2005.

E Formulário para registro das entrevistas com os gestores/técnicos das temáticas pesquisadas: Seca – 2005, Fortalecimento do Sisnama e Controle Social, Elementos de uma Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, Água e Recursos Hídricos, Qualidade Ambiental e Assentamentos Humanos e Biodiversidade e Floresta.

F Parecer do Comitê de Ética – CEP da UFAM.

Anexo I – Entrevista com os gestores das instituições

Titulo da Pesquisa: **Gestão Ambiental Participativa: avaliação da trajetória das Conferências Estaduais de Meio Ambiente no Amazonas.**

Esta pesquisa tem como objetivo: Analisar a trajetória das conferências estaduais de meio ambiente realizadas no Amazonas, como instrumento da política ambiental participativa e integrada do estado.

A Etapa I- uma entrevista sobre as limitações e avanços durante o processo de implantação das deliberações para gestores/ técnicos de órgãos estaduais e Federais.

A Etapa II- formulário para ser preenchido pelo gestor(a) ou técnico(a) indicado(a), com os níveis de implantação de cada deliberação por meio de programas, projetos e ações. Os níveis são : nível 2 (deliberações implantadas), nível 1 (deliberações acatadas, e ainda não implantadas, nível 0 (deliberações que não foram implantadas).

A pesquisa disponibilizará uma lista com as deliberações da II CEMA-2005, por temática e seus respectivos códigos de identificação , cabendo ao gestor(a)/técnico(a) identificar as deliberações de sua responsabilidade e preencher o formulário da etapa II.

IDENTIFICAÇÃO **DATA:**

____/____/_____

Secretaria de Estado responsável pela informação :_____

Gestor(a) responsável pela informação e/ou técnico(a) indicado:_____

Manaus – Amazonas – Brasil

2010

UFAM

I ETAPA - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS GESTORES E/OU TÉCNICOS INDICADOS SOBRE A II CONFERÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – 2005 NO AMAZONAS.

1. No período da realização da II CEMA-2005(novembro de 2005), você era gestor(a) /técnico(a) desta secretaria?
   ( ) sim ( ) não

2. Você teve acesso ao caderno de deliberações da II CEMA - 2005?

   ( ) sim ( ) não

3. Caso afirmativo, cite em ordem de importância duas dessas deliberações da sua área de atuação.

1_____

2_____

4. Foram contempladas nessas deliberações os problemas ambientais mais relevantes para o estado?

   ( ) em parte ( ) na sua maioria ( ) não consigo avaliar

5. Das deliberações aprovadas na II CEMA – 2005, indique uma aproximação em porcentagem das já implantadas no âmbito da secretaria/órgão que você é gestor.

   ( ) Entre 10% a 30% ( ) Entre 30% a 60% ( ) entre de 60% a 90% ( ) acima de 90%

6. Existem deliberações da II CEMA - 2005 de sua responsabilidade que você sinaliza sem relevância para o estado? Identificar pelo código da deliberação.

   ( ) sim ( ) não Quais?.....

7. Que tipo de ações representariam maior agilidade no processo de implantação das deliberações no estado.

   ( ) Composição de uma equipe específica para acompanhar as deliberações.
   ( ) Aperfeiçoamento do corpo técnico.
   ( ) Orientação e divulgação por parte da comissão organizadora estadual COE-AM das deliberações nos órgãos do governo.
   ( ) Outra _____
   _____

8. O processo das conferências(meio ambiente, saúde, saúde ambiental, das cidades, comunicação .....) tem sido um instrumento utilizado pelo atual governo para promover um debate entre os diferentes setores da sociedade, você tem uma percepção formada do que seja Gestão Participativa/ Espaço Democrático?

II FASE – ANÁLISE E PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO SOBRE O DESDOBRAMENTO AS DELIBERAÇÔES DA II CEMA-2005.

Os formulários apresentados devem ser preenchidos pelo gestor(a) ou técnico(a) indicado e devolvido a pesquisadora em data acorda no momento da entrevista da I Etapa

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO.

Leia a lista de deliberações com suas respectivas temáticas e seu código de identificação. Após conhecer/ lembrar das deliberações, responda o formulário que trata sobre o desdobramento de cada deliberação.

A)Na coluna **nível** da deliberação com o número **"2"** as deliberações já implantadas. Neste caso, ainda responder nas colunas de desdobramento da informação as seguintes questões: **ano de implantação**; **citar a Política de Governo que atende; nome do programa em que foi implantada** (se for o caso); **nome do projeto em que foi implantada** (se for o caso); **nome da ação em que foi implantada** (se for o caso); **período de vigência**.

B)Na coluna **nível** da deliberação com o número **"1"** as deliberações acatadas que ainda não foram implantadas. Neste caso, ainda responder nas colunas de desdobramento as seguintes questões: registre até três **motivos que impediram a implantação** da deliberação.

C) Na coluna **nível** da deliberação com o numero **"0"** deliberações que não foram implantadas por algum motivo. Neste caso, ainda responder nas colunas de desdobramento a informação **justificativa** que explica a não implantação desta deliberação.

UFAM

Anexo II - Formulário para preenchimento pelo gestor (a) / técnico (a) sobre as deliberações da II CEMA- 2005

Considere os níveis: (2) para a deliberação já implantada,(1) para as deliberação acatada, mas não implantada e (0)para a deliberação não implantada.

TEMÁTICA	Nível da deliberação	Desdobramento da deliberação					
QUALIDADE AMBIENTAL NOS ASSENTAMENTOS HUMANOS Código da deliberação _____	2	Ano de implantação	Citar a política de governo que atende	Nome do programa em que foi implantada	Nome do projeto em que foi implantada	Nome da ação em que foi implantada	Período de vigência
	1	Três motivos que impediram a implantação desta deliberação acatada.	1_____ 2_____ 3_____				
	0	Justificativa que explique a não implantação desta deliberação .					

Anexo a este quadro estão as deliberações da II CEMA-2005/ Por temáticas e seus respectivos código.

UFAM

Formulário para preenchimento pelo gestor(a) e/ou técnico(a) sobre as deliberações da CEMA- 2005.

Considere os níveis: (2) para a deliberações já implantada,(1) para a deliberação acatadas, mas não implantada (0)para a deliberação não implantada.

TEMÁTICA	Nível da deliberação	Desdobramento da deliberação					
SECA 2005 Código da deliberação ____	2	Ano de implantação	Citar a política de governo que atende	Nome do programa em que foi implantada	Nome do projeto em que foi implantada	Nome da ação em que foi implantada	Período de vigência
	1	Três motivos que impediram a implantação desta deliberação acatada.	1_____ 2_____ 3_____				
	0	Justificativa que explique a não implantação desta deliberação					

Anexo a este formulário estão as deliberações da II CEMA-2005/ Por temáticas e seus respectivos código de identificação.

UFAM

Formulário para preenchimento pelo gestor(a) e/ou técnico (a)indicado sobre as deliberações da II CEMA-2005.

Considere os níveis: (2) para a deliberação já implantada,(1) para a deliberação acatada, mas não implantada e (0)para a deliberação não implantada.

TEMÁTICA	Níveis da deliberação	DESDOBRAMENTO DA DELIBERAÇÃO					
BIODIVERSIDADE E FLORESTA Código da deliberação ____	2	Ano de implantação da deliberação.	Citar a política de governo que atende/implanta a deliberação?	Nome do programa que atende/implanta a deliberação.	Nome do projeto que atende/implanta a deliberação.	Nome da ação em que atende/ implantada a deliberação.	Período de vigência
	1	Três motivos que impediram a implantação das deliberações	1_____ 2_____ 3_____				
	0	Justificativa que explique a não implantação da deliberação.					

Anexo a este formulário estão as deliberações da II CEMA-2005/ Por temáticas e seus respectivos código de identificação

UFAM

Formulário para preenchimento pelo gestor(a)e /ou técnico (a) indicado sobre as deliberações da II CEMA-2005.

Considere os níveis: (2) para a deliberação já implantada,(1) para as deliberação acatada, mas não implantada e (0)para a deliberação não implantada.

TEMÁTICA	Nível da deliberação	DESDOBRAMENTO DA DELIBERAÇÃO					
ÁGUA E RECURSOS HÍDRICOS Código da deliberação _____	2	Ano de implantação	Citar a política de governo que atende	Nome do programa em que foi implantada	Nome do projeto em que foi implantada	Nome da ação em que foi implantada	Período de vigência
	1	Três motivos que impediram a implantação da deliberação acatada.	1_____ 2_____ 3_____				
	0	Justificativa que explique a não implantação da deliberação					

Anexo a este quadro estão as deliberações da II CEMA-2005/ Por temáticas e seus respectivos código de identificação.

UFAM

Formulário para preenchimento do gestor(a)e/ou técnico (a) indicado, sobre as deliberações da II CEMA -2005.

Considere os níveis: (2) para a deliberação já implantada,(1) para a deliberação acatada, mas não implantada e (0)para a deliberação não implantada.

TEMÁTICA	Níveis da deliberação	Desdobramento da deliberação					
ELEMENTOS DE UMA ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Código da deliberação _____	2	Ano de implantação	Citar a política de governo que atende	Nome do programa em que foi implantada	Nome do projeto em que foi implantada	Nome da ação em que foi implantada	Período de vigência
	1	Três motivos que impediram a implantação da deliberação	1_____ 2_____ 3_____				
	0	Justificativa que explique a não implantação da deliberação.					

Anexo a este formulário estão as deliberações da II CEMA-2005/ Por temáticas e seus respectivos código.de identificação.

UFAM

Formulário para preenchimento do gestor(a) e/ou técnico(a) sobre as deliberações da II CEMA-2005.

Considere os níveis: (2) para a deliberação já implantada,(1) para a deliberação acatada, mas não implantada e (0)para a deliberação não implantada.

TEMÁTICA	Nível da deliberação	DESDOBRAMENTO DA DELIBERAÇÃO					
FORTALECIEMENTO DO SISNAMA E CONTROLE SOCIAL Código da deliberação _____	2	Ano de implantação	Citar a política de governo que atende	Nome do programa em que foi implantada	Nome do projeto em que foi implantada	Nome da ação em que foi implantada	Período de vigência
	1	Três motivos que impediram a implantação das deliberações	1_____ 2_____ 3_____				
	0	Justificativa que explique a não implantação da deliberação.					

Anexo a este quadro estão as deliberações da II CEMA-2005/ Por temáticas e seus respectivos código de identificação.

UFAM

Formulário para preenchimento pelos gestores e/ou técnico (a) indicado, sobre as deliberações da II CEMA-2005.

Considere os níveis: (2) para as Deliberações já implantadas,(1) para as deliberações acatadas, mas não implantadas e (0)para as deliberações não implantadas.

TEMÁTICA	Nível da deliberação	Desdobramento da deliberação					
EDUCAÇÃO AMBIENTAL Código da deliberação _____	2	Ano de implantação	Citar a política de governo que atende	Nome do programa em que foi implantada	Nome do projeto em que foi implantada	Nome da ação em que foi implantada	Período de vigência
	1	Três motivos que impediram a implantação das deliberações	1_____ 2_____ 3_____				
	0	Justificativa que explique a não implantação da deliberação					

Anexo a este quadro estão as deliberações da II CEMA-2005/ Por **temáticas** e seus respectivos **código**.

UFAM

Anexo III - Roteiro da entrevista com os delegados participantes das Conferências Estaduais de Meio Ambiente do Amazonas e eleitos para participarem na Nacional.

As conferências de meio ambiente tem se projetado no tempo e espaço concretos, com datas situadas historicamente no país, com propósitos de criar movimentos entre a sociedade civil e como resultante encaminhar propostas aprovadas que revelem necessidades regionais, estaduais e nacionais.

O Amazonas realizou três conferências estaduais de meio ambiente- CEMA sendo, I CEMA-2003, II CEMA 2005 e III CEMA 2008, esta pesquisa objetiva construir uma trajetória dessas conferências, analisando ao longo dos 8 anos percorridos da realização da I CEMA, os avanços, fragilidades no processo de implantação das deliberações e o que devemos repensar caso haja a 4ª edição que seria neste ano de 2010, e que não se realizará, provavelmente pelo fato das eleições presidenciais. Por parte do governo federal nenhuma justificativa da não realização da IV CNMA.

Ressaltamos que as suas respostas serão dados importantes na avaliação da trajetória das conferências de meio ambiente realizadas no estado do Amazonas.
Diante do exposto, caro delegado solicito a sua valiosa contribuição neste processo, no sentido de realizar o preenchimento do formulário abaixo:

I) Identifique com um (X) Quais Conferencias de Meio Ambiente você participou como delegado(a).

( ) I CEMA -2003 ( )I CNMA-2003
( ) II CEMA-2005 ( )II CNMA-2005
( )III CEMA-2008 ( )III CNMA-2008

II) Você identificou alguma dificuldade encontrada no processo de construção das propostas no Grupo de Trabalho-GT que você participou?

Relate:.....

III) Como você avalia a atuação de facilitadores e relatores que encaminharam o trabalho no seu GT
Facilitadores: ( )Bom ( ) muito bom ( ) fraco
Relatores : ( )Bom ( ) muito bom ( ) fraco

IV) Na sua opinião foram contempladas nas deliberações da II CEMA- 2005, os problemas ambientais mais relevantes para o estado do Amazonas?

( ) sim ( ) não ( ) não sei avaliar

Caso seja negativo, identifique os possíveis motivos listados abaixo:

( ) Tempo insuficiente na discussão do processo de elaboração das propostas

( )Falta de contextualização da realidade local nos documentos-base apresentados aos grupos de trabalho.

( ) O facilitador do grupo de trabalho não proporcionou espaço de forma a possibilitar a discussão dos problemas mais relevantes do estado.

( ) Imparcialidade/ divergência nos interesses dos diferentes setores da sociedade, dificultando acordos mais coletivos.

( ) Argumentação insuficiente por parte de delegados(as) de uma proposta qualificada.

( )Outros: _____

v) Como você avalia a atuação da Comissão Organizadora Estadual –COE/AM nos processos de articulação, organização e realização das conferencias, sabendo que esta comissão é formada por diferentes setores da sociedade civil e tem a responsabilidade de criar, divulgar, articular e realizar todas as etapas da Conferencia Estadual.
grau de dificuldades.

Anexo IV - Qualificação e quantificação das deliberações da temática: Água e Recursos Hídricos.

ÁGUA E RECURSOS HÍDRICOS				
	Níveis de Implantação			
Instituição entrevistadas	**0**	**1**	**2**	**Total/ Instituição**
SEPROR	-	D23	D24, D25	3
SDS	D9, D15, D16	D5, D10, D14, D17	D1, D2, D3, D4, D6, D8, D11, D18, D20, D22, D26, D28, D29, D30	21
SEMMAS	D27, D32	D21		3
SEINF	-	-	D19	1
Águas do Amazonas	-	-	D19	1
SEDUC	-	D12	-	1
PROSAMIM	D13, D31	-	-	2
Total/Nível	7	7	18	31

Legenda: SEMMAS- Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade ,SEINF- Secretaria Estadual de Infraestrutura, ÁGUAS DO AMAZONAS,SEDUC- Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino, SDS- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, PROSAMIM- Programa de Saneamento dos Igarapés de Manaus e SEPROR-Secretaria Estadual de Produção Rural .

.Níveis de Desdobramento das deliberações : (2) implantadas (1) acatadas em processo de implantação (0) não implantadas.

Anexo V - Qualificação e quantificação das deliberações da temática: Qualidade ambiental e assentamentos humanos.

QUALIDADE AMBIENTAL E ASSENTAMENTOS HUMANOS				
	Níveis de Implantação			
Instituição entrevistadas	**0**	**1**	**2**	**Total/ Instituição**
SEPROR		D22	D34, D35	3
SDS	D3, D4, D12, D21, D23, D28, D30, D31	D5, D6, D11	D1, D19, D20, D27	15
SEMMAS	D25, D26	-	-	2
DEFESA CIVIL	-	-	D29	1
DETRAN/INTRANS	D24, D25	-	-	2
FAPEAM	-	-	D18	1
ANVISA	-	-	D7	1
INCRA	-	-	D32	1
Total/Nível	12	4	10	27

Nacional: D2, D8, D9, D10, D13, D14, D15, D16, D17, D33 e D36.

Legenda das instituições : SDS- Secretaria de Meio Ambiente e desenvolvimento Sustentável, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Secretaria de Produção Rural- SEPROR, SEMMAS- Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, ANVISA - Agência nacional de Vigilância Sanitária, FAPEAM- Fundação de Amparo a pesquisa do Amazonas.

Níveis de Implantação: (2) implantadas (1) acatadas, em processo de implantação (0) não implantadas

Fonte: Entrevistas realizadas com as gestores/técnicos das instituições pesquisadas entre novembro de 2010 e março de 2011.

Anexo VI - Qualificação e quantificação das deliberações da temática: Biodiversidade e Floresta

BIODIVERSIDADE E FLORESTA DA II CEMA 2005				
	Níveis de Implantação			
Instituição entrevistadas	**0**	**1**	**2**	**Total/ Instituição**
SEPROR	-	D18, D19	D3	3
SDS	D15, D22, D24, D27, D28	D1, D5, D6, D11, D12, D17, D18, D19, D23	D3, D4, D8, D9, D10, D13, D16, D20, D21, D25,	24
INCRA	-	D11	-	1
ITEAM	-	D11	-	1
FAPEAM	-	D14	-	1
Total/Nível	5	12	15	32

Nacional: D2, D7, D26, D29

Legenda: SDS – Secretaria de meio Ambiente e desenvolvimento sustentável , SEPROR- secretaria de estado de produção Rural, SECT- secretaria de estado de ciências e tecnologia; ITEAM- Instituto de terras do Amazonas, FAS- Fundação Amazônia Sustentável e INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Níveis de Implantação: Nível (2) deliberações implantadas , Nível (1) deliberações em fase de implantação ,Nível (0) deliberações não implantadas.

Anexo VII - Qualificação e quantificação das deliberações da temática: Fortalecimento do SISNAMA e Controle Social

FORTALECIMENTO DO SISNAMA E CONTROLE SOCIAL				
	Níveis de Implantação			
Instituição entrevistadas	**0**	**1**	**2**	**Total/ Instituição**
SEPROR	-	D12	D14	2
SEDUC	-	D17, D18, D21	-	3
SDS	D20	D4, D6, D8, D9, D13, D18, D21	D1, D2, D3, D5, D7, D10, D11, D16, D19	17
FAPEAM	-	-	D22	1
Total/Nível	1	11	11	23

Fonte: Pesquisa realizada com gestores/ técnicos das instituições pesquisadas entre novembro de 2010 e Março de 2011.

Legenda: Secretaria de Estado de Produção Rural -SEPROR, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável-SDS, Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino-SEDUC, Fundação de Amparo a Pesquisa do estado do Amazonas- FAPEAM.

Níveis de Implantação: Nível (2) deliberações implantadas , Nível (1) deliberações em fase de implantação ,Nível (0) deliberações não implantadas.

Anexo VIII - QUALIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DA TEMATICA ELEMENTOS DE UMA ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Elementos de uma Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável				
	Níveis de Implantação			
Instituição entrevistadas	**0**	**1**	**2**	**Total/ Instituição**
SEPROR	D1	D2	-	2
SDS	D7, D12, D14,	D2, D8, D11, D16, D19, D20, D21, D22	D4, D10, D15, D18	15
SEDUC	-	D2	D3	2
PROSAMIM	D13	-	-	1
Total/Nível	5	10	5	20

Nacional D5, D6, D9 e D17.

Fonte: Entrevistas realizadas com gestores/ técnicos das instituições pesquisadas entre novembro de 2010 a março de 2011

Legenda: Secretaria de Estado de Produção Rural -SEPROR, Secretaria de Estado e Meio Ambiente e Sustentabilidade-SDS, Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino-SEDUC, Programa de saneamento dos igarapés de Manaus-PROSAMIM.

Níveis de Implantação: Nível (2) deliberações implantadas , Nível (1) deliberações em fase de implantação ,Nível (0) deliberações não implantadas.

Anexo IX - Qualificação e quantificação das deliberações da temática: SECA-2005

SECA-2005

	Níveis de Implantação			
Instituição entrevistadas	**0**	**1**	**2**	**Total/ Instituição**
SDS	D5		D1, D2, D3, D8, D14, D15	7
FAZ			D12	1
BATALHÃO AMBIENTAL			D14	1
SEPROR	D4, D5	D9, D10		4
FAPEAM			D11	1
AGUAS DO AMAZONAS			D7	1
Defesa civil	D6			1
Total/Nível	4	2	10	16

Fonte: Entrevistas realizadas com gestores/ técnicos das instituições pesquisadas entre novembro de 2010 a março de 2011

Legenda: Secretaria de estado de meio ambiente e desenvolvimento-SDS, Fundação Amazonas Sustentável-FAS, Batalhão Ambiental do Amazonas-BAAM, Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR, Fundação de Amparo a Pesquisa do estado do Amazonas-FAPEAM, Águas do Amazonas – Concessionaria.

Os níveis estão assim definidos : nível 2 – implantadas nível 1- acatadas em processo de implantação nível 0- não implantadas.

Anexo X- Parecer do Comitê de Ética – CEP da UFAM.